



Transcrição da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal de Marco de Canaveses

----- 18 de fevereiro de 2017 -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Bom dia. Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal de fevereiro, temos quórum. Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta.

Antes de darmos início à sessão, iríamos dar duas (2) posses, e eu pedia ao 1.º Secretário para que possa dar as posses.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Jaime Filipe Leite de Sousa Teixeira, portador do Cartão de Cidadão n.º 103616349ZZ3, válido até 28.05.2018, e Contribuinte n.º 215202120, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal José Abel da Silva Soares Coutinho, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Movimento “Marco Positivo”, da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal José Abel da Silva Soares Coutinho. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Jaime Teixeira (Marco Positivo) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e Contribuinte n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai



ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, ao **Período de antes da ordem do dia**. E vamos ao **Ponto n.º 1.1**, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia vinte e seis de novembro de 2016.

Penso que os Srs. Deputados estão prontos para fazer a votação. Eu lembrava só as pessoas que não vão poder votar a ata: o deputado Luís Ramalho, o deputado Jaime Teixeira, a deputada Ana Cristina Valente, o substituto legal do deputado Miguel Carneiro, a deputada Maria Cerqueira, o deputado Manuel de Sousa e o deputado José Couto.

Portanto, não havendo alterações à ata, íamos pôr a votação em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata foi aprovada por unanimidade.

Irámos ao **Ponto n.º 1.2**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. Os Srs. Deputados que se desejarem inscrever, agradeço que o façam. Eu irei fazer uma leitura: José António Valdoleiros, José Fernando, Cristina Vieira, António Pinto, Benjamim Marques, Bruno Pinto, Fernando Monteiro, Domingos Neves, Mário Luís, Olímpio Almeida. Mais alguém?

Dava a palavra, então, ao Sr. Deputado José Valdoleiros.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, público e comunicação social:

Sr. Presidente, pretendia pôr duas (2) questões muito rápidas. Uma delas, eu queria questionar o Sr. Presidente da Câmara se, efetivamente, a contabilidade de custos já está definitivamente implementada, uma vez que o contrato da sua execução terminaria em setembro de 2016.

Segunda questão que eu queria colocar é o problema das águas, no tocante às águas, em que fase processual se encontra o processo das águas, e se a sentença do Tribunal Arbitral, que tinha sido condenada a Câmara a pagar dezasseis milhões (16.000.000€), se é uma realidade, e em que fase é que esse processo se encontra.

Relativamente ao processo da contabilidade de custos, eu queria deixar aqui um requerimento, que tem a ver, portanto, com a execução de alguns trabalhos, e para isso eu faço a entrega deste requerimento na Mesa.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado José Fernando.



--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, eu cumprimentava o Sr. Presidente da Mesa, e em nome dele, todos os outros órgãos aqui presentes, para ganharmos aqui um pouco de tempo.

A minha intervenção prende-se com uma intervenção que já fiz na Assembleia, em setembro, e com a dificuldade – e eu falo por mim – em obtermos resposta por parte da Câmara no que diz respeito à manutenção das vias que estão em terra batida. Eu, naquela altura, falava do mau estado de algumas das vias, tendo em conta as contingências do inverno passado; já estamos no fim, ou quase, de outro inverno, e essas dificuldades agravaram-se, e temos algumas ruas que estão praticamente intransitáveis. Eu vou referir a Rua da Levadinha, a Rua do Campo, a Travessa dos Pradinhos, a Rua da Compra e a Rua da Tapada de Barros, que era o sítio onde estava localizado um terreno que a Câmara tentou comprar para implantar o canil.

Também nessa altura, em setembro, fiz um ofício a pedir uma intervenção, com carácter de urgência, para a Travessa dos Pradinhos, alegando o facto de existir lá uma pessoa com mobilidade reduzida, e sempre que chove, ao fim de duas (2), três (3) semanas, aquele acesso fica intransitável. Temo-lo conseguido manter, a Junta já investiu lá à volta de cinco (5) a seis (6) camiões de tuvenan, a Junta é que suportou essa despesa. Peço ao Sr. Presidente, faço aqui um apelo para que tenha isso em consideração, e que encontre uma solução para esta travessa.

E já agora, na última Assembleia, falou-se aqui também das placas toponímicas – e eu estou a ver ali o Samuel Vieira, já sei que ele o vai fazer – eu perguntava também ao Sr. Presidente se já tem uma resposta para o problema das placas toponímicas.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Bruno Pinto.

--- Bruno Pinto (PS) ---

Bom dia a todos. Vou dispensar os habituais cumprimentos, por respeito também dos tempos da Assembleia.

No ano passado, trouxe aqui o tema das Festas do Marco a esta Assembleia, e questioneei, na altura, o Sr. Presidente sobre algumas opções, que acreditava, na altura, que podiam ser corrigidas em relação às nossas festas.

Hoje venho cá solicitar a inclusão na ordem do dia de uma proposta que visa contribuir positivamente para um ativo tão valioso como as nossas festas, e venho pedir inclusão hoje na ordem do dia, depois de ter tentado, juntamente com o elemento Bruno Ribeiro, várias vezes, aqui na nossa Assembleia, e que faz parte do Grupo “Marco Confiante com Ferreira Torres”, submeter uma proposta cuja inclusão viria a ser recusada porque surge associada a um cidadão do concelho, que não se enquadra neste direito regulamentado. Lapso nosso, que não invalida a nossa vontade de ajudar o Marco, de uma forma desprendida, e não pensando em deixar uma proposta no bolso para lançar como argumento eleitoral mais tarde. Acreditamos que o Marco é demasiado importante para esperar, e esta proposta é demasiado importante para esperar, quer



por umas eleições, quer por uma nova Assembleia. Agora, acreditamos que ainda há tempo, mas as Festas do Marco estão já aí. E vou ler a proposta:

“Proposta – Festas do Marco de Canaveses, um conceito e uma experiência a valorizar”

“Considerando que:

- *As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recreações, de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura, que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memórias coletivas;*

- *As festas são um elemento catalisador e galvanizador de um concelho, devem servir para promover as instituições e coletividades, mas também para dar um contributo importante aos agentes económicos que necessitam de estímulos e oportunidades como estas para mostrar os seus produtos e serviços, e mais que tudo isso, as festas devem cultivar o orgulho e a relação com as suas pessoas. São assim uma oportunidade única para a promoção, quer dos produtos e serviços, quer dos agentes económicos e associativos de um concelho, e portanto, uma oportunidade única para a galvanização do denominado comércio tradicional;*

- *O tempo tem mostrado que existe uma dificuldade cada vez maior de atração de público e de capital de interesse para as festas do Marco de Canaveses, com consequente afastamento de locais, visitantes, e até de emigrantes que historicamente nos visitam nesta altura do ano;*

- *Perante um cenário de recursos limitados, e com dificuldades de criação de programas mais apelativos, será preferível a concentração dos investimentos na criação de dias festivos mais preenchidos e apelativos;*

- *Apesar de existirem inúmeros eventos a realizar-se nesta altura do ano, competindo uns com os outros, nota-se o crescimento no número de visitantes e do entusiasmo, principalmente de público mais jovem, com que se vivem festas dos nossos concelhos vizinhos;*

- *A história dotou o nosso concelho com um ícone capaz de gerar uma vantagem competitiva e diferenciadora, conferindo uma experiência marcante a quem nos visita – Cármen Miranda. Este, agregado a outros elementos diferenciadores, como a gastronomia e a geografia, conferem ao nosso concelho uma proposta de valor única e que precisa de ser potenciada.*

Face a estes considerandos, e no desempenho das responsabilidades que me foram conferidas, apresento a seguinte proposta à Assembleia Municipal:

1. Criação de um verdadeiro fator experiencial, trazer para as ruas um verdadeiro tema para as festas (por exemplo, Cármen Miranda), onde todos os expositores, restauração, comércio local e outros agentes devem trazer esse tema para a rua, seja nas suas decorações, seja nos seus trajes, seja nos produtos ou serviços que oferecem, de forma a criarmos uma experiência aprazível para todos os que nos visitam. A ligação ao tema pode, por exemplo, ser feita ligando diretamente à artista, ou às etapas da sua vida, ou à época em que viveu;



2. O tema a explorar deve estar de acordo com a história, costumes e tradições do Marco de Canaveses, e deve dar origem a um verdadeiro branding, ou marca, que deve ser trabalhado nos diversos suportes das festas (cartaz, palcos, merchandising, áreas de exposição, áreas culturais, áreas comerciais, barraquinhas e outras áreas festivas;

3. Concentração temporal das festas, confinando o programa e o investimento no mesmo a uma duração máxima de quatro (4) dias, evitando a dispersão de pessoas e recursos ao longo do período das festividades.

4. Concentração geográfica das festas: criação de uma verdadeira centralidade às festas do concelho, com ligação direta entre o Jardim Municipal, Praça Crispiniano da Fonseca (Largo do Conforto) e zona envolvente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, onde poderiam, por exemplo, ocorrer ações destinadas a públicos diferentes, mesmo que fossem realizadas em simultâneo, limitando a circulação e utilizando a Travessa de Chãos e a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro para a promoção dos produtos, comércio e atividades locais.

5. Os restaurantes presentes nas festas devem ter como um dos pratos do seu menu o típico e famoso anho assado, e uma amostra dos nossos vinhos verdes locais, reforçando a experiência diferenciadora e acrescentando consistência e valor à proposta das nossas festas;

6. Com a existência, durante o mesmo período, das habituais Feira Social, Feira de Artesanato, Feira de Gastronomia e Feira dos Vinhos, e estudar a possibilidade de enquadramento do Mercado de Usados, de forma a incutir dinâmica e animação às festas do concelho;

7. Concertação desta proposta com a estratégia delineada, ou a delinear, para a promoção do concelho.

Marco de Canaveses, 18 de fevereiro de 2017
Bruno Pinto"

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado António Pinto.

--- António Pinto (Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, PS) ---

Bom dia a todos. Permitam-me que dispense os habituais cumprimentos, para economia de tempo.

E ia, então, direto ao assunto que me traz cá. São dois (2): um está relacionado com obras que se pretende realizar na Freguesia de Banho e Carvalhosa, e outro tem a ver com a Escola Primária de Carvalhosa.

Relativamente ao primeiro, tinha aqui duas (2) questões para colocar ao Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente, há duas (2) obras – duas (2), entre outras, mas as mais importantes, que eu penso que serão: uma é a construção do arranjo urbanístico do Eirô, e eu gostaria de saber, para essa obra, Sr. Presidente, se já decidiu se vai construir os dois (2) passeios que ligam o Largo do Eirô, quer à escola atual, quer à Igreja Nova, e saber se essa obra avança, e quando é que avança. A questão é nesse sentido.



Relativamente também às obras, gostaria de saber, Sr. Presidente, se a repavimentação da Estrada Municipal principal, que atravessa a freguesia de lés a lés, se avança, quando é que avança. Gostava de deixar aqui esta sensibilização mais uma vez, o estado dela piora a cada dia, e agora, com o inverno, vai passando por cima dela, também tem agravado essa questão.

O segundo assunto que me traz cá, não menos importante que estes que referi, tem a ver com uma situação que se passa na Escola Primária de Carvalhosa, que é o seguinte: a escola tem duas (2) salas em funcionamento, e desde o primeiro dia do ano letivo que só tem uma tarefaira, uma auxiliar, auxiliar efetiva, nessa mesma escola. Portanto, está aqui desde o primeiro dia de aulas comprometida a Componente de Apoio à Família. Portanto, é muito complicado para essa tarefaira assegurar a guarda das crianças durante os períodos de ausência dela no almoço, e depois, no final do dia, para assegurar a guarda das crianças, desde o término do período letivo, até às cinco e meia (17h30), que seria a hora para a qual a escola teria obrigação de guardar os miúdos.

Pronto, gostaria, então, de perguntar ao Executivo o que é que fizeram até agora, se têm alguma possibilidade de fazer a contratação da tarefaira que faz falta nessa escola, porque os pais têm demonstrado muita preocupação junto da Junta de Freguesia, e como é evidente, nós não conseguimos dar mais resposta do que o que damos. De momento, ainda fazemos a guarda das crianças durante o período de almoço, quando servimos as refeições – na medida do possível, como é evidente, porque as funcionárias, ou andam a servir as refeições, ou andam a guardar as crianças. Portanto, fazia aqui um apelo para que a Câmara pudesse, de alguma maneira, resolver esta situação. É certo e sabido que essa responsabilidade também não é da Câmara – também, em boa verdade, é bom dizê-lo – mas, no entanto, apelava aqui a vocês se poderiam ajudar no sentido de resolver esta situação.

Posto isto, queria aqui, ainda no seguimento também deste assunto, só deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente de Câmara pelo facto de a Câmara estar a executar todas as obras que foram sinalizadas pela Junta aquando de algumas visitas de trabalho que foram feitas à freguesia, nomeadamente estabelecimentos escolares. Portanto, todas aquelas pequenas situações, situações de falhas e melhorias que a gente sinalizou, estão a ser feitas. Por isso estar a ser feito, deixo aqui o meu agradecimento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu relembro só que o tempo do Partido Socialista já foi ultrapassado.

Sr. Deputado Benjamim Marques.

--- Benjamim Marques (PCP/PEV) ---

Prescindindo dos cumprimentos iniciais, e cumprimentando a quem é devido, o que me traz aqui tem a ver com um assunto da Freguesia de Banho e Carvalhosa. Um cidadão residente sensibilizou-me e pediu-me para que esta intervenção fosse no sentido de alertar – embora a informação do Sr. Presidente faça referência, nas empreitadas em curso, a uma intervenção da



estrada que atravessa Banho e Carvalhosa, uma das freguesias onde vai haver esta intervenção, eu chamo à atenção do péssimo estado desta estrada, e que atravessa toda a freguesia. Eu próprio, por vezes, passo por razões de visitas a família, e constatei que a mesma se encontra cheia de buracos, e constituindo muitas vezes perigos para a circulação rodoviária.

Chamo ainda a atenção para as bermas, que estão numa insegurança muito grande. Há desníveis assinaláveis, e portanto, há cedências de terras, e tudo isto constitui um perigo.

Apelava, portanto, a uma intervenção que ultrapassasse – aqui refere-se, na informação do Presidente, que haverá colocação de cubos de granito; eu acho que se devia ir mais além. E alguém dirá que pedir não custa, pronto. Chamo à atenção das bermas e dos desníveis em certos casos, que constituem um grande perigo.

E portanto, apelava a que me informasse se há uma data para esta intervenção, e se esta intervenção poderia ir mais além do que a colocação de cubos de granito, e apenas uma intervenção superficial.

Muito obrigado. Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Secretário e Secretária, caros colegas, público, Marcoenses:

Vinha só dar nota de duas (2) situações que me estão a preocupar na minha freguesia, e para que o Executivo tomasse nota dessas situações mais preocupantes de momento.

Uma das situações é: eu fui deparado, estas últimas semanas, com umas visitas na freguesia que me chamaram à atenção, da empresa Águas do Marco, da empresa que fez o saneamento e a ETAR, de alguns técnicos da Câmara Municipal. Eu vinha perguntar se essas visitas foram para entregar a ETAR, recentemente construída pela Câmara Municipal, à empresa, se há previsões de a mesma começar a funcionar, porque é minha proposta, com as conversas que vou tendo com a população que vai ser abrangida por essa ETAR, que se nós começássemos a funcionar com as fossas que estão a céu aberto, e de loteamentos para os quais ela foi concebida, que neste momento poderíamos encerrar de imediato sete (7) fossas que estão a céu aberto naquela parte mais populacional da freguesia.

Eu vinha propor que a Câmara Municipal fizesse diligências junto da empresa para que a mesma ETAR fosse posta em período experimental – até para início, para sabermos como é que a mesma poderá funcionar – com essas fossas que a Câmara tem responsabilidade, que está a ter uma despesa diária de ir despejar as mesmas, sem qualquer benefício para a Câmara Municipal, pois as mesmas pessoas não estão a ter qualquer contributo para despejar as mesmas, por isso poderíamos ter aqui uma rentabilidade de custos e meios pela Câmara Municipal, e poderíamos também dar movimento à ETAR, que foi um investimento avultado, o qual eu agradeço à Câmara



Municipal pela construção da mesma. Daí, eu queria saber se essas visitas, se foi para isso, porque a Junta não foi informada para isso, nem teve qualquer conhecimento dessas visitas, se foi para entregar à empresa Águas do Marco. Esse era um ponto que eu queria, e volto a referir: são sete (7) fossas que estão a céu aberto, no centro mais populacional da freguesia, que poderiam, de momento e de imediato, encerrar as mesmas.

Outro assunto que me traz cá, e que eu tenho vindo ao longo dos anos a ver a Bancada do Partido Socialista muito preocupada com a contabilidade de custos, eu vinha perguntar ao Executivo, mesmo, se a mesma contabilidade de custos já está implementada, e que nos deem um relatório onde estão a maquinaria, o pessoal da Câmara, porque, realmente, eu estou preocupado, porque há muito tempo que tenho pedido pequenas intervenções na minha freguesia, e nunca está disponível, nem a maquinaria, nem o pessoal da Câmara. Eu gostava de saber quais são as freguesias que estão a ser beneficiadas por essa contabilidade de custos. Gostava muito de saber, porque, realmente, essa contabilidade de custos permitia-nos saber quais são as freguesias que estão a ser beneficiadas. E eu sei que muita da maquinaria e muito do pessoal da Câmara, que está a fazer obras de grande dimensão, às tantas poderiam fazer pequenas intervenções em todas as freguesias do concelho, e possivelmente os meus colegas Presidentes de Junta estavam mais sossegados com pequenas intervenções. Por isso, o Partido Socialista está preocupado com essa contabilidade de custos, eu gostava mesmo de saber onde é que estão as pessoas, onde é que estão as maquinarias da Câmara, até para nós ficarmos sossegados, e saber quem é que está a ser beneficiado por essas mesmas intervenções.

Outro assunto de que gostava de falar, e que também já fiz chegar à Câmara Municipal, e que também um colega Presidente de Junta já falou, que é a toponímia. Eu acho que a Câmara Municipal fez um excelente trabalho no início dos mandatos, que foi atribuir nomes de ruas – e eu fico muito contente de ser a primeira freguesia, às tantas, a entregar um processo completo de toponímia, pois não tínhamos nome de ruas nem números de polícia, e fizemo-lo, e acho que fizemos um bom trabalho nessa situação. Mas, eu acho que a Câmara Municipal – e fiz esse pedido muito recentemente – deveria preocupar-se agora, não com as freguesias que estão sozinhas, mas aquelas que, com a reforma administrativa, tiveram a junção, porque essas freguesias sim, precisam de rever o processo da toponímia, precisam de se preocupar com as placas, precisam de se preocupar com os mapas, precisam de se preocupar com nomes de ruas que estão idênticos em duas (2) freguesias comuns. E por isso, eu acho que a Câmara Municipal deveria olhar para essas freguesias e dizer qual é a situação, e se poderá, ou não, ajudar na revisão, quer das placas, quer dos mapas, quer do processo toponímico, e ver se nós poderíamos ter esse apoio, porque nessas sim, o processo foi diferente.

Agora, manutenção de placas, eu acho que isso temos que fazê-lo todos os dias, mas os processos de toponímia, e com a reforma administrativa, nós fomos penalizados nessa parte. Acho que a Câmara Municipal deveria ter isso em conta, e dar esse apoio às freguesias que tiveram na reforma administrativa a junção com outras freguesias.

Tenho dito. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Domingos Neves.



--- Domingos Neves (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, colegas da Assembleia, público e comunicação social:

Hoje traz-me aqui um ponto, que fui surpreendido – eu gostava de dizer que agora está na moda as opiniões dos leitores, agora no jornal local. E ontem fui surpreendido pela leitura de uma opinião de um leitor que muito estimo, a Presidente da Concelhia do Partido Socialista. Depois de muita coisa que diz para aqui, sobre o IC35 quase não diz nada, e gostaria de lembrar à senhora que o IC35 é a obra mais importante deste concelho que está por construir, para o desenvolvimento deste concelho e dos concelhos vizinhos.

E depois, diz aqui uma coisa interessante – eu aconselhava as pessoas, e a Sra. Presidente do Partido Socialista – gostava de chamar aqui uma coisa à atenção: o meu avô dizia-me que a gente podia falar muita coisa, mas escrever, pouco; quando se escreve, deve-se pensar bem no que se escreve. E diz aqui assim: o Governo anterior, irresponsavelmente, em campanha eleitoral, sem declaração de impacto ambiental, pôs a obra a concurso; mas este Governo inteligente, mentes brilhantes, cancelaram o concurso, porque não havia estudo de impacto ambiental. Eu queria lembrar à Sra. Presidente do Partido Socialista que a ponte de Entre-os-Rios caiu em 4 de março de 2001; em 28 de fevereiro de 2002, aquando da inauguração da ampliação do Cais de Bitetos, o Sr. Secretário de Estado José Junqueiro, que era do Partido Socialista, depois de interpelado pelo então Presidente da Câmara Avelino Ferreira Torres, no local, disse que só faltava o impacto ambiental, que estava o estudo a ser feito, que dentro de quinze (15) dias iria ser posta a obra a concurso. Espanta-me, passados quinze (15) anos, ainda não há estudo de impacto ambiental. E vem a Sra. Presidente do Partido Socialista do Marco, com responsabilidade neste concelho, dizer ao povo deste concelho que o Partido Socialista, ou que o Governo atual, ainda não tem impacto ambiental e anulou a obra. Se demora quinze (15) anos a fazer um estudo, muito mal estamos.

E queria também dizer-lhe outra coisa, e a todos que aqui estão: o Partido Socialista já está há um ano e qualquer coisa no Governo, treze (13) ou catorze (14) meses; se repararem, se leram uma entrevista do Sr. Ministro do Ambiente, à época, na Capital, em fevereiro de 2002, diz que o impacto ambiental, lá em baixo, quando teve de deitar uns sobreiros abaixo, que se fez em quinze (15) dias; aqui demora quinze (15) anos. Pronto, a diferença é só essa.

Queria também lembrar-lhe que o Presidente da Junta de Alpendorada, do Partido Social Democrata, trouxe aqui várias vezes a esta casa, foi várias vezes a Lisboa por causa do IC35, no Governo do PSD, nunca teve medo, nem represálias; e a senhora, com responsabilidades, Presidente da Comissão Política Concelhia do Marco de Canaveses do Partido Socialista, nunca aqui trouxe esse problema. Parece uma obra, como diz aqui neste texto, que foi passado telegraficamente, parece que o IC35 não faz parte do concelho, nem faz parte das preocupações deste concelho. Há uma coisa que eu queria deixar aqui dito: há um ditado popular na nossa terra que diz que “com papas e bolos se enganam os tolos”. Mas, o povo deste concelho não se vai enganar, nem com os socialistas do Governo, nem com os socialistas do concelho.

Outra coisa que também me chamou à atenção, tem aqui um último parágrafo, que diz assim – no último parágrafo, diz a Sra. Presidente do Partido Socialista: o Dr. Manuel Moreira parece a Dra. Maria Luís Albuquerque do Governo do Marco, que amealhou à custa dos mais



necessitados – vejam bem, à custa dos mais necessitados – para depois ficar com os cofres cheios. Eu queria também dizer aqui o seguinte, e aconselhar a Sra. Presidente do Partido Socialista a ler as últimas atas desta Assembleia, penso que de fins de 2004, princípios de 2005, em que o próprio Presidente do Partido Socialista, à época, dizia ao atual Presidente, à época, que era uma catástrofe o que se estava a passar neste concelho por causa das dívidas que existiam no concelho. “O senhor vai deixar este concelho numa catástrofe, nunca mais nos vamos levantar”, era mais ou menos assim. Agora, a Câmara tem dinheiro, também é acusada porque tem os cofres cheios. Mas, eu gostava de perguntar aqui a esta Assembleia, perguntar aos Marcoenses, um por um, e perguntar se querem ter dívidas, ou se querem ter dinheiro. Tenho a certeza que toda a gente prefere ter dinheiro do que ter dívidas. Parece-me que a Sra. Presidente do Partido Socialista preferia ter dívidas.

E posto isto, queria só dizer-lhes o seguinte: bem haja a quem gere um concelho como nós temos gerido. Esta Câmara está de parabéns, porque faz obras e ainda tem dinheiro – pelos vistos até tem os cofres cheios, conforme se diz aqui.

E gostava de dizer que quando nós escrevemos alguma coisa, devemos primeiro verificar. Eu sei que vocês ainda andam cá há pouco tempo, mas eu já ando cá há muito, e estas coisas, eu vou consultar os meus papéis, lá aparecem as coisas que os outros disseram noutros tempos. E vocês não sabem, mas convinha que se informassem antes de escrever estas coisas, porque alguns podem cair e acreditar no que se diz nos jornais.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Pode fazer a interpelação no fim, só, se faz favor. Sr. Deputado Mário Luís. Srs. Deputados, eu agradecia algum silêncio, porque está aqui um colega que quer falar. Obrigado.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, comunicação social e público em geral:

Eu vou levar isto mais na desportiva, e a minha intervenção vai ser centrada no desporto. E aproveitava aqui para fazer referência à 1.^a Gala da ARCA, da Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada. É uma coletividade também já com uma longa história, com quarenta e cinco (45) anos de existência, e que, na sua fase inicial, foi, de facto, muito importante para a freguesia, foi lá feita uma resenha histórica, e bastaria lembrar a luta pela telescola, por exemplo, e naturalmente alguns de outras terras não gostarão, a luta também pelo ciclo preparatório.

Orgulho-me, naturalmente, de ter sido Presidente e membro de várias Direções, orgulho-me também de ter estado na origem, na criação da modalidade de andebol, modalidade que vingou e que tem levado longe o nome de Alpendorada, o nome do Marco, e que vingou, fruto do esforço inicial, do empenho inicial – tenho que o reconhecer – do Jorge Guedes, que mais tarde conseguiu outros colaboradores e outros dirigentes, que agora estão a dar continuidade a esse trabalho.



Na sequência, já agora – estou no desporto e em galas – a Gala do Desporto do Marco de Canaveses 2017, que pretende também valorizar o desporto no concelho, premiou diversas associações. A minha terra, Alpendorada (agora Alpendorada, Várzea e Torrão), também esteve, naturalmente, bem representada, e esteve em grande com os prémios recebidos – no caso da ARCA, mais uma vez, de Associação do Ano e Equipa do Ano, de uma jovem promessa do nosso desporto, o Jorge Pereira, que foi descoberto no Desporto Escolar, para o atletismo, também na modalidade de canoagem, o João Pedro Leitão, que também recebeu um prémio, e já agora também o Rafa, do futebol, e do meu Futebol Clube do Porto. Naturalmente, parabéns aos vencedores, e aos que não venceram também (penso que é importante), e a todos aqueles que praticam desporto no nosso concelho, acho que devem todos eles ser elogiados. O ganhar, alguém tem que receber o prémio.

Isto é uma amostra, e que prova que o associativismo no Marco, que sempre foi muito forte, continua também a sê-lo. Nós temos imensas coletividades com vários anos, diria que com décadas de atividade, e algumas outras mais recentes, que entretanto surgiram. Estas coletividades vivem essencialmente de “carolas”. São eles que se sacrificam na sua vida pessoal e se dedicam, às vezes anos e anos seguidos, a uma associação, a uma modalidade. Eu penso que essas pessoas devem ser elogiadas, porque são, de facto, uns verdadeiros heróis, e desempenham um papel muito importante na promoção do desporto e da atividade física. Claro, naturalmente associado, temos que ter os técnicos, os pais, os atletas, tudo isso deve ser reconhecido.

Esta história, esta dedicação, tem, naturalmente, que ser tida em conta nos apoios institucionais que são atribuídos, e o Marco pode e deve evoluir através do apoio às modalidades tradicionais, às coletividades com muita história e tradição, associadas às novas modalidades e às novas coletividades. Penso que é, e já se tentou, penso que ainda falta esta parte de nós criarmos aqui uma estratégia de desenvolvimento global de médio / longo prazo para o nosso município; a iniciativa do Conselho Municipal de Desporto é positiva, mas penso que precisa de dar mais frutos, de apontar linhas orientadoras que nos permitam desenvolver estrategicamente algumas modalidades no nosso concelho, e isto noutras áreas também.

Permitam-me só terminar, e recordar aqui com tristeza a partida de um amigo que esteve ligado ao desporto, e que está ligado à história do andebol, e mesmo do futsal em Alpendorada, o funcionário do Pavilhão da EB 2/3, o Sr. Casimiro.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Olímpio Almeida. Eu só informava que o tempo que lhe resta são três (3) minutos.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses:

No pretérito dia 21 de janeiro, o Concelho do Marco de Canaveses foi presenteado com a emissão em direto do programa “Aqui Portugal” da RTP. Na verdade, o programa passou uma



boa imagem do Marco, nomeadamente das suas potencialidades agrícolas, comerciais, industriais, e bem ainda parte da história da nossa Cármen Miranda. Algumas horas antes do fim previsto, a emissão terminou inesperadamente.

Assim, gostaria de ser esclarecido pelo Executivo Municipal do seguinte: quais foram os factos que estiveram na origem da interrupção da emissão? Quais foram os custos que a emissão implicou para os cofres do município?

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Cristina Valente. Depois dos deputados inscritos; se é interpelação à Mesa, no período de antes da ordem do dia. Sra. Doutora, sem grandes confusões: como pode perceber, nem sempre é fácil nós apontarmos as pessoas, e por isso, no fim, nós repetimos o nome das pessoas, e possivelmente não demos o seu. Possivelmente também não deu fé de que não demos o seu, e a senhora apelou a seguir, e nós inscrevemos o seu nome no fim, se não se importa.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---

Bom dia a todos.

Dispensando os cumprimentos, e antes ainda até de falar do que aqui me traz – e sei que tenho pouco tempo – queria dar aqui nota de uma situação que li também – não como o Sr. Domingos Neves, mas que se passou numa freguesia aqui do Marco, de Banho e Carvalhosa, no nosso querido Centro Social e Paroquial de Banho e Carvalhosa, e que sugiro a todas as freguesias que tenham centros de dia com infantário, porque esta semana – não sei se já foi, se vai ser hoje – hoje, a partir das sete (19h00), oito da noite (20h00), os pais das crianças que frequentam a creche podem deixar lá os miúdos, a partir das sete e pouco, para poderem ir jantar, e voltar às onze e meia (23h30), à volta disso. E por isso, acho que é uma mensagem positiva e uma ideia boa que vem de Banho e Carvalhosa.

Vamos agora, então, ao tema que trago. Num tempo em que, no debate da saúde, nos dividimos entre as vantagens de equipamentos de vanguarda sustentáveis e necessariamente mais centralizados, e políticas de proximidade, creio que todos estaremos de acordo que a saúde familiar e preventiva deve estar próxima de casa, ou pelo menos muito acessível a todas as famílias, estejam elas no litoral ou no interior, na sede de um concelho ou numa freguesia.

Por isso, e porque as pessoas devem ser o mais importante para todos os que decidam, seja em que contexto for, congratulamo-nos com a abertura, no fim de 2016, de três (3) novas Unidades de Saúde Familiar no Concelho do Marco de Canaveses: a nova USF da Freguesia do Marco, esta designada por USF do Tâmega, a USF de Terras do Românico, na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, e a USF de Bem Viver, na freguesia com o mesmo nome, e ainda a criação, com abertura já neste mês de fevereiro, de um Polo da Unidade de Saúde de Alpendorada em Tabuado, e que servirá Tabuado, Várzea, Alviada e Folhada. A propósito deste desafio aceite pela Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada, podemos aqui lembrar que foi a primeira criada no concelho, e tem dado, ao longo de cerca de nove (9) anos, prova de um trabalho de equipa exemplar, com uma influência muito positiva na população que serve, que se sente já hoje e da



qual se fará prova no futuro nos resultados em saúde e em poupança económica que só se conseguem com prevenção.

Permitam-me aqui um “obrigada”, no nome de duas (2) pessoas: Célia Silva, e D. Paula, que foi assim que me disseram que se chamavam as duas (2) técnicas operacionais que integram a equipa liderada pelo Dr. António Filipe, a quem todos reconhecerão o mérito e competência; mas, todos são precisos para que aconteça. Muito obrigada a toda a equipa da USF de Alpendorada por ter aceitado o desafio.

As Unidades de Saúde Familiar agora criadas eram a resposta desejada por populações, profissionais de saúde, Juntas das freguesias agora servidas, e obviamente da Câmara Municipal e desta Assembleia. Os processos para a concretização destes projetos, que consideramos básicos, são, como todos sabem, longos, difíceis, concorrenciais, mesmo que prioritários. Mesmo que se diga que até agora os municípios não tinham uma ação determinante em áreas como as da saúde, é inegável que a perseverança, a resiliência, as constantes diligências e a catalisação de condições nos espaços físicos são algumas das etapas imprescindíveis para que se publiquem concursos para médicos e outros técnicos de saúde, para que sejam usadas verbas no território que administram, e para que se crie vontade de concretizar, pelas Administrações Regionais de Saúde e Administração Central, até agora decisora. Que não tenhamos qualquer dúvida sobre a realização, durante estes onze (11) anos, do trabalho que competia ao Executivo da Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Competia, e foi realizado.

Não tendo tido oportunidade, eu, de estar presente nas inaugurações realizadas a 30 de dezembro, na presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, do Presidente do Conselho Executivo da ARS Norte, do Diretor Executivo do ACES Tâmega, deputado Luís Vales e da Dra. Luísa Salgueiro, assim como todo o Executivo e Presidentes de Junta, e sobretudo da população que passou a ser servida por melhores condições e cuidados mais dignos, permitam-me que agradeça à ARS Norte, e a todos os que com ela fizeram o caminho para a concretização destas novas Unidades de Saúde Familiar, que são muito mais do que espaços físicos ou do que locais de recurso na doença. Faço hoje, em nome da Bancada do Partido Social Democrata – e creio que, apesar de não ter nenhuma procuração, em nome dos que ficam felizes com a construção de um concelho equilibrado, também na saúde, e com uma cobertura de médicos de família que passou de muito pouco, em 2005, a plena cobertura de utentes, em 2017.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada, eu agradecia que concluísse.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---

Podemos depois vir aqui reivindicar louros pelos objetivos concretizados, ou louros pelos caminhos percorridos. Certamente, só com uma visão de trabalho conjunto em prol das populações, o verdadeiro desígnio político será reconhecido pelos cidadãos em Portugal e, permitam-me, pelos eleitores.

Bom dia.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito bom dia a todos. Agradecia a dispensa dos cordiais cumprimentos, para agilizarmos.

Muito bem, na passada reunião da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças em Risco de Marco de Canaveses, e na apresentação do relatório anual, constatei que o maior tema nas sinalizações resulta de violência doméstica.

Considerando que:

- A violência doméstica representa uma grave violação dos direitos humanos;
- A partir do ano de 2000, Portugal considera-a um crime público, e a Organização Mundial de Saúde encarou-o, em 2005, como um problema de saúde pública;
- Falar de violência doméstica é falar de algo bastante complexo, uma vez que resulta de inter-relação de fatores de ordem social, cultural, psicológico, ideológico, económico, entre outros;
- Tanto as entidades governamentais como as organizações não governamentais têm vindo a realizar diversas campanhas contra a violência doméstica, redirecionadas principalmente para os jovens, chamando a atenção para o aumento da violência no namoro;
- De uma forma geral, atuar para debelar este flagelo deve ser da responsabilidade de toda a comunidade.

No seguimento desta constatação, a nosso ver, urge implementar a criação de um Plano Municipal contra a Violência Doméstica no Município de Marco de Canaveses, definindo-se este como um instrumento de política na área de intervenção do fenómeno de violência doméstica, criado na vontade de atuar de uma forma estruturada e profunda, envolvendo os principais atores locais na prevenção e na resolução do problema nesta área, em estrita relação com o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, à semelhança do que acontece já em várias Câmaras de outros concelhos.

Permitam-me ainda, e no seguimento do pedido que fiz à Câmara Municipal na última Assembleia Municipal, agradecer, em meu nome, e de tantas outras pessoas, à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Manuel Moreira, e à Junta de Freguesia do Marco, na pessoa do Sr. Presidente, António Santana, todo o esforço e dedicação na disponibilização de um espaço onde será instalada e funcionará a tão desejada Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro em Marco de Canaveses. Estamos cada vez mais perto desta realidade.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

A Sra. Deputada quer fazer uma interpelação à Mesa? Faça favor, dava-lhe a palavra já, então.



--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Queria questionar a Exma. Mesa, e fazer esta interpelação, porque houve um deputado, o Sr. Presidente de Junta, Domingos Neves, que veio aqui fazer uma intervenção, e que me referiu pessoalmente, e que me questionou, e não ao Executivo. E por isso, eu queria responder, porque creio que este espaço não é para fazer perguntas aos membros da Assembleia, mas como diz o Regimento, e muito bem, é um espaço para fazer perguntas ao Executivo – a não ser que o Sr. Domingos Neves me esteja a confundir. E por isso, eu queria, de facto, fazer esta intervenção e responder ao Sr. Domingos Neves.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

A Sra. Deputada não vai responder de certeza ao Sr. Domingos Neves, porque o nosso debate aqui não é igual ao debate da Assembleia da República, infelizmente. Gostaríamos todos imenso que isto fosse um debate igual ao da Assembleia da República. Nós temos um Regimento diferente, como sabe, temos um Regimento onde temos os Partidos, os Partidos normalmente têm tempos, e portanto, eu lamento, mas o tempo da Sra. Deputada...

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Muito bem. O que me está a dizer é que não me vai dar oportunidade de responder, certo?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Exatamente.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Pronto, e este espaço não é para debate político, foi o que o Sr. Presidente da Mesa disse, não é? Lamento que, de facto, quando o Sr. Domingos Neves estivesse a usar da palavra, não o tivesse interrompido para lhe dizer isso.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Há um espaço no período de antes da ordem do dia que é um espaço de debate político, e eu espero que as pessoas percebam o que é o debate político, porque nós todos seguimos a Assembleia de República, e também há uma parte de debate político.

Eu, antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, eu tenho aqui só uma dúvida sobre a proposta do deputado Bruno Pinto, porque se eu percebi, o Sr. Deputado disse que queria colocá-la hoje, mas aqui o que diz no seu texto é “para a próxima Assembleia Municipal”. Então, é para pô-la à votação hoje? Então, vamos ter que mudar aqui o texto, porque o que o Sr. Deputado diz, e eu vou ler, só para não haver dúvidas, diz: “*Venho por este meio apresentar uma proposta para apreciação na próxima Assembleia Municipal*”. Portanto, queria propô-la a votação hoje? Certo, não há problema nenhum, podemos votá-la hoje, só que vamos ter que mudar este texto, senão teria que passá-la para a próxima Assembleia Municipal, e incluí-la na ordem de trabalhos. Fazemos manualmente, a seguir, no fim, está bem?

Daria a palavra, então, ao Sr. Presidente da Câmara, e relembrar ao Sr. Presidente da Câmara que terá quinze (15) minutos para responder às questões todas.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes e comunicação social:

Como veem, isto é quase a quadratura do círculo: há cerca de quinze (15) interpelantes, com N questões, e eu como continuo igual ao primeiro dia em que falei aqui nesta Assembleia Municipal, em 2005, que tenho todo o respeito pelo órgão no seu todo, e por cada um dos seus deputados *per se*, gosto de responder, porque a Câmara quer responder, tem essa obrigação moral e política de responder. Se não tiver tempo, a culpa não é minha, e que não fique a ideia perante a Assembleia e perante quem nos ouve através da Rádio Marcoense que, efetivamente, a Câmara não teve resposta. Tem resposta para os assuntos, e fá-lo-emos sempre com toda a humildade e com toda a autenticidade. E depois, tenho também necessidade de ser complementado com alguns dos Srs. Vereadores que têm pelouros distribuídos, para poder completar as respostas das questões colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Coronel José António Valdoleiros, contabilidade de custos: é uma pergunta recorrente; já dissemos, mas se houver tempo, o Sr. Vereador com a área das finanças poderá também dizer alguma coisa. É um trabalho que está, neste momento, a ser, de facto, implementado. Mas, há uma coisa em que já estou a responder a outros Srs. Deputados: se querem saber exatamente – e o Fernando Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, perguntou, e perguntou bem, e nós temos obrigação de tentar também ir mais longe na informação. Mas como se vê, temos aí hoje uma informação do Presidente da Câmara de quarenta (40) páginas. Lá já se diz, de forma mais ou menos detalhada, aquilo que foi a nossa ação nestes últimos dois (2) meses e pouco entre a última Assembleia e a Assembleia de hoje; já se diz muito em relação ao conjunto de intervenções que estamos a fazer, ou que já fizemos, e que, naturalmente, continuaremos a fazer até ao final do nosso mandato.

Águas do Marco: o processo está, exatamente, no sentido de ver se conseguimos fechar este processo. Não tenho a garantia absoluta; continuo com a esperança de o conseguir. Temos um pré-acordo com as Águas do Marco para, exatamente, terminarmos este contrato de concessão, estamos em conversações com a nova Administração das Águas do Norte – que como sabem, está a ser desagregado o sistema multimunicipal para voltar a ressuscitar as Águas do Douro e Paiva, a CIMDouro, e ficará, de facto, depois a parceria Águas do Norte. À partida, se as coisas correrem bem e terminar o nosso contrato de concessão com as Águas do Marco, integraremos esses três (3) sistemas multimunicipais, a água voltará ao setor público para se continuar a construir a rede de água e saneamento ao longo do território, e termos a oportunidade, que eu acho essencial até neste acordo, que as pessoas que já têm neste momento rede de água à porta, com as condutas para levar a água à casa de cada um, e também a rede de esgotos, possam fazer ligações sem pagar nada, ou quando muito, pagar algo simbólico, muito diferente dos quinhentos (500€), setecentos e cinquenta (750€), mil euros (1.000€) ou até, às vezes, mil e tal euros, mil e quinhentos euros (1.500€), como estão a ser solicitados. E isso é que não nos parece correto. E porque somos sociais democratas, temos realmente grande consciência social, e temos grande preocupação com as famílias mais pobres e carenciadas do Marco de Canaveses, e por isso achamos que não é justo exigir-lhes esse pagamento. E é essa também uma razão, entre tantas outras, para, realmente, nós tentarmos concluir. E eu gostava, é o meu último *dossier* mais complicado, que queria concluir antes de terminar as funções no próximo mês de outubro. Por isso, é a informação que temos.



Quanto à questão do nosso recurso, temos tido pequenas vitórias, mas importantes. Disseram sempre que nós não podíamos recorrer; ganhámos essa batalha. Ganhámos essa batalha, já foi aceite pelo Tribunal Administrativo Central que a Câmara Municipal tem razão e deve recorrer. Está aceite o recurso, naturalmente que vai levar o seu tempo. Mas nós, porque somos, exatamente, homens de diálogo e concertação, continuamos a dialogar, nunca deixámos de dialogar com as Águas do Marco, para tentarmos pôr cobro a este litígio, se possível, exatamente como fizemos há doze (12) anos (ou quase), quando começámos o nosso primeiro mandato. Quisemos fazê-lo por diálogo e concertação, para repor o interesse público, para rever o contrato de concessão, para fazer aquilo que devia ter estado acautelado por quem o fez, que realmente era defender os interesses da nossa terra, dos seus cidadãos, a começar pelas famílias mais carenciadas, para poderem ter água e saneamento, como já merecem, porque estamos em Portugal, estamos na Europa, séc. XXI, e acho que já devíamos ter essa cobertura, que foi das primeiras ações dos autarcas portugueses, que estamos a celebrar quarenta (40) anos de Poder Local Democrático.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, Sr. José Fernando Barbosa, naturalmente que sabemos das dificuldades que há em várias artérias, e nós temos dificuldade também numa resposta, porque é bom termos presente, meus amigos – e isto não é para dizer que vocês não têm razão, e que nós é que temos razão; temos todos razão. Essa é que é a questão: é que os senhores têm razão, e a Câmara também tem razão. Temos mil e setenta quilómetros (1.070 Km) de estradas e caminhos municipais, que temos a responsabilidade, naturalmente, de os manter, fazer a manutenção, e ainda construir muitos, ou melhor, colocar pela primeira vez, em muitos que estão em terra batida, paralelos ou betuminoso. E esse tem sido o trabalho permanente, e temos muitas obras em curso neste mandato, neste momento, e vamos lançar muitas outras ainda até ao final do mandato. Estamos a dar prioridade agora aos calcetamentos, e agora, se possível, quando for em abril, com a conta de gerência, com a revisão orçamental, com o encaixe do saldo de 2016, nós vamos avançar com mais um conjunto de pavimentações, mas estamos a começar pelo calcetamento, porque demora mais tempo, e o betuminoso é mais fácil de colocar, e por isso poderemos fazê-lo a partir da revisão orçamental, a partir de final de abril, princípios de maio, e isso também vai acontecer até ao final do nosso mandato. Mas não iremos, com certeza, responder a tudo, com os meios logísticos da Câmara. Como sabem, meus amigos, também é preciso repetir isto à saciedade: nós, quando aqui chegámos, tínhamos quase quinhentos (500) funcionários; hoje temos trezentos e setenta e tal funcionários. Aposentaram-se, ou pelo tempo normal de serviço, ou por razões de saúde, cerca de cento e dez (110) funcionários. Parece que não, é um pequeno exército; muitas Câmaras não têm cento e dez (110) funcionários. E neste momento, nós, e a maior parte, foram exatamente operacionais, e fazem-nos falta esses operacionais para respondermos mais às solicitações das Juntas de Freguesia, das coletividades e das nossas, da própria Câmara Municipal. Por isso, não temos dado a resposta que gostaríamos, a todos, é verdade. Não é por falta de vontade, não é porque queiramos discriminar quem quer que seja, porque aqui nesta casa, enquanto eu for o Presidente, a discriminação só pode ser positiva, nunca será negativa em relação a quem quer que seja, porque sou o Presidente da Câmara Municipal de todo o município, naturalmente com a responsabilidade de partilhar o governo do município com as dezasseis (16) Juntas de Freguesia do concelho.



Placas toponímicas: estamos, exatamente, a estudar, para tentar. Mas tem razão também o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, quando diz que, efetivamente, se calhar, teríamos que, acima de tudo – nós queremos olhar para o todo das dezasseis (16), mas a prioridade até podia e devia ser para as freguesias que resultaram da reorganização administrativa, da agregação, que há necessidade, exatamente, de ajustar. Da nossa parte, já há bastante tempo que dissemos às Juntas que nos podem mandar as propostas, sugestões, para poder até fazer alterações de toponímias – porque é competência da Câmara, mas estamos abertos às boas sugestões das Juntas de Freguesia, para podermos fazer esses ajustamentos, porque também não faz sentido que agora as freguesias tenham dois (2) ou três (3) nomes iguais, porque isso causa confusão, mesmo que, às vezes, o código postal seja diferente. Estamos abertos, estamos disponíveis para que, sempre que nos mandarem, podermos analisar e levar à Reunião de Câmara, para podermos aplicar a nova toponímica. E tentaremos ajudar, como dissemos já nas últimas reuniões, que a Câmara está a estudar uma possibilidade de corresponder também a algum apoio, como fizemos ao longo do primeiro mandato, e essencialmente o segundo mandato, que fizemos uma verdadeira revolução democrática, para dar nomes à maior parte das artérias que não tinham nomes, que eram nomes de lugares. E isso, fizemo-lo com gosto e com empenho, mas com a colaboração também das Juntas. Estamos a fazer esse esforço, apesar de que lhe devo dizer que há aí pedidos, e pedidos, e pedidos, que são só dezenas, e dezenas de pedidos só para cada freguesia, uma freguesia. Ora, isto, depois não temos Orçamento que resista a dar uma resposta. Por isso, tem que haver aqui uma boa parceria com as Juntas de Freguesia.

Sr. Dr. Bruno Pinto, dizer-lhe o seguinte: em relação à proposta que aqui traz, em primeiro lugar, há um conjunto de ideias que estão exatamente a ser praticadas sempre pelas Câmaras Municipais que eu presidi, e penso que também já vinha de anteriormente. Nós queremos sempre valorizar as nossas festas, mas não podemos ir mais longe, muitas vezes, pelas limitações financeiras, porque eu gostava imenso de trazer mais artistas de renome nacional e até internacional. Quem é que não gosta, como outros municípios o fazem? Porque não têm o serviço da dívida, desde há doze (12) anos, trezentos e oitenta mil (380.000€), atualmente duzentos e oitenta mil euros (280.000€) por mês. Vejam só, só com um mês eu fazia umas festas de arromba, fazíamos umas festas de arromba só com um mês, em vez de pagar aos bancos. Mas esta é a realidade que nós não podemos ignorar, que temos que continuar a cumprir até 2030. E hoje vamos discutir aqui, reestruturar a dívida para ver se conseguimos deixar à nova Câmara – que praticamente já não vai ser no meu tempo – a possibilidade de ficar com mais cento e sessenta mil euros (160.000€) por mês, ou cento e sessenta e cinco mil euros (165.000€) por mês para poder investir, e até valorizar as Festas do Marco; até valorizar as Festas do Marco nos próximos anos. Estamos a fazer.

E há uma coisa que também me parece importante, e isso também marca a diferença: é que nós, se são as Festas de Marco de Canaveses, devem ser partilhadas com todos nós, com as nossas instituições, que as temos com mérito, e sem prejuízo de convidarmos também artistas de fora, tentar realmente também valorizar o cartaz das festas. Mas, acho que as festas, para serem do Marco e para os Marcoenses, e para quem nos visita, devem ter também a participação da prata da casa. Essas é que são genuinamente as Festas de Marco de Canaveses. Não sei se é essa a filosofia que está também presente no seu pensamento, mas eu acho que deve ser assim. Mas, evidentemente, quando houver eleições e houver uma nova



Câmara, podem pensar de forma diversa, e eu tenho que respeitar, enquanto democrata que sou, antes de ser social democrata.

E dizer-vos, por isso também, meus amigos, que, efetivamente, nós teremos em consideração alguns aspetos novos que ali estão, mas há aqui uma coisa que me parece importante: diz que devemos concentrar as festas em quatro (4) dias, e se possível aqui em toda esta zona envolvente da Câmara, Jardim Municipal, Praça Crispiniano da Fonseca, etc. Meus amigos, não é possível; é materialmente impossível. Onde é que a gente vai pôr as diversões, que são sempre no Largo da Feira, e antigamente, como sabem, quando tínhamos o campo pelado, campo de treinos, era no campo de treinos, e ali na zona das imediações do Estádio Municipal e do Pavilhão Bernardino Coutinho. Não temos outro espaço, até temos que concertar com os nossos feirantes, que muitas vezes atinge um dos dias das feiras, dia 13 ou dia 15. Por isso, nós não podemos. E acho que as diversões, para além dos terrados de venda de coisas, que também são interessantes, fazem parte das festas, tem que ser lá, porque aqui não conseguimos encaixar as diversões. E seria também, se calhar, aqui para as pessoas um barulho ensurdecedor, e mesmo lá, coitados, também têm algumas habitações, e isso também por vezes provoca essa questão em relação às pessoas que ali habitam nos prédios, nas imediações da feira.

Quatro (4) dias, mas eu percebo que há muitos concelhos que fazem quatro (4) dias, ou três (3) dias, mas devo dizer que quando cá cheguei, fazia-se em três (3) semanas; eu ainda fiz, salvo erro, no primeiro e segundo ano, três (3) semanas. Depois condensámos em dois (2) fins de semana e uma semana completa. Para quê? Para dar oportunidade para que as festas tenham maior participação das nossas instituições, sejam bastante diversificadas, no plano cultural, no plano social, no plano recreativo, no plano desportivo, para ter, exatamente, a envolvência da nossa terra, dos cidadãos. E tanto quanto sei, não tenho visto baixa de público, de atração de público, seja os Marcoenses, seja quem vem de fora. Naturalmente, se nós trouxermos mais algum artista especial, com certeza que ainda vem mais gente aqui das freguesias do concelho, dos concelhos vizinhos e de outras partes da região, com certeza. Se eu pudesse fazer, como muitas Câmaras têm dinheiro para fazer, publicidade na televisão, mas só a faço nos jornais aqui locais, regionais, e o Jornal de Notícias, que é um jornal também de referência. Mandamos para as televisões, aparece em rodapé, quando aparece, mais nada. Mas, não pagamos *spot* publicitário, porque isso fica por muitos e muitos milhares de euros. Não nos podemos dar a esse luxo. Não nos podemos dar a esse luxo.

Mas, dizer também o seguinte: acolheremos tudo aquilo que for positivo para acolher; acho que é afunilador reduzir isto a quatro (4) dias, porque é uma mudança do perfil das Festas do Marco. Por isso, acho que devia haver alguma ponderação, e não haver precipitação nesta decisão, que, naturalmente, a Assembleia é soberana para ponderar, para decidir e para recomendar. Mas, acho que isso pode alterar. De resto, já temos as Festas do Marco a ser trabalhadas, já fizemos os convites, e por isso, enfim, é difícil já alterar o perfil para este ano de 2017. Se calhar, como vem um novo mandato, e vai haver eleições, e esse assunto até pode ser, se calhar, abordado pelos candidatos, se esse assunto merece ser ponderado de forma diferente para o próximo mandato. Acho que tinha mais lógica. Agora, devíamos concluir este mandato dentro daquilo que tem sido a tradição – e uma boa tradição, diga-se de passagem – sem prejuízo, como digo, de sempre valorizarmos o cartaz das festas.



Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhosa, Sr. Eng.º António Pinto, Largo do Eirô: como sabe, era aquilo que estava previsto fazermos, e vamos fazer. Vai ser lançado o concurso para o efeito proximamente. Depois, pôs-se a questão de fazermos dois (2) passeios, de acordo com as nossas conversas, um para a atual Escola EB1 / JI, e para a nova Igreja, que também vai começar a ser construída a partir daquela escola que doámos à Paróquia, antiga Escola da EB1 de Banho. Só esse passeio custa sessenta mil euros (60.000€), porque temos que fazer ali todo um conjunto de muros, etc., e depois o passeio. Sessenta mil euros (60.000€). É que isto parece tudo fácil, é tão fácil, naturalmente, e as ideias que, com certeza, temos nós, Câmara, e têm as Juntas, e têm todos os demais, só que isto custa dinheiro. E depois, também nos disseram que era importante fazer para a atual Igreja, pela estrada principal, custa mais trinta mil (30.000€). Só em passeios, noventa mil (90.000€), que é o que está orçado. Quer dizer, custa tanto quanto o Largo do Eirô, que está previsto executarmos. Ou seja, a obra que tínhamos previsto fazer, de noventa mil (90.000€), passa para cento e oitenta mil (180.000€). É tão simples quanto isto. E como devem imaginar, o deve e o haver mexe, e a gente não consegue responder a tudo e a todos. E por isso, disse ao Sr. Presidente da Junta – ele já sabe, ele entretanto quis-me interpelar aqui para que ficássemos todos a saber – é que eu disse: “Vamos tentar fazer pelo menos um passeio”, talvez até o mais caro, que é o que vai levar à escola, que é importante criar condições de segurança para as crianças, e também à nova Igreja de Banho, que é o de sessenta mil euros (60.000€). Estamos a trabalhar para encaixar na empreitada do Largo de Eirô exatamente o passeio, pelo menos, para a escola e para a nova igreja.

Dizer também, em relação às questões da estrada principal: vamos tentar fazer, não toda a estrada principal, desde cá de baixo, Carvalhosa, até lá em cima, à fronteira com Amarante, até Banho, não temos, porque são quilómetros...

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, eu peço desculpa...

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Meu caro, mas eu estou a responder, e estou no quarto, de quinze (15). Eu queria responder.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Se os Srs. Deputados quiserem anuir mais alguns minutos para o Sr. Presidente concluir.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Por isso, vamos pavimentar a estrada, está previsto fazermos agora com a alteração orçamental, ver se conseguimos até numa alteração orçamental já lançar algumas. Mas, como isso também é betuminoso, provavelmente ficará dentro da revisão orçamental, mas vamos fazê-lo, pelo menos na parte de Carvalhosa. Não sei se conseguiremos fazer em Banho. Gostava muito, os de Banho também mereciam, mas não sei se teremos dinheiro para tudo. E temos que ser responsáveis, eu não quero deixar, naturalmente, saldo negativo; acho que a minha obrigação e dos meus pares é deixar um saldo positivo. Pode não ser muito grande – isso, depois, falaremos ainda sobre essa matéria.

Depois, sobre a questão da escola, a Sra. Vereadora, se tiver tempo, se houver tempo para responder, responderá sobre as questões que falou, da tarefaira, etc., da Escola EB1 de Carvalhosa.



Sr. Dr. Benjamim Marques, já respondi em relação à questão da estrada. Se conhecemos e sabemos que é preciso um novo tapete, vamos colocá-lo, pelo menos na parte de Carvalhosa.

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires, seria o Sr. Vice-presidente a responder, uma vez que tem a área do ambiente, mas concordo com o que o senhor disse sobre a questão de ativar, nem que seja a título experimental, a ETAR da freguesia, neste caso em Maureles, e desativar as fossas o quanto antes. Parece-me bem. Mas, o Vice-presidente, se tiver oportunidade de responder, responderá de forma mais objetiva e mais completa.

Já falei da toponímia, para passar à frente e para poder responder a mais uns Srs. Deputados.

Depois, também dizer ao Sr. Olímpio Almeida, "Aqui Portugal": bem, devo dizer que foi um bom programa, tivemos pena que tivesse sido amputado em um terço. Era um programa das duas (14h00) às oito (20h00), acabou por ser encerrado às seis menos um quarto (17h45). Por isso, foi amputado. Houve um problema num dos carros de exteriores, sobreaquecimento, e disseram que não podiam arriscar continuar, sob pena de terem um incêndio, e depois a coisa seria muito pior. Tivemos que nos resignar, com pena nossa; estavam aí artistas ainda do Marco e de fora para atuar, e acabaram por, realmente, não o poder fazer. Mas, há uma coisa que sei: é que foi através da RTP para todo o país, e através da RTP Internacional para todas as comunidades, para todo o mundo, para as comunidades portuguesas. Foi bom, tivemos até lá o *feedback* de algumas comunidades no estrangeiro, foi bom que isso tivesse acontecido. E acho que devemos estar felizes por isso. Ao contrário, a TVI leva muito mais, a SIC leva muito mais; esta só leva praticamente a logística – pagamento de refeições, que vêm uns dias antes, para fazer alguns diretos, etc., algumas dormidas. Podia estar chuva, nesse dia a coisa até se aguentou mais ou menos, mas tivemos que montar uma tenda. Tudo isso, naturalmente, são custos, com certeza. Mas, acho que comparativamente – normalmente, a TVI leva vinte e cinco mil euros (25.000€), ou mais, e nós ficámos muito longe disso, talvez nem sequer a cinco mil euros (5.000€) chegou. Acho que valeu a pena essa projeção para Portugal e para o mundo, através da RTP Internacional.

Quanto à Dra. Ana Cristina Valente, muito obrigado pela referência que fez às nossas novas Unidades de Saúde Familiar (Bem Viver, Tâmega, Terras do Românico), a juntar às de Alpendorada, e aqui do Centro de Saúde do Marco, com o Polo de Tabuado para servir Tabuado, Várzea, Alviada e Folhada. Foi bom, temos uma cobertura global do concelho. Que diferença de há doze (12) anos para cá, que tínhamos a maior parte dos cidadãos, dos utentes a descobrir. Agora, esperamos evidentemente pelas obras de requalificação...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu gostaria que concluísse. Tenho imensa pena, mas é o tempo regulamentar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pois, mas então não vou responder a metade. Eu acho é que os Srs. Deputados, com todo o respeito, sabem que eu tenho pouco tempo, ou não perguntam tanto, ou eu não consigo responder.



Por isso, dizer que acho que foi bom, acho que é uma boa cobertura. Esperemos, então, que as obras, que já deveriam estar a começar, depois destes anos de adiamento, na Feira Nova, no edifício, para ficar um edifício moderno, para responder àquilo que foi a oferta dos cidadãos daquela terra à ARS, daquele edifício.

Dra. Patrícia Vieira, muito obrigado pelas referências que fez à questão que nós apenas tentámos ajudar, dentro daquilo que foi o nosso compromisso, de arranjar um espaço para a Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro em Marco de Canaveses. Esperemos, realmente, que venha dar-nos mais uma ajuda que é importante.

Quanto à Comissão de Crianças e Jovens em Risco, não posso estar mais de acordo com essa questão, e por isso, na próxima terça-feira, vou receber aqui exatamente responsáveis da Comarca do Porto – Este, que vêm falar connosco, e vai ser ali até no tribunal, às quinze e trinta (15h30), dia 21, no Palácio da Justiça, sobre exatamente a questão da problemática das crianças, da violência doméstica, e fazer um protocolo com a Câmara, com vista a fazer esse combate. Por isso, olhe, não temos estado indiferentes ao assunto, muito pelo contrário.

Dizer também, para tentar, então, concluir, a pedido do Sr. Presidente, e apelando à sua compreensão...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, peço-lhe imensa desculpa, mas terá que concluir. Agradeço-lhe imenso, mas terá que concluir.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Neste caso, há aqui algumas respostas que ficaram por dar, eu lamento, naturalmente.

Gostava também de fazer um comentário. Atenção, há aqui uma coisa que eu acho, Sr. Presidente e Srs. Deputados: que eu saiba, este não é o período de interpelação ao Presidente da Câmara sobre a sua informação; é um debate político de sentido geral, pode-se debater tudo no período de antes da ordem do dia, sobre aquilo que é o interesse político em geral. Isto a propósito da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, estamos fora do tempo, peço desculpa. Eu não ia dar mais tempo. Peço desculpa, Sr. Presidente, senão vamos aqui entrar num processo... eu não posso pedir rigor aos deputados, e dar anuência. Dei vinte por cento (20%) ao Sr. Presidente de anuência, como tinha dado ao PS, de vinte por cento (20%), que é para depois não virem dizer... Como isto está tudo gravado, é para mim fácil perceber isto. O PS tinha dez (10) minutos, dei-lhe doze (12) minutos e quarenta (40), e por isso, fiz o mesmo ao Sr. Presidente.

Antes de encerrar o Período de antes da ordem do dia, nós temos uma proposta para votar. Se me permitem, o Sr. Deputado Bruno Pinto apresentou aqui uma proposta à Mesa, e depois fez uma retificação a essa mesma proposta, porque a proposta pedia para incluir na ordem de trabalhos na próxima Assembleia Municipal, mas aquilo que o Sr. Deputado Bruno Pinto queria dizer – eu vou ler o que ele escreveu: onde se lê “na próxima Assembleia Municipal”, deve ler-se



“na presente reunião ordinária, de hoje, de dia 18 de fevereiro”. Portanto, iremos votar esta proposta.

Eu vou só resumir a proposta, já darei a palavra a quem quiser intervir sobre a proposta. A proposta é “Festas de Marco de Canaveses, um conceito e uma experiência a valorizar”, e apresenta sete (7) pontos: a criação de um verdadeiro fator experiencial, um tema a explorar, em *branding e marketing*, das atividades culturais do Marco, a concentração temporal das festas, uma concentração geográfica das festas, ter uma experiência diferenciadora nos restaurantes com o anho assado e os vinhos verdes, e uma coexistência de um conjunto de feiras que se fazem no Marco, juntando-as todas, segundo percebi (a Feira Social, a Feira de Artesanato, Feira de Gastronomia, Feira de Vinhos e Feira de Usados). E depois, ter a concertação de uma estratégia, uma proposta e a concertação de uma estratégia. Desculpem lá ser assim desta forma, mas o Sr. Deputado fez a explicação desta proposta.

E portanto, se houver alguns deputados que queiram intervir sobre esta proposta, ou pedir algum esclarecimento ao deputado Bruno Pinto. Portanto, eu iria dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto, depois darei ao Olímpio, depois ao Sr. Madureira, e depois, no fim, se for questões para explicar.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu não venho propriamente fazer uma análise à proposta, porque a proposta não nos chegou em mão. E daquilo que eu vi da intervenção do Bruno Pinto, acho que pode haver algum interesse em debater, embora muitas das situações que também já lá estão explanadas já são realizadas nas Festas do Marco ou noutra âmbito. Mas, como tem sido – e às vezes o Partido Socialista também reclamou essa situação, de as propostas não chegarem a tempo para uma análise, eu perguntava ao Bruno se haveria diferença de levar esta proposta à próxima Assembleia Municipal, para deixar que os deputados municipais todos tivessem acesso à tua proposta, a lessem, a contrapusessem, e talvez até a melhorassem. Eu acho que é nesse sentido democrático, porque estarmos aqui a votar uma coisa que nós não lemos...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu peço-lhe mais algum respeito por todos os colegas, mas pronto, cada um terá as suas ideias sobre isto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Ninguém está a incendiar, eu estou aqui a dizer que uma questão é trazer uma ideia, outra coisa é trazer uma proposta escrita. Nós vamos votar uma proposta escrita que não lemos. É só isso que eu estava a apelar ao deputado Bruno Pinto, se ele quiser, de trazer na próxima Assembleia Municipal, para dar tempo a todos os deputados para a lerem. Mas, isso é uma questão que cabe ao proponente da proposta aceitar ou não aceitar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Passando à frente das formalidades, a proposta parece-me, efetivamente, consistente, o Sr. Presidente da Câmara acabou por referir que o Orçamento não é demasiado para as festas, o que vem de acordo, exatamente, com o que está na proposta, porque diminuindo-se o tempo, os custos diminuem. E as festas, tal como têm vindo a ser feitas, grande espaço na cidade durante os períodos das duas (2) semanas que normalmente ela compreende, a cidade, a partir das dezanove horas (19h00), ou vinte (20h00), fica deserta. E por uma razão muito simples: é que as festas estão concentradas em determinado sítio, e o resto da cidade fica, efetivamente, sem pessoas. O que me parece importante seria criar três (3) polos – ou até mais – na cidade, imaginando o centro da cidade, como foi referido na proposta, eventualmente com as diversões no Largo da Feira, tal como tem vindo a ser feito, e por que não aproveitar o espaço também da área do Estádio? E então, as pessoas movimentando-se, efetivamente, de uns polos para os outros, naturalmente criavam vida na cidade, que é isso que não tem existido.

Portanto, a proposta parece-me pertinente, e se, efetivamente, em vez de as duas (2) semanas em que as festas têm sido realizadas, se pudessem ser feitas numa semana, naturalmente que seria mais valorizado, criava-se mais vida, e provavelmente as festas tinham mais impacto.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não estamos a debater a proposta, Sr. Presidente; os deputados que vão ter que votar a proposta estão neste momento a pôr questões.

Sr. Deputado Joaquim Madureira.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Exmos. Deputados Municipais, Exmo. Público:

Eu venho intervir porque entendi que era minha obrigação. Sou comerciante – não estou a defender a minha tese – sou comerciante nesta cidade, os investimentos vão-se fazendo com muito sacrifício, os impostos vão-se pagando; esta cidade foi degradada com as obras que foram feitas, os sentidos que aqui puseram, as pessoas nem sequer passam aqui. É bom que se faça alguma coisa para chamar pessoas aqui à nossa cidade, que está a ficar deserta – durante a semana e durante o fim de semana, não se vê uma pessoa na rua, não há nada que chame ninguém aqui ao Marco. As festas que se fazem, e toda a gente sabe disso, quer queiramos, quer não – e Sr. Presidente, tenha paciência, que ele de festas não percebe nada; as festas que se faziam antigamente, no Marco, é que eram festas a valer. Era uma semana de festas, mas festas a sério.

Sr. Presidente, tem como exemplo o Concelho de Baião: vai a Baião, faz festas uma semana, mas tem ali durante todos os dias da semana os restaurantes, e está tudo repleto. Aqui, faz quinze (15) dias, três (3) semanas, para quê? Deserto. Olhe, acontece como aconteceu agora aqui, naquele festival que o senhor fez aqui, que se tiveram que ir embora porque não tinham pessoas para ver, e eles iam atuar para quem? Aquilo não foi curto-circuito nenhum, aquilo ninguém foi ver, claro. E meteram a viola no saco e foram embora, que não estava ali ninguém.



E Sr. Presidente, outra coisa, é preciso pensar nisto o quanto antes, Sr. Presidente – e eu vou apresentar aqui uma proposta na próxima, e tenho a certeza que aqui os Srs. Deputados Municipais vão aceitar: pedia-lhe que tirasse dali aquele cascalho que pôs nesta rua, que parte os carros todos, que as pessoas têm medo de passar aqui. Faça isso, Sr. Presidente. Ficava-lhe muito bem, antes de terminar o seu mandato, corrigir algumas das asneiras que fez.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Mário Luís. Sr. Presidente, eu peço-lhe imensa desculpa, aqui quem dirige os trabalhos sou eu. Peço desculpa, Sr. Presidente.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Muito brevemente, passando as apresentações, queria só apenas dizer que isto é uma proposta de recomendação, e como proposta de recomendação, não obriga a Câmara a executá-la. Portanto, a minha recomendação – passando a redundância – é que possam ser retirados os aspetos que entenderem positivos, e analisados, e daí partir para a ação, conforme entenderem.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu quero agradecer, porque eu pensei que toda a gente tinha percebido que estas propostas, todas as propostas que são apresentadas aqui e que vão ao Executivo, são todas de recomendação; nenhuma é vinculativa. E portanto, espero que toda a gente perceba aqui nesta Câmara e na Assembleia Municipal que as propostas nunca serão vinculativas; serão propostas de recomendação.

O Sr. Presidente estava há bocado a dizer, sobre a proposta, se queria pôr alguma interpelação ao deputado Bruno Pinto, para depois o Sr. Deputado Bruno Pinto poder falar às pessoas sobre a proposta. Não há discussão da proposta; a proposta é uma recomendação que vai à Câmara, e depois a Câmara fará da proposta aquilo que achar de interesse. Ela vai a votação, e se passar, entregaremos a proposta à Câmara, como recomendação da Assembleia Municipal, sobre um proponente, que é o Sr. Deputado Bruno Pinto, e o Executivo irá fazer sobre a proposta aquilo que achar melhor, ou não.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

... acho que é injusto, e eu tenho direito também a responder, mas posso deixar isso para o período de interpelação ao Presidente da Câmara, pronto, e esclarecerei, só para poupar agora algum tempo. Agora, sermos atacados, chamar-nos assassinos, como também está aqui, “assassinou a cidade”, acho que isto é demais. “Assassinou a cidade e o comércio tradicional”, está aqui com letras garrafais, dali da Sra. Presidente da Concelhia. Por amor de Deus.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu peço desculpa, eu estou muito mais interessado em discutir a proposta do deputado Bruno Pinto, que será uma proposta... Sr. Deputado, peço desculpa, eu estou muito mais interessado em discutir a proposta do deputado Bruno Pinto, que poderá ter boas ideias para o concelho, do



que estarmos aqui a discutir outros assuntos, que para mim são perfeitamente acessórios, sobre esta Assembleia Municipal.

Sr. Deputado Bruno Pinto, se quiser dizer alguma coisa sobre a proposta, para depois pô-la a votação, eu agradeço.

--- Bruno Pinto (PS) ---

Bom dia, outra vez.

Eu queria reforçar, em primeiro lugar, que estou plenamente de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal: o objetivo da proposta é mesmo discutirmos aquilo que é melhor para o Marco; acho que é importante nós construirmos de uma forma positiva um futuro para o Marco, um futuro para as Festas do Marco, que é esse o grande objetivo que nós temos aqui.

Em relação a duas (2) situações que o Sr. Presidente colocou, importa só esclarecer que o meu objetivo ao propor a diminuição do número de dias das festas é mesmo esse: para um mesmo orçamento, ou para um orçamento inferior, nós tentarmos concentrar o investimento das festas, isto é, nós podermos ali concentrar, do ponto de vista do investimento e do ponto de vista da atração de pessoas, em determinados dias, e para conseguirmos ter dias que possam ser mais consistentes e mais sonantes, e para que quem visitar o Marco saiba exatamente aquilo que pode encontrar naqueles dias específicos.

Relativamente à concentração geográfica, eu falei em centralidade. Isto é, não era minha ideia sequer deixar de pensar que os carrinhos, ou as diversões, deixassem de ser na zona em que são hoje. Aquilo que eu queria dizer é que nesta zona central da cidade, acho que ainda temos um caminho importante a fazer. Acho que nós podemos, do ponto de vista não só do comércio tradicional, do ponto de vista das associações, do ponto de vista também de concentrarmos, de estarmos a concentrar os dias das festas, conseguirmos criar algo com um potencial de expressão muito maior. No fundo, concentrar os investimentos e as pessoas.

Em relação ao *timing* da proposta, aquilo que o colega Luís Pinto falou, referir: é assim, o Sr. Presidente referiu há bocado que já estariam a fazer eventualmente os convites. O meu receio aqui, de nós atrasarmos esta discussão, é que daqui a dois (2) meses, se hoje estão feitos os convites, daqui a dois (2) meses estarão feitas muito mais coisas. Isto é, acho que do ponto de vista do planeamento, acho que esta altura será a ideal para estarmos a discutir isto.

Pronto, e no fundo, é isso que eu queria esclarecer: acho que é uma discussão importante, entendam esta proposta como uma proposta pelo Marco, uma proposta pela positiva, e que há sempre um caminho a fazer, e há sempre um caminho a fazer pelas nossas coisas, pelo Marco e pelas nossas pessoas.

É só isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Deputado.



Vamos, então, pôr à votação a proposta. Eu iria propor em bloco, se não se importam. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, a proposta foi aprovada, com treze (13) abstenções, e dezasseis (16) a favor. Eu vou repetir, porque houve aqui um erro: dezasseis (16) votos a favor, e dezasseis (16) abstenções.

Passaremos, então, ao **Período de intervenção do público**. E portanto, os munícipes que se quiserem inscrever, agradeço. Eu daria a palavra ao munícipe Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, público e comunicação social.

As minhas questões hoje são muito concretas, e espero que o Sr. Presidente também as responda com um “sim” ou um “não”, ou que a nível de números, sejam respostas precisas.

Começava, esta é a que é menos precisa: eu esta semana fui contatado pelos meus colegas, que o horário de abertura do Correio ia ser diminuído. E ao que eu sei, é da responsabilidade da Câmara emitir um parecer. Queria perceber se esse parecer foi pedido, qual foi o parecer que a Câmara emitiu relativamente à diminuição do horário de funcionamento dos Correios. Como é óbvio, e ao que eu sei, implica na hora de almoço, quando muitos dos Marcoenses aproveitavam para ir buscar os registos, as encomendas avisadas, e acho que isto vai trazer, esta medida, vai trazer sérios constrangimentos aos Marcoenses. E visto que a medida ainda não está implementada, acho que a Câmara poderia fazer aqui alguma coisa ainda sobre esta matéria.

Outra das questões tem a ver com a água, e era importante dizer aos Marcoenses – a pergunta é concreta, Sr. Presidente: a nível percentual, qual é a cobertura de água no concelho. A pergunta é esta: qual é a cobertura de água no concelho, e de saneamento. Quero a percentagem, não vale a pena andarmos aqui a rodear.

Outra das perguntas que lhe queria perguntar: nós sabemos que a Câmara, a nível de técnicos, quadros, o Sr. Presidente tem feito um esforço – também era uma das suas lamúrias, que dizia que não tinha quadros para preparar. Ao que eu sei, e muito bem, foi feita uma Gala no passado sábado, acho bem que se deve promover os melhores, agora, também ao que eu sei, também foi dada a uma empresa privada esta organização da mesma Gala. Queria saber qual foi a empresa, e qual foi o valor gasto pela Câmara nesta mesma Gala, a esta empresa.

Outra das questões tem a ver com as placas toponímicas. Como é óbvio, isto é da responsabilidade da Câmara, ponto final. E agora, esperamos bem que Tabuado seja a primeira, porque foi Tabuado a levantar aqui a questão.

Outra das questões tem a ver com um concurso pessoal. Até no âmbito da minha atividade sindical, eu acho muito estranho – Sr. Presidente, os Presidentes de Junta todas as Assembleias vêm aqui reclamar que não têm manobreadores; o senhor vai abrir um concurso para pessoal operacional neste mandato? Os Marcoenses querem saber isto, os Presidentes de Junta querem saber isto. Agora, o Sr. Presidente ocupa três (3) motoristas o ano todo, que fazem falta para conduzir as máquinas.



E qual é o orçamento das Festas do Concelho? Certamente o Sr. Presidente, como disse aqui, tinha um orçamento já, o programa estava a andar, certamente já tem um orçamento para as festas, e queria perguntar-lhe qual é o orçamento para este ano, das Festas do Marco.

Era só isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Presidente, para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Munícipes e comunicação social.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Município Samuel Vieira, não nos pediram nenhum parecer, os Correios de Portugal; informaram-nos, apenas e tão só, de que ia haver uma alteração no horário de funcionamento aqui da nossa Loja CTT na cidade de Marco de Canaveses: passaria a estar aberta das nove (09h00) às doze e trinta (12h30), e depois, das catorze (14h00) às dezoito horas (18h00), de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados, alterando assim o horário de abertura no período da manhã, das oito e trinta (08h30) para as nove horas (09h00), e da parte da tarde, das treze e trinta (13h30) para as catorze horas (14h00). Foi isso que nos comunicaram, nunca nos perguntaram, nunca nos solicitaram qualquer parecer. Parece que também não é obrigatório que a Câmara possa emitir, ou tenha que obrigatoriamente emitir esse parecer, de acordo com a Lei.

Sobre qual é a extensão de rede de água e saneamento no concelho, podemos, naturalmente, pedir com todo o rigor aos serviços, apesar de nem sempre ser fácil, por uma razão muito simples: nós, ao longo destes quase doze (12) anos que levamos da nossa missão pública na nossa terra, construímos, dentro dos meios disponíveis pelo Orçamento do Município – e no início tivemos alguns fundos comunitários, no nosso primeiro mandato, onde construímos, realmente, muita rede, ou bastante rede naquele período – dizer que a rede que temos construído ao longo dos três (3) mandatos, nem toda ela está operacionalizada pela razão simples – é aquilo que há bocadinho eu falei, e já tenho falado de forma abundante em todas as reuniões da Assembleia Municipal: é que como as ligações são muito caras, por parte da empresa Águas do Marco, as pessoas não querem ligar-se, não têm possibilidades de se ligar, e continuam a tirar água do furo artesiano, apesar de ter a passar ali as condutas da água, e o esgoto continuar a andar a céu aberto. Como deve imaginar, nós estamos infelizes com essa situação, porque gostaríamos que as pessoas tivessem condições para ligar, para poder rentabilizar a rede que se construiu com grande esforço, do município, do Orçamento Municipal. E por isso é que queremos, realmente, resgatar esta concessão, tentar integrar novamente o sistema público. Além disso, como social democrata que sou, sou contra a privatização da água; é um bem vital para a vida humana e para a vida animal, e como tal, acho que nunca devia estar na iniciativa privada, com todo o respeito que tenho pela iniciativa privada, enquanto social democrata, e pela iniciativa cooperativa, e pela pública, como é bom de ver. Por isso, esta é a situação: temos mais rede estendida do que aquela que está a ser utilizada, porque as pessoas, fruto dos valores altos da ligação, não se ligaram.



Depois, perguntou qual era a empresa, sobre a Gala. A Gala, acho que já viram no ano passado, viram este ano, acho que correu muito bem, com muita dignidade, penso que também com mérito. Convidámos a nossa atleta olímpica e mundial, Rosa Mota, que aqui esteve, e naturalmente que procurámos que fosse uma Gala feita com profissionalismo. E por isso, contratámos os serviços de uma empresa de fora, que é aqui do Marco de Canaveses, de jovens também da nossa terra, que queremos também sempre motivar e incentivar. E por isso, naturalmente que isso teve um custo, para que fosse uma Gala feita com o profissionalismo com que foi feita. E acho que devíamos todos estar orgulhosos, porque o investimento feito, acho que corresponde àquilo que foi a projeção e a dignidade, porque acho que o Marco tem que ser diferente para melhor; é para isso que viemos para o Marco de Canaveses prestar esta missão pública: nós queremos um Marco no séc. XXI, um Marco da Europa, do primeiro mundo, e não apenas o “Marquinho”, com todo o respeito, naturalmente, por todos, sem exceção. Por isso, esse é o nosso Marco, este é o Marco do presente, e é o Marco do futuro, que temos que continuar a construir, e que espero que as próximas Câmaras que venham a suceder-nos façam mais e façam melhor, se possível outros eventos, exatamente com todo o profissionalismo, para projetar a nossa terra, perante nós, em primeiro lugar, para nos sentirmos orgulhosos, aumentar a nossa autoestima, e também darmos uma boa imagem à região e a Portugal, do Marco de Canaveses, que nós queremos construir um novo Marco de Canaveses, com a nova geração, que é por isso que aqui estamos.

Quanto a se vão abrir, nós estamos a abrir aqueles concursos que nos são possíveis, dentro daquilo que a Lei nos permite, e também tendo em consideração que não podemos ultrapassar certos *plafonds*, em função dos recursos humanos, porque continuamos a ser uma Câmara – apesar de já não estarmos em desequilíbrio financeiro, estamos, realmente, com uma Câmara em equilíbrio financeiro, podemos já ter uma capacidade de endividamento de mais de dez milhões (10.000.000€), a verdade é que nós não nos libertámos do contrato de reequilíbrio financeiro. Vamos hoje praticar, penso que mais uma vez, um ato que nos pode dar essa esperança, se for essa a vontade da Assembleia Municipal, e se o Tribunal de Contas nos der esse parecer favorável. Podermos libertar-nos, para, então, podermos recuperar autonomia local, que esta Câmara e esta Assembleia – eu queria que ainda fosse esta Câmara a tentar dar esse primeiro sinal, em setembro, quando for da questão de fixar as taxas do IMI, do IMT, da Derrama, gostaríamos de deixar esse sinal para o futuro, termos a possibilidade, sem o contrato de reequilíbrio financeiro, de baixar para estimular os cidadãos da nossa terra, os empreendedores da nossa terra, para atrair mais investimento, para diversificar os nossos, para apostar na inovação, na competitividade – é isso que nós queremos para o Marco, para poder dar mais emprego às pessoas, em particular à nova geração que aí está com mais mérito, também para poder ter emprego na sua terra. E é esse o nosso objetivo. E é por isso que queremos, exatamente, aproveitar esta oportunidade para reestruturar a dívida, para substituir o contrato de reequilíbrio financeiro; naturalmente que temos que voltar a contrair empréstimos, mas que nos deem a oportunidade de ficar com mais possibilidades de investir todos os meses mais cento e sessenta mil euros (160.000€), acho que isso era bom para o Marco de Canaveses, acima de tudo, para quem há de ser eleito em outubro próximo, e nessa altura já poderemos até mais livremente contratar pessoal, os manobreadores e tantos outros.

Agora, acho que não faz sentido o senhor faltar à verdade: o Presidente da Câmara não tem três (3) motoristas em permanência ao meu serviço; tenho um motorista desde que cheguei cá, que me disseram que era, realmente, aquele colaborador que estava disponível para o efeito. E eu



aceitei, conhecia-o vagamente, de Tabuado, que é também a freguesia do meu berço, natal, que é o Sr. Moreira. Esse, sim, é que está comigo durante a semana. Ao fim de semana, até por causa das limitações também de horário, etc., e também das horas, ele é substituído pontualmente, ao fim de semana, alternadamente por um ou outro motorista, que trabalha a semana toda nos serviços da Câmara Municipal, nas obras, a conduzir camiões e a conduzir carrinhas para levar as crianças para as escolas da nossa terra, e até para fora das escolas. Alternadamente, há um e há outro. Hoje é o Sr. Monteiro, este fim de semana, na semana passada foi o Sr. José, mais conhecido por José Padre. Por isso, nunca tive três (3) motoristas em simultâneo, isso é uma mentira. Esse Sr. José e esse Sr. Monteiro trabalham durante a semana, exatamente nos serviços da Câmara Municipal, e pontualmente, de quinze (15) em quinze (15) dias, cada um deles está comigo ao fim de semana. Vamos ser verdadeiros. Eu acho que o combate político pode e deve-se fazer, estamos no ano para travar esse combate, em setembro e outubro, mas não vale tudo, meus amigos, não vale tudo, porque nós não somos inimigos, eu não sou inimigo de ninguém que está aqui nesta sala, nem sou inimigo de ninguém que está neste concelho. Eu sou amigo, e sou amigo, e sou companheiro. Para me combaterem, não é preciso faltar à verdade, essa é que é a verdade. Por isso, acho que sim, porque as pessoas conhecem-me, e o Sr. Madureira conhece-me desde criança, acho eu, e os meus pais, a minha mãe em particular. Por isso, sabe que eu sou uma pessoa de bem. Bom, fiquemos por aqui.

Os custos das Festas do Marco? Os custos das festas, neste momento estamos a trabalhá-las, ainda não podemos dizer quais são os custos. Agora, naturalmente que os custos andam sempre mais ou menos dentro de um *plafond*, que são algumas dezenas de milhares de euros, para fazermos umas festas com um cartaz que seja digno do Marco de Canaveses. Como agora até está aqui essa proposta de recomendação, eventualmente para fazer de forma diferente, que eu acho que efetivamente é um assunto que deve ser devidamente ponderado, porque já temos as coisas a ser trabalhadas. Nós, praticamente quando terminamos umas festas, fazemos o balanço passado um mês, e a seguir estamos já a pensar nas próximas, até para ver possibilidades, etc., com as instituições da terra, e também com artistas de fora. Estamos a trabalhar, e é por isso que eu disse que me parecia que esta proposta, que é natural, e pode ser realmente debatida, e pode ser até assumida, mas devia ser, exatamente, já no próximo mandato, uma vez que vai haver eleições, e quem vier pode, realmente, pensar de forma diferente, e até ter em consideração aquilo que foi aqui a recomendação. Em relação àquilo que é o término do nosso mandato – e procurei, porque quando cheguei eram três (3) semanas, como digo, ainda pratiquei isso um ano, ou dois (2), e agora só fazemos uma semana e dois (2) fins de semana; na prática, são dez (10) dias, não são três (3) semanas. Que eu saiba, três (3) semanas são vinte e um (21) dias, se é que a minha matemática está certa. Passámos de vinte e um (21) dias para dez (10) dias, começa numa sexta-feira e vai até domingo da semana seguinte; é uma semana completa, e termina. Por amor de Deus. Para quê? Para dar oportunidade às pessoas, às instituições da nossa terra, senão não conseguimos.

E sabem uma coisa? Os senhores ali, exatamente, junto ao estádio, também querem ter lá festas, querem ter, os comerciantes pedem-nos isso, e nós temos que olhar para a cidade como um todo. E isto não são as festas da cidade, são as Festas do Concelho, que têm o seu epicentro na cidade. E até é bom que haja estes fluxos, esta mobilidade entre a cidade, entre aqui o centro da cidade, o Largo da Feira, e também o Estádio Municipal. Por exemplo, se queremos trazer um artista, não vai ser aqui, que não cabe. Fazemos o melhor possível, muitas



vezes ali também no Jardim Municipal, com o palco, e ali junto à Praça MFA, mas mais conhecida como Largo D. Carlos, mas não chega. Para um artista maior, como temos feito nos últimos anos, temos que ir para o estádio. E isso é bom, porque as pessoas também querem que aconteça alguma coisa lá. Por isso, estamos a olhar para os comerciantes, para o comércio tradicional. Agora, se quisermos concentrar tudo aqui, com certeza que isso é bom, é necessário, é útil, ajudar os comerciantes da zona mais antiga da cidade, não posso estar mais de acordo, e é por isso que trouxemos de novo para o Jardim Municipal, para o Largo Crispiniano da Fonseca, mais conhecido por Largo do Conforto, etc., e também aqui na envolvência da nossa Câmara Municipal, no Largo Sacadura Cabral, aqui também na Alameda, e fazemos tantos outros eventos aqui durante o ano.

Por isso, vamos ser também justos, e de acordo com aquilo que tem sido a realidade, e não mistificar a realidade, e distorcer a realidade. Anho assado? Então, isso é o que nós queremos promover, exatamente, o anho assado, e toda a gastronomia, porque não ficamos afunilados só ao nosso prato tradicional. Mas isso, não é preciso dizê-lo, porque já é o que os restaurantes fazem, e bem, na minha ótica.

Pronto, da nossa parte, era a resposta que tinha para dar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu peço desculpa, não há retificações a dar. O senhor fez uma questão, o Sr. Presidente respondeu. Eu peço desculpa, o Sr. Presidente respondeu àquilo que achava que devia responder. Peço desculpa, Sr. Samuel Vieira, aqui não há diálogos com a Mesa. Caro munícipe, eu aconselhava o munícipe, se possível, a ler o nosso Regimento, porque era importante, para quem vem cá tantas vezes, conhecer no mínimo o nosso Regimento, para de vez em quando não dizer coisas que não devia dizer, já aos meses que vem cá. Eu não vou conversar consigo. Se o caro munícipe continuar a falar, eu vou convidá-lo a sair da Assembleia.

Passaríamos, então, ao **Período da ordem do dia**. Íamos passar, então, ao **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.

Portanto, daria a palavra, então, ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, por uma questão de economia, da minha parte dizer apenas que estão aí as quarenta (40) páginas sobre aquilo que tem sido (ou foi), durante este intervalo da última Assembleia Municipal, realizada, como sabem, no dia 26 de novembro de 2016, até há poucos dias. Tentámos fazê-lo de forma tão objetiva quanto possível, dentro daquilo que foram as nossas iniciativas, muitas delas em parceria com as Juntas de Freguesia e com as nossas instituições e coletividades, para continuarmos a fazer aquilo que é o desenvolvimento do concelho, que é a valorização do nosso território, que é tentar sempre ajudar e a projetar o nome de Marco de Canaveses. É esse, realmente, o sentido sempre daquilo que temos vindo a fazer, e como digo, desta forma aberta, partilhada com todos. E estão aí as quarenta (40) páginas. Se quiserem depois interpelar-nos sobre as questões que entenderem úteis, estaremos disponíveis para responder.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra aos Srs. Deputados que queiram intervir sobre este assunto. Portanto, eu vou só repetir os nomes: Cristina Vieira, José António Valdoleiros, Olímpio Almeida e Luís Pinto. Não há mais ninguém para se inscrever?

Dava a palavra, então, à Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, cara Mesa, caros deputados, comunicação social e público, e já agora quem nos ouve em casa, os Marcoenses:

Em relação à informação escrita, eu queria só dar uma nota em relação àquilo que aqui já foi também discutido, que tem a ver com a criação das Unidades de Saúde Familiar, e dar nota de que, de facto, foi em 2005, com o Governo do Partido Socialista, que se criou a Missão para os Cuidados de Saúde Primários, de onde resultou a criação destas Unidades Familiares. Continua a ser o Partido Socialista a defender intransigentemente o Serviço Nacional de Saúde, e criou ao longo do país várias Unidades de Saúde Familiar. O Marco de Canaveses foi congratulado com a abertura de quatro (4) Unidades de Saúde Familiar, e por isso, congratulamo-nos, que de facto, a Freguesia de Bem Viver, do Marco de Canaveses (cidade), Santo Isidoro, Livração e Tabuado tenham hoje melhores condições de saúde e de acesso aos cuidados primários de saúde.

Quem é utente de uma Unidade de Saúde Familiar sabe que estas unidades estão organizadas de modo diferente e que a prestação dos cuidados é feita com mais proximidade e melhor qualidade. E queria só dar nota de que o Partido Socialista, de facto, congratula-se que os Marcoenses sejam hoje beneficiados com estas Unidades de Saúde Familiar, e agradece ao Governo de Portugal por ter contribuído para melhorar a saúde dos Marcoenses.

Dar nota também, já agora, na área da saúde, que a Freguesia de Soalhães vai ter também, por força de um despacho do Ministério da Saúde, muito brevemente, um Posto Farmacêutico. No fundo, é uma farmácia, que muito contribuirá também para o aumento da melhoria dos cuidados, e do acesso aos cuidados de saúde primários dos Soalhenses.

Em relação à informação escrita, eu percebi que há aqui – se calhar por omissão, mas nós não temos visto, ou eu não tenho visto também aqui explanada na informação escrita a questão da contratação de pessoal. E nem ia fazer esta intervenção, mas como já aqui se falou muito, nas intervenções anteriores, da contratação de pessoal, eu queria só dar nota, e depois também se me pudessem explicar, que na ata de 19 de setembro de 2015, a Câmara Municipal trouxe cá a alteração ao Quadro de Pessoal, ao Mapa de Pessoal, que entretanto houve concursos, e as pessoas, efetivamente, foram contratadas. Na altura, o Sr. Vice-presidente disse que fez esta alteração, ou esta proposta, que foi por força da Lei, creio que era a Autoridade para as Condições de Trabalho. Apresentou-se aqui um concurso para contratarmos um médico, um enfermeiro e um técnico de higiene e segurança no trabalho, que parece que foi contratado no final do ano passado. Por isso, como não vejo isso na informação escrita, queria só dar nota do seguinte: na altura, dizia-se que não podíamos ter uma empresa a prestar esse serviço, e que a Câmara era obrigada, por força da Lei, a ter essa equipa, e, efetivamente, iria dispensar essa empresa, que na altura estava a prestar esse serviço, porque ia contratar três (3) técnicos para fazerem o serviço de higiene e segurança no trabalho. Queria só deixar esta nota: eu tenho



conhecimento que outros municípios, de dimensão muito maior que a do Marco de Canaveses, neste momento não têm esta equipa; ou seja, continuam a contratar esses serviços a uma empresa.

E por isso, queria deixar estas notas: se era imposição legal, como é que é possível – e parece-me estranho – que vários municípios ao longo do país não cumpram esse imperativo legal, porque também não têm essa equipa. Se era imperativo legal contratar três (3) técnicos, e afinal só contrataram um (parece-me), deduzo que não estejam a cumprir a Lei, porque têm um técnico que foi contratado, que é o técnico de higiene e segurança no trabalho – que também deixem-me fazer aqui este parêntesis, era assessor desta Câmara Municipal, e que foi contratado, e que hoje está a prestar serviços enquanto técnico da Câmara Municipal, mas aquilo que era pressuposto, que foi a intervenção que eu fiz em 19 de setembro de 2015, quando perguntei ao Sr. Vice-presidente se tinha feito algum estudo para saber se íamos poupar dinheiro em contratar esses técnicos e abdicarmos do serviço da empresa, que era uma empresa do Marco, efetivamente não se verifica, porque contrataram o técnico de higiene e segurança no trabalho, mas continuam a recrutar pessoas – neste caso, serviços – a uma empresa que, efetivamente, agora nem é do Marco de Canaveses (creio que é de Braga). Por isso, a minha pergunta é: para que é que foi a contratação de um só técnico, quando deviam ter três (3), por imperativo legal? Podem-me até dizer que os outros não concorreram, mas o que me parece é que isto foi um fato à medida para contratarem o assessor, porque, efetivamente, a Câmara ainda prejudicou mais o município, porque dispensou de prestar serviços à autarquia uma empresa que era do Marco, e veio contratar uma que é de Braga.

Muito obrigada. Gostava que me esclarecessem sobre isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado José António Valdoeiros.

--- José António Valdoeiros (PS) ---

Sr. Presidente, eu peço dispensa dos cumprimentos, e pretendia duas (2) questões muito rápidas.

Uma delas é perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se poderá dar à Assembleia alguma informação relativamente à auditoria que foi feita aos serviços, cuja auditoria terminou em agosto de 2015. Passado ano e meio, ainda não temos qualquer informação, mínima que seja, sobre o que se passou nessa auditoria. Penso que face ao período que já passou, que haverá de certeza alguma informação, deve haver relatórios, relatórios prévios, pelo menos, mas de certeza que deve haver alguma informação.

Segunda questão: era dizer mais uma vez que o Sr. Presidente confunde as questões relativamente à informação escrita. Os assuntos jurídicos não têm nada a ver com o mapa das contingências que acompanha o Orçamento; os assuntos jurídicos são os processos judiciais em curso, e dizer qual é a parte processual em que os mesmos se encontram. Portanto, não confundamos as questões. Os mapas das provisões e contingências são completamente distintos, esses sim acompanham os Orçamentos e a Prestação de Contas.

Muito obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à informação escrita, eu vou-me reportar à página 37, nomeadamente ao n.º 11, que refere o seguinte: *“No dia 11 de dezembro de 2016, realizou-se a comemoração dos quarenta (40) anos do Poder Local Democrático em Portugal. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses celebrou esta data, honrando a história e a memória de todos quantos nos mais diversos planos contribuíram para a afirmação da democracia em Portugal, e de forma indelével no nosso concelho.”*

Isto lido ao correr da pena é bonito, até é pomposo, naturalmente, mas não é bem assim. Um evento destes devia ser organizado de forma a ter cabeça, tronco e membros, dada a grandeza do evento. Mas, efetivamente, falta-lhe o tronco. E permitam-me que passe a referir o seguinte: a organização deste evento, em minha opinião, utilizou a teoria do “posso, quero e mando”. Esta teoria colide de forma indubitável com o respeito que devemos aos outros e com os valores e princípios democráticos. O CDS-PP conduziu o Concelho do Marco de Canaveses por mais de vinte (20) anos, tem a sua sede nesta cidade, em local de boa visibilidade, e foi completamente ignorado do evento. É legítimo discordar-se do que o CDS-PP fez no concelho, e até dizer-se que fez coisas erradas, mas na realidade, foi este Partido que transformou uma pequena vila numa grande cidade, e rasgou um concelho rural com centenas de quilómetros de estradas e caminhos essenciais ao desenvolvimento e qualidade de vida das populações. Na verdade, o evento apenas se reportou a alguns anos, e não aos quarenta (40) anos, simplesmente porque mais de vinte (20) anos não estiveram oficialmente representados.

A organização do evento, ao não convidar todas as forças políticas que conduziram o Marco de Canaveses, prestou um mau serviço ao concelho, à política e à democracia. A democracia deve ser praticada e não apenas professada.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao deputado Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores:

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, trago aqui quatro (4) pequenos assuntos, mas de relevante importância para o nosso concelho.

Em primeiro lugar, a questão da dinamização empresarial, e nomeadamente das zonas industriais. Acho que é de conhecimento público que através da revisão do PDM, que esteve parado durante muitos anos, que foi este Executivo que permitiu ao Marco de Canaveses ter



mais duas (2) zonas industriais neste concelho, além daquela que já temos sedeada na cidade do Marco de Canaveses.

E relativamente a esta da cidade do Marco de Canaveses, vamos, então, à verdade dos factos: é verdade, e todos nós sabemos, que ela necessita de uma requalificação. Já foi feita, ainda recentemente, uma requalificação de acesso que permite uma melhor entrada a esta zona industrial, que pode levar a uma maior dinamização da mesma. Mas, Sr. Presidente, sabemos que apresentou uma candidatura, ou uma pré-qualificação a uma requalificação desta zona industrial, e queríamos saber se já obteve alguma resposta da tutela, do Governo, ou do Partido Socialista no Marco de Canaveses, que sempre tememos que o nome de Marco de Canaveses possa continuamente ser riscado quando este Partido chega ao Governo. Mesmo assim, arrancou com esta requalificação, estando ela prevista; ou seja, não esperou que a tutela lhe desse a total resposta.

Relativamente às empreitadas em curso, tem sido ao longo deste mandato repetidas as vezes em que tem sido colocada a questão da equidade de investimentos nas nossas freguesias, olhando para elas por cores. Sempre o disse, e repito, que este Executivo, desde a primeira hora, olhou para todo o universo das freguesias de Marco de Canaveses como igual – claro, com as suas diferenças, nomeadamente demográficas. Mas, quem for atento e ler esta informação escrita reparará que em curso, para requalificações, por exemplo, de passeios, seis (6) obras em curso, três (3) delas são em Juntas de Freguesia do Partido Socialista, e pavimentações em nove (9) obras em curso, estamos a falar de cinco (5) freguesias do Partido Socialista, entre outras, como por exemplo, a Escola EB1 de Eiró, na Freguesia de Soalhães. Portanto, é importante que nós falemos de fatores, de factos, de verdades, e acima de tudo reconheçamos a equidade que este Executivo sempre teve ao longo dos seus mandatos.

O último ponto que me traz aqui é, efetivamente, outro dos pontos que este Executivo, ao longo destes três (3) mandatos que estamos agora a terminar, sempre valorizou, que foram as pessoas. Não há maior valorização que se possa fazer a um município que as suas próprias pessoas, as suas próprias gentes. E reconhecido até pela intervenção do nosso deputado nesta Assembleia Municipal, Mário Luís, a Gala do Desporto é, efetivamente – e eu estive presente – uma forma de valorizar as pessoas e de mostrar a grande diferença do desporto que se pratica hoje, e o desporto que se valoriza hoje no Marco de Canaveses, que não é um desporto de alguns, não é um desporto só para algumas modalidades, mas é um desporto para todas as modalidades, abrangendo todas as associações, e reconhecendo também o seu mérito e o seu valor, dos atletas, dos dirigentes, e de todos os sócios das instituições desta terra. Continuo a acreditar que a melhor forma de motivarmos os nossos munícipes no Marco de Canaveses é a distinção daqueles que são melhores, e essa melhoria também foi sendo capaz através de uma gestão criteriosa e rigorosa, como já várias vezes aqui disse nesta Assembleia Municipal. Podemos ter os cofres cheios (porque temos), mas não foi à custa dos mais desfavorecidos; foi à custa de uma lógica estratégica de que muito nos orgulhamos, e que sempre dissemos que ia ser essa a nossa lógica estratégica: através da poupança, para construir outras obras que necessitamos para o nosso concelho, através de fundos comunitários. E é daí que temos hoje uma poupança, que a vamos gastar, com certeza, ao serviço, mais uma vez, dos Marcoenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram colocadas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes, comunicação social:

Em primeiro lugar, naturalmente, agradecer as questões colocadas. Vou procurar também depois partilhar as respostas com os meus colegas da Vereação, do Executivo.

Em relação à intervenção da Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Soalhães, em que sublinhou que foram os Governos do Partido Socialista que lançaram as Unidades de Saúde Familiar em Portugal, penso que ninguém disse o contrário até hoje, que eu saiba, que me recorde. Penso que ninguém disse. Eu, enquanto político, sempre disse que foi das boas decisões dos Governos de Portugal. E digo "Governos de Portugal" no plural, porque desde o momento em que foi lançada a primeira Unidade de Saúde Familiar – e depois várias outras se seguiram – até hoje já aconteceram vários Governos de Portugal, liderados pelo PS e liderados pelo PSD, em parceria também com o CDS-PP. É bom também que a história mostre a fotografia real, e não mostre a fotografia que não corresponde à realidade, e seja, de facto, omissa daquilo que é a responsabilidade coletiva de vários Governos de Portugal.

E por isso, estamos felizes, porque apesar de as autarquias locais, municípios, não terem grande responsabilidade direta naquilo que é a política de saúde em cada município – é uma das intenções da descentralização que vai ser debatida agora na Assembleia da República nestes próximos meses, é passarmos a ter outras atribuições e competências – nós nunca deixámos, enquanto representantes legítimos da população, de defender tudo aquilo que faz falta à nossa terra, para termos, exatamente, os cuidados primários de saúde indispensáveis, porque isso dá conforto, dá qualidade de vida, dá, naturalmente, felicidade às pessoas. E foi isso que fizemos, de forma permanente, nas nossas diligências políticas com os vários Governos, com os vários responsáveis da Administração Regional de Saúde e com o ACES do Tâmega, designadamente do Baixo Tâmega. E por isso, estamos hoje felizes por termos uma cobertura global, plena, daqueles que estavam a descoberto de médicos de família. Por isso, acho que esta é obra de todos nós, portugueses, partilhada também pelas autarquias e pelos Governos de Portugal.

Não vou dizer, e aproveitando, porque o debate político pode e deve ser feito nesta casa, sobretudo aquilo que é o debate, o contraditório político, a propósito daquilo que foi uma entrevista que dei ao jornal A Verdade, e penso que o fiz, a convite do jornal A Verdade, não fui eu que tomei iniciativa de pedir uma entrevista para falar daquilo que foi o balanço de 2016; foi o jornal A Verdade que entendeu, no dia 5, que eu devia dar essa entrevista, colocaram-me as questões que entenderam, respondi, como sempre, de forma elevada, sem fazer ataques a ninguém, não ataquei nenhum Partido, quando muito lamentei apenas que o Governo atual tivesse cancelado um conjunto de investimentos de proximidade, que estavam lançados os concursos públicos por parte do Governo anterior, designadamente o IC35, a ligação, exatamente, aqui da Estrada Nacional 211 para ligar finalmente Quintã (Soalhães, Marco de Canaveses) a Mesquinhata (Baião), e de novo entrar no nosso concelho, pelos Encambalados, em Paredes de Viadores e Manhuncelos, e fazer a ligação a Cinfães, mais rápida, através do



tabuleiro – para pouparmos uma nova travessia do Douro – através do tabuleiro da Barragem do Carrapatelo. Lamentei que tivessem suspenso, quando a obra já devia estar desde o verão passado no terreno, e agora foi atirada para as calendas do ano de 2018, segundo semestre. E então, o Sr. Secretário de Estado, perante a minha indignação urbana e civilizada, disse: “Sr. Presidente, tenha calma, vou ver se ponho isso no início do ano de 2018.” Não me satisfaz, não nos satisfaz. E eu acho que tinha que dar essa nota. Não fiz um ataque descabelado ao Governo de Portugal, porque sou por natureza um institucionalista, respeito o Governo de Portugal, seja ou não seja da minha área política. É minha responsabilidade, enquanto responsável público, ter uma boa relação com todos os Governos, e eu já estive, exatamente, em muitas funções, como deputado, a apoiar os Governos na maioria, na Oposição, como Governador Civil, e aqui como Presidente da Câmara, nestes doze (12) anos. Foi sempre essa a minha atitude. E acho que só assim é que nós temos ganho de causa para a nossa terra, para a nossa região e para o nosso país.

E por isso, não se percebe que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, na qualidade de Presidente da Concelhia do PS, venha dar uma resposta ao Presidente da Câmara, pelo balanço que o jornal me solicitou, que fi-lo com toda a tranquilidade, com toda a respeitabilidade, falando daquilo que nós fizemos, daquilo em que gostávamos de ter avançado mais, e que queremos, realmente, ainda fazer neste mandato até outubro, e dizer que nós assassinámos a cidade, o comércio local, com a regeneração. Meus amigos, desculpem lá, e a Sra. Presidente da Junta até gosta e contrata também os serviços através da instituição a que está ligada, do mesmo arquiteto que fez o projeto da nossa regeneração. Então, ele é competente quando a Sra. Presidente da Junta o convida, e é incompetente quando somos nós a convidá-lo? Então, afinal, ele não é competente sempre? E fizemos várias reuniões com os comerciantes, para dar a conhecer o projeto. E a nossa cidade não tinha sequer passeios, as pessoas não podiam passar, um casal com a cadeirinha da criança, tinha que baixar à faixa de rodagem, não se podia passar. Porque eu sou um político com grande consciência social, quero uma cidade com mobilidade para todos, e honro-me muito de ter rebaixado os passeios, nestes anos, da cidade do Marco, da Vila de Alpendorada, e estamos a fazê-lo em relação a muitos centros cívicos das freguesias do nosso concelho, para termos um concelho com mobilidade para todos, para os cidadãos deficientes, para os cidadãos com mobilidade reduzida. Essa é que é uma política com consciência social, que nos honramos, como sociais democratas, de a ter. E então, tínhamos que em alguns troços pôr uma única via, não podia ser de dois (2) sentidos, sob pena de não alargarmos, porque apesar de terem o nome de avenidas – Gago Coutinho, Francisco Sá Carneiro – elas têm o perfil de uma rua normal. E por isso, tivemos que alargar. Para quê? Para trazer as famílias, para trazer os visitantes à cidade, para desfrutar da cidade, fazer exatamente as suas compras no comércio tradicional, designadamente aqui da parte antiga. Já sei que falam com a história dos paralelos, mas os paralelos foram exatamente a recomendação técnica que nos fizeram, já repeti isto aqui à saciedade, para que aquilo não fosse uma pista, porque depois alguém, de repente, seja criança, seja adulto, baixava, e de repente vinha ali um a correr, atropelava-o, matava-o, e depois a responsabilidade era do Presidente da Câmara, e aí sim, diziam que o Presidente da Câmara era criminoso. E nós quisemos pôr, aconselharam-nos, para ser uma cidade de passagem, e não uma pista perigosa para as pessoas que aqui vêm, da nossa terra, ou até visitantes. Foi esse o sentido, meus amigos, foi esse o sentido. Não é teimosia, Sr. Joaquim Madureira, do Presidente da Câmara, não querer pôr tapete por cima dos paralelos, não é teimosia, porque nos dizem que isso pode ser um risco grande para a segurança das pessoas, mesmo havendo passeios largos. Por isso,



não é má vontade. Como deve imaginar, e eu falei consigo e com muitos outros, e as pessoas estavam felizes por nós irmos fazer esta intervenção. Parece que agora – e eu sei que este ano é fértil para fazer a crítica, para dizer, até em letras maiúsculas, como disse a Sra. Presidente da Concelhia do PS, “assassinaram”. Meu Deus, eu nunca diria isto da Dra. Cristina. Assassinaram? Assassinaram? Desculpe, é preciso ser comedido com as palavras. E depois dizer tudo aquilo, IC35. A responsabilidade é nossa? Não, que lamentamos que o Governo atual tivesse cancelado, suspenso o IC35, não sabe até quando. E não é pela história do impacto ambiental, porque era apenas um pequeníssimo troço, do troço inicial, A4 – Rans, que realmente não tinha o tal estudo de impacto ambiental. E como disse o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão, Domingos Neves, de facto, isso já devia ter estado desde 2001, porque era um compromisso dos vários Governos de Portugal para fazer uma nova via, para dar maior segurança às pessoas, às empresas, para tornar as empresas da nossa região, a começar pelo Marco de Canaveses, da extração, transformação e comercialização do granito que vai para todo o país, para a Europa e para outros países do mundo, com uma via mais segura, mais rápida, para pôr no Porto de Leixões e no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, e poder ir até pela via rodoviária, também nas nossas estradas nacionais, para a Europa. Foi isso, e é isso que nós temos defendido. Acha que a culpa é do Manuel Moreira, que isso não se tenha feito, ou que tenha sido suspenso? Não. Por isso, acho que a senhora, que tem todo o direito de ser candidata, se o seu Partido o quiser, pode e deve combater-nos, mas com a verdade, e não distorcendo a verdade, com frases. E a senhora sabe que eu tenho tido mais respeito por si do que a senhora por mim, que não tem nenhum, que a gente já sabe há muito tempo. É que a senhora sabe, a propósito da Unidade Local de Proteção Civil, que a senhora convida um Secretário de Estado para vir apresentar uma iniciativa que não estava aprovada sequer pela entidade competente, que é a Comissão Municipal de Proteção Civil, em que escreve lá coisas que a senhora disse: “Ai Jesus, não pode ser, eu já corrijo isto, este não foi o documento que foi aprovado pela Assembleia de Freguesia e pela Junta”, quando a competência nem é da Assembleia, nem da Junta, nem da Câmara, nem da Assembleia Municipal; é da Comissão. E nós já fizemos aprovar esse documento, com as tarefas, e com aqueles que devem constituir, que nós não temos nada contra, pelo contrário, precisamos é que as Unidades Locais de Proteção Civil, na Legislação, sejam mais desenvolvidas. E nós, sempre com respeito pela senhora, no meu gabinete, a trabalharmos, a tentarmos corrigir, a tentarmos responder, estive presente na sequência dos noventa e três (93) anos dos nossos Bombeiros, a acompanhar o Sr. Secretário de Estado, por uma questão de respeito institucional, e fez-se até, naturalmente, a iniciativa, e como sabe, até chamei à atenção que não podia ser Unidade Local de Proteção Civil da Junta de Freguesia, porque a Junta de Freguesia é um órgão; é Unidade Local de Proteção Civil de Soalhães, que é uma autarquia, e não é o órgão, porque tem dois (2) órgãos, Junta e Assembleia. Coisas básicas, elementares, para quem devia saber isto, sendo uma putativa candidata à presidência da Câmara Municipal. É uma coisa estranha. E não vou dizer o que estava lá no preâmbulo, que vinha de outras freguesias, a dizer que a política é para dizimar as sociedades e as instituições. Dizimar? Dizimar é destruir. Eu não pus cá fora nada, eu podia também ter feito um número para destruir o caráter da Dra. Cristina, e não faço isso, porque sou um homem de valores, sou um homem com caráter e respeito os meus adversários, e não vou a esse nível, como a senhora vai em relação a mim. E acho que não o devia fazer, porque não lhe fica bem, porque isso não dá nenhum *apor* para o seu objetivo de chegar à Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Sra. Dra. Cristina Vieira. E fico por aqui, porque acho que não vale a pena dizer mais.



E depois comparar-me – com certeza, acho que foi uma senhora que tentou fazer o seu melhor, Dra. Maria Luís Albuquerque. Agora, amealharmos à custa dos mais desfavorecidos? Não, minha senhora, tomara eu, em vez de ter sido um saldo de dez milhões (10.000.000€), que fosse de vinte (20.000.000€). Sabem por quê? Porque os pedidos – e devo dizer que tem sido brutal a pressão sobre mim, e de todos em geral, das freguesias, é brutal – não chegam os dez milhões (10.000.000€), não vamos poder responder a tudo, e inclusivamente à da senhora, que estamos a fazer ali um investimento de seiscentos e tal mil euros, para a Escola EB1 de Eiró, que será uma escola de referência. Mas, como a senhora sabe, vai ser uma escola boa, há que desvalorizá-la, para que não sejamos nós, Câmara Municipal, ou até o meu Partido, nas próximas eleições, a capitalizar perante os cidadãos de Soalhães, ou do concelho. E por isso, há que pôr defeitos: não tem cozinha, o refeitório é pequeno, e não sei que mais. Estive lá quatro (4) vezes em menos de uma semana, na Freguesia de Soalhães, para responder. Trouxe cá a Sra. Diretora Regional das Infraestruturas de Portugal, Eng.^a Ana Sá, para podermos até dar corpo a um projeto que me parece positivo, mas não passa, para já, de uma ideia, de uma imagem, mas é preciso fazê-lo na arquitetura, em termos de especialidades, para fazermos a requalificação do centro cívico de Soalhães, que eu concordo a cem por cento (100%) – não posso concordar só a noventa e nove vírgula nove (99,9%) – concordo, e disse: “Eu queria ver se ainda podíamos fazer alguns passeios, para dar o sinal de que esse projeto vai avançar, de forma faseada.” E a senhora disse: “Sr. Presidente, a única hipótese que o senhor tem é ficar com este troço todo, desde a rotunda de Soalhães até ao Cruzeiro”, lá em cima, onde a procissão normalmente dá a volta no mês de agosto, na Procissão de Todos os Santos, e também em honra de S. Martinho. E por isso, nós vamos ficar com esse troço para o requalificar. Isto não é colaborar com a Freguesia de Soalhães? Porque o povo de Soalhães merece-me total respeito, como todos os cidadãos e todas as populações das outras quinze (15) freguesias do nosso concelho, porque é para isso que estamos aqui, para fazer, exatamente, de forma positiva, ajudar naquilo que é a nossa responsabilidade política e social.

Falou-me também da eventual compra de uma casa para ainda fazer uma sede da Junta. O que é que eu disse, Sra. Presidente da Junta de Soalhães? Abertura e disponibilidade, como já o tinha manifestado há um ano, e há dois (2) anos, para isso, porque me parece que a sede da Junta de Freguesia de Soalhães, também me parece pequena, foi difícil acomodar lá aquilo que vai ser o Espaço do Cidadão, manifestei. E esta é a resposta que eu mereço? Chamar que este Executivo assassina a cidade, e o comércio, e a dizer todos aqueles dislates, para ter ganho de causa? Não, Sra. Dra. Cristina Vieira, não é assim que se faz combate político em nenhuma parte do mundo civilizado, de primeiro mundo, não é com a mentira, porque assim a senhora não chega lá, não tem ganho de causa.

Quanto à omissão, contratação de pessoal, etc., o Sr. Eng.^o José Mota falará sobre essa matéria, sobre a questão também da empresa que vai continuar a fazer um apoio em matéria de segurança no trabalho, etc., e apoio aos nossos colaboradores.

Sr. Coronel José António Valdoleiros, auditoria, devo dizer-lhe o seguinte: já fizemos o contraditório do relatório preliminar; é estranho, realmente, que ainda não tenha vindo, mas estamos à espera do relatório final, que ainda não chegou, porque é aí, nessa altura, que temos que dar conhecimento à Câmara e à Assembleia Municipal. Ainda não veio. Culpa nossa? Não.



Quanto às questões das alterações dos processos judiciais, mantém-se igual àquilo que foi na última Assembleia, mas depois se houver oportunidade ainda para o Dr. Vítor Gonçalo, Vereador, falar sobre isto. Exatamente, é que não houve alteração; se não houve alteração, não precisamos tornar a dizer o mesmo, porque já está, para tentar economizar, senão ia para cinquenta (50) páginas, ou mais páginas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, se fosse possível terminar, porque está quase a terminar o tempo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Queria terminar, com muito gosto.

Luís Pinto, muito obrigado pela intervenção, Sr. Deputado, Dr. Luís Pinto, que fez. É evidente que nós temos tentado, na medida das nossas capacidades, apostar para valorizar também a parte que são as zonas industriais. O grande passo que se deu foi no nosso novo Plano Diretor Municipal, que como sabem, só foi concluído ao fim de dezoito (18) anos do seu início, em 1997. Foi há dois (2) anos, ainda não fez dois (2) anos. E por isso, vamos tentar que, efetivamente, nós possamos criar melhores condições para que as zonas de acolhimento empresarial sejam valorizadas, sejam estruturadas, com as infraestruturas indispensáveis. E nesse sentido, já demos o primeiro sinal: fizemos ali uma artéria nova, que vai ser a principal entrada e saída da zona industrial, conhecida, do Marco, mas mais conhecida por Tuías.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, o seu tempo está a terminar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

E por isso, dizer-vos, efetivamente, que nós demos esse sinal. Mas, estamos à espera que a pré-qualificação que foi apresentada ao Governo, a este Governo, que chamou a Lisboa, quando isto era no Norte 2020, chamou a Lisboa, em janeiro de 2016, e só agora é que devolveu aqui à CCDR Norte. Na próxima quinta-feira, vem cá o Sr. Presidente da CCDR Norte à CIM, não sei se nos vai falar sobre isso. Eu próprio, esta semana, propus que esse assunto fosse colocado na agenda, para podermos saber quando é que tomam decisões, porque ainda não tomaram decisões, e é uma pré-qualificação de toda a zona industrial, aqui em Tuías, alargamento para trás do Intermarché, e estamos a tentar até pavimentar a estrada que vai até Valdecidos, para poder criar condições, porque há já pessoas a querer comprar lotes industriais para instalar lá, por sua própria iniciativa. Por isso, fazemos aquilo que está ao nosso alcance, meus amigos, porque quem é que não quer o melhor para a nossa terra? Eu quero, convosco. Eu quero, convosco, e digo isto mil (1.000) vezes, se for necessário.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que terminasse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Por isso, a zona industrial, o Sr. Presidente da Junta está aí, Abílio Castro, estivemos lá, vamos pôr na zona industrial de Constance, vamos pôr água e saneamento, já há lá um conjunto de investidores para criar lá os seus pavilhões, e estamos a criar condições para isso. Lá em



Moirinte, na zona onde há extração, temos feito pavimentação de algumas estradas, etc., mas queremos ordenar. Mas, isto leva tempo, e é preciso milhões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradecia que terminasse. Peço desculpa, Sr. Presidente, mas o tempo esgotou.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, estou apenas a dar conta das questões que me colocaram. Respondi, minha senhora, respondi. Não respondi àquilo que a senhora desejava que eu não tivesse respondido.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

O Sr. Presidente terá tempo se vocês derem, isso aí não tenham problemas. Os Srs. Deputados autorizam?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sobre os quarenta (40) anos do Poder Local Democrático, como devem imaginar, eu não posso estar mais de acordo com a sua celebração. Se há coisa que eu acho que foi uma grande conquista do 25 de abril, a par da liberdade e democracia reconquistada em 1974, foi o Poder Local. É uma obra, com todos os defeitos que depois se podem verificar aqui e ali, em municípios ou freguesias, mas é uma obra globalmente positiva. Portugal mudou completamente a sua fisionomia, das aldeias, das freguesias, das vilas, das cidades, dos municípios, foi uma grande revolução, uma revolução positiva. E isso, eu, como social democrata, sou também, exatamente, a favor dessa revolução, sou um paladino defensor do Poder Local, das freguesias, dos municípios e das regiões, que tenho pena que também não se celebre os quarenta (40) anos, que deviam ter sido criadas, exatamente quando foram implementadas na Constituição da República, que celebrámos no ano passado quarenta (40) anos também da sua aprovação.

E por isso, nós fizemos uma grande convenção – e eu tenho gosto por estar na Direção Nacional da Associação de Municípios – em Coimbra, no dia 10 de dezembro, e aqui fizemos no dia 11 – era para fazermos no dia 12, que foi exatamente o dia das primeiras eleições autárquicas, onde se fundou o Poder Local Democrático, a par da consagração na Constituição da República em 1976. Mas, a verdade é que, efetivamente, contava que viesse mais gente; o salão não estava, de facto, bem. Eu fiquei triste pela adesão, que não foi aquela que eu esperava, e que o Poder Local merecia. Mas, temos tido outras experiências, que por vezes as pessoas, fala-se muito, mas depois quando chega ao momento das celebrações – olhe, veja-se o caso dos bombeiros, os bombeiros são um paradigma: todos nós precisamos dos bombeiros, mas quando chegam as celebrações, se não forem os próprios bombeiros voluntários e algumas das suas famílias a preencher o salão, aquilo fica muito desguarnecido, como ainda agora se viu no início, quando chegou o Sr. Secretário de Estado, que ficámos ali um quarto de hora a ver se eles, realmente, se preparavam, que tinham feito a parada, para vir, para encher o salão, para celebrarmos os noventa e três (93) anos dos nossos bombeiros com toda a dignidade, e que mereciam que tivessem ali mais adesão popular, porque eles merecem sempre a nossa participação e o nosso reconhecimento público.

E por isso, dizer que fizemos aqui – Sr. Olímpio Almeida, o senhor não foi justo naquilo que disse. Olhe, leia a placa que está ali fora, leia a placa que está ali fora, foi exatamente assim, à tarde, às três e meia (15h30) que colocámos ali no *hall* dos Paços do Concelho, aqui junto ao



nosso Salão Nobre dos Paços do Concelho, está ali o nosso reconhecimento a todos os autarcas municipais e de freguesia, destes quarenta (40) anos ao serviço da nossa terra. Acho que está ali. Não foram só palavras, fica ali para memória futura, homenageámos todos. Não podíamos pôr lá o nome, senão então as paredes eram capazes de não chegar, porque já tivemos milhares de autarcas de freguesia, nas Assembleias de Freguesia, nas Juntas, na Câmara e na Assembleia Municipal. Era impossível. Está ali. Portanto, não omitimos ninguém, Sr. Olímpio Almeida, não omitimos ninguém na nossa consciência, independentemente das nossas apreciações políticas sobre cada um que aqui esteve e presidiu. Nada, zero; respeitamos. Depois, para a sessão, convidou-se o primeiro Presidente, que ainda está vivo, Sr. Amadeu Marramaque, primeiro Presidente eleito, no dia 12 de dezembro de 1976 – dia em que ele também faz anos, veja lá a coincidência, eu até nem sabia que foi nesse dia que ele também fez anos, e foi eleito como primeiro Presidente democrático depois do 25 de abril, que era, naturalmente, do PSD. Convidámos, naturalmente, para representar o Partido Socialista, de algum modo, o Sr. Comandante Babo, uma figura respeitadíssima, respeitada na nossa terra, o Sr. Comandante Babo, que foi aqui Presidente desta Assembleia Municipal, que também acho que representou esta área política do Partido Socialista. Convidámos o Sr. Armindo Loureiro, porque também quisemos dar a perspetiva da Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, o Sr. Armindo Loureiro, sempre eleito pelo CDS-PP – CDS primeiro, e depois quando foi PP, CDS-PP – Presidente de Junta de Tuíás durante muitos anos, um servidor também desta casa, como colaborar que foi, durante tantos anos, a representar o CDS. Não está bem, não se reveem no Sr. Armindo Loureiro, como um servidor, e em nome do CDS e do CDS-PP? Eu acho que sim. Depois, convidámos o Sr. Prof. Jorge Fernandes Alves, para nos dar um pouco já da perspetiva do livro que vamos lançar no dia 31 de março, quando fizermos cento e sessenta e cinco (165) anos como município de Portugal, e um antigo autarca também, para falar um bocadinho sobre a história do Poder Local. E depois, acho que mal parecia que o Presidente da Assembleia Municipal, António Coutinho, que é o atual titular – estamos a celebrar quarenta (40) anos do primeiro, desde 1976 até 2016 – o Presidente da Assembleia Municipal e eu próprio, enquanto Presidente de Câmara Municipal. Parece-me a mim que tentámos dar uma pluralidade. É evidente que se podia ter outras opiniões, podia-se convidar outros protagonistas, que também o foram, mas procurámos dar uma pluralidade à nossa sessão. E ela, apesar de ter tido pouca participação, acho que correu com dignidade, e está ali a placa para memória futura.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Portanto, dada a resposta, o tempo já esgotou, e portanto, depende dos senhores, eu não vou estar aqui a opinar sobre as reuniões. Portanto, autorizam, ou não, uns minutos? Sim? Então, dava a palavra ao Sr. Vice-presidente, Eng.º José Mota, e pedia-lhe a sua capacidade de síntese, se fosse possível.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom dia a todos. Cumprimento, naturalmente, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara, todos os presentes, e cumprimento em especial os Marcoenses que nos ouvem neste Salão Nobre e aos microfones da rádio.

Em complemento à resposta do Sr. Presidente da Câmara, e em concreto à questão que a Sra. Dra. Cristina Vieira, Presidente da Junta de Soalhães, colocou, relativamente ao binómio



contratação de pessoal e prestação de serviços de saúde e segurança no trabalho, cumpre-me dizer o seguinte: a Câmara Municipal, fruto de uma alteração legislativa, como qualquer entidade pública, deixou de estar ao abrigo de um diploma legal que lhe dava uma prerrogativa diferente das entidades do setor privado, e passou a ter que criar internamente serviços de saúde e segurança no trabalho. Na decorrência dessa determinação, trouxemos à Assembleia Municipal uma proposta para criar no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal os lugares de técnico superior de higiene e segurança no trabalho, de médico de medicina no trabalho e de enfermeiro de medicina no trabalho.

Na sequência dessa informação, e porque ainda não tínhamos os serviços criados, para que os trabalhadores da Câmara Municipal, e as intervenções que são feitas no âmbito das empreitadas e dos trabalhos por conta própria, não ficassem a descoberto, tivemos que, entretanto, abrir procedimento para a contratação de serviços externos, enquanto não tínhamos os serviços internos criados. E foi nessa sequência que foi contratada uma nova empresa – nova porque, de facto, não era a que vinha sendo habitual – apenas porque, no âmbito do procedimento concursal, foi essa a empresa que ganhou o concurso. E portanto, foi assim que o processo se passou. Se a empresa é de Braga, do Marco, ou de Reguengos de Monsaraz, isso é uma questão que do ponto de vista concursal, não é relevante; o que está em causa são as peças concursais, o caderno de encargos e o programa do concurso.

Entretanto, de facto, foi terminado, concluído o processo de recrutamento de um técnico superior de higiene e segurança no trabalho, que entretanto tomou posse, e que está a organizar os serviços internos de saúde e segurança no trabalho. Quanto aos lugares de médico e de enfermeiro, na sequência da questão que a Sra. Doutora aqui identificou, exatamente, a maior parte dos municípios não tem capacidade para responder a esta situação, tivemos já oportunidade, no final do ano passado, de reunir com a Autoridade das Condições de Trabalho, em Penafiel, juntamente com os demais municípios, para se tentar encontrar, então, uma solução adequada, uma vez que a dimensão dos municípios não justifica a contratação a tempo inteiro destes profissionais. Oportunamente, trarei a esta Assembleia informação mais aprofundada sobre esta matéria.

Muito obrigado.

--- Vítor Gonçalves (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, Srs. Deputados, público, comunicação social e Marcoenses que nos ouvem:

Respondendo, então, à interpelação colocada pelo Sr. Coronel Valdoleiros, no que respeita à informação prestada relativa a assuntos jurídicos, eu queria dizer o seguinte – e houve o cuidado de nesta informação, na sequência de interpelações anteriores, houve o cuidado de nesta informação prestar alguns esclarecimentos adicionais face ao que vinha sendo feito. Como poderá ver no Ponto 9, acerca da situação financeira do município, é referido que nos termos e para efeitos do cumprimento do disposto no art.º 25.º, n.º 2, alínea c), e 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, prestamos a seguinte informação: 9.1, relativamente à execução orçamental do mês de janeiro, e depois, 9.2, o saldo e estado das dívidas a fornecedores. E tem um documento em anexo. O n.º 4 do art.º 35.º diz o seguinte: *“Da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º, devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos*



hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.” Nós dizemos que o estado das dívidas a fornecedores apresenta-se em anexo, acerca dos quais se informa que não existem quaisquer reclamações, recursos hierárquicos, nem processos judiciais pendentes. Portanto, como é nosso entendimento, entendimento dos juristas da Câmara Municipal, que não há mais informação a prestar, até porque não existem quaisquer recursos hierárquicos ou processos acerca das dívidas a fornecedores. Adicionalmente, ainda temos uma referência aos assuntos jurídicos, e isso sim, faz uma referência à informação prestada aquando do Orçamento e da Prestação de Contas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu prefiro, então, se acha que a resposta não está válida, eu preferia, então, para ver se nós conseguimos estar aqui, e para fecharmos o assunto. Se não se importa, dali não, porque não fica gravado.

--- José António Valdoeiros (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aquilo que o Sr. Vereador Vítor Gonçalo disse não corresponde à realidade. O que eu pedi foram os processos judiciais em curso, e as alíneas são bem discriminadas. O que diz o Regimento, diz quais os processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontrem. Está bem explícito, Sr. Vereador. O resto, são misturas de questões. A informação está lá, dos saldos, estão lá as dívidas a fornecedores, está lá tudo, mas eu não suscitei isto. Estão a fugir à questão. Digam-me quais são os processos judiciais em curso e qual a fase processual em que se encontram. Zero, não têm literalmente nada. Os mapas das provisões e contingências são os processos para os quais poderão ter que ser provisionados, mas há processos que podem não ser provisionados. E vou-lhe dar um exemplo: o processo disciplinar que decorreu aqui devia constar da relação, e não constou. E houve aqui um processo disciplinar, que é um assunto jurídico, que provavelmente vai dar origem a um processo-crime, e não foi transmitida essa informação.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, acho que o importante era a sua explicação. Eu dava a palavra, então, ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, para acabar a sua explanação, e já percebemos todos aquilo que foi a sua interpelação ao Sr. Vereador.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Eu só gostaria de perceber, e para não tentar entrar aqui em diálogo, qual é a alínea em concreto, ou artigo concreto do Regimento que foi citado. Se tivesse oportunidade de me referir, para poder analisar em concreto.

--- José António Valdoeiros (PS) ---

Art.º 17.º, n.º 1, alínea g) do Regimento da Assembleia Municipal.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---



Pronto, eu irei analisar a questão, e em próxima Assembleia traremos esclarecimento sobre o assunto.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu penso que havia uma interpelação à Mesa da Sra. Deputada Cristina Vieira. Eu dar-lhe-ia, então, a palavra.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara esteve aqui quase vinte (20) minutos a falar de assuntos da Freguesia de Soalhães, com os quais me envolveu, e dirigiu o meu nome, e eu gostaria de dar só duas (2) ou três (3) notas sobre os assuntos que falou, se me permitirem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu não estava cá, tinha-me ausentado. Não diga isso, porque não estaremos a ser corretos com os meus colegas da Mesa. Os meus colegas da Mesa serão tão profissionais como eu. Portanto, não vamos entrar por aí.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Muito bem, muito obrigada. Eu queria agradecer à Mesa a oportunidade, então.

Eu queria só dizer ao Sr. Presidente de Câmara que eu compreendo que o senhor fique, de facto, importunado com o meu artigo no jornal A Verdade, e foi aí que o senhor se versou. Mas, Sr. Presidente, o senhor também tem que respeitar as minhas opiniões, como líder do Partido da Oposição. Independentemente da linguagem utilizada, ou não, é aquela a minha posição sobre a obra de requalificação da cidade. Eu acho que, de facto, o Marco cidade ficou a perder com aquela obra, e essa é a minha opinião, e está escrita, e não tenho qualquer receio de o afirmar novamente.

Em relação àquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu, em relação ao arquiteto – que por acaso é o Arq.º Rafael Magalhães, que está a fazer neste momento uma obra em Soalhães, e que foi ele também o arquiteto da obra de requalificação da cidade – eu só queria dizer isto, Sr. Presidente: a escolha do arquiteto cabe-nos a nós; agora, nós não podemos deixar nas mãos de um arquiteto as questões do planeamento e as políticas de planeamento. Eu, nas obras que faço com o Arq.º Rafael, digo-lhe o que quero, e o Sr. Presidente sabe que em relação à obra de requalificação da cidade, o projeto foi da autoria da Câmara Municipal, vocês é que lhe disseram o que queriam. O arquiteto coloca na obra aquilo que o Executivo quer.

E dar-lhe nota do seguinte, Sr. Presidente: falou na Escola de Eiró, e eu queria dar-lhe – porque as pessoas, se calhar, não sabem, o Sr. Presidente diz que eu reclamo de tudo, mas é legítima a minha reclamação. De facto, foi por isso que eu fui eleita: eu fui eleita em três (3) mandatos de autarca da Freguesia de Soalhães para dar, no fundo, seguimento àquilo que são as expetativas da população, que no fundo é o que o Sr. Presidente da Câmara faz como Presidente de Câmara também, que legitimamente defendemos os interesses da nossa população – eu, à escala da Freguesia de Soalhães; o Sr. Presidente à escala do concelho, municipal. E por isso,



não se pode chatear quando eu reivindico. E em relação à Escola de Eiró, dar-lhe nota do seguinte: eu, de facto, reclamei, e o Sr. Presidente sabe, porque estão a construir uma escola nova em Soalhães – que é quase uma escola nova, embora seja uma requalificação – onde se vão gastar seiscentos mil euros (600.000€), e de facto, a escola não tem uma cozinha. E mais uma vez, Sr. Presidente, tem de respeitar a minha opinião: eu discordo, e o senhor sabe muito bem por que é que eu discordo, porque eu acho que o papel de um Presidente de Junta é fomentar a economia local, e eu acho que se nós tivéssemos uma cozinha na Escola de Eiró, podíamos continuar a comprar a carne no talho, o pão na padaria, os legumes na frutaria, coisa que não acontece com uma empresa, porque não vamos ter cozinha.

E ainda também em relação à situação das visitas que fez à Escola de Eiró, o Sr. Presidente fez a visita à Escola de Eiró porque lhe dei a informação – e eu não tenho que ser técnica, mas quando lá fui ver a obra verifiquei, constatei no local que, de facto, o refeitório que estão a fazer não é, do meu ponto de vista – e o Sr. Presidente acabou por me dar razão – não é, ou não tem as medidas que devia ter, porque o número de crianças é superior. Eu peço desculpa, mas o Sr. Presidente falou nisto tudo, eu só queria dar esta nota para esclarecer.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Mas, uma interpelação à Mesa é algo diferente, Sra. Doutora. Uma interpelação é algo muito diferente do que a senhora está a dizer. A Mesa sou eu aqui, eu e o meu 1.º Secretário e 2.ª Secretária. Uma interpelação ao Sr. Presidente da Câmara é algo muito diferente, é o que a senhora está a fazer.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Eu sei, mas eu pedi ao Sr. Presidente da Assembleia para me deixar dar algumas notas sobre aquilo que foram... o Sr. Presidente da Assembleia não estava cá, estava ausente quando o Sr. Presidente da Câmara fez a intervenção, e o Sr. Presidente da Câmara fez aqui um discurso de cerca de vinte (20) minutos, a querer denegrir a imagem da Sra. Presidente da Junta, e eu estou a justificar por que é que o Sr. Presidente da Câmara referiu essas indicações, e eu estou a defender-me. E queria só concluir, então. Mas, quem chamou o assunto da cozinha foi o Sr. Presidente da Câmara para aqui, não fui eu. O Sr. Presidente não estava cá para ouvir, foi o Sr. Presidente da Câmara que falou nas cozinhas, nas obras, na Unidade Local de Proteção Civil; foi o Sr. Presidente da Câmara, a reboque de um artigo que eu escrevi no jornal A Verdade – que desde já agradeço a publicidade; o jornal não pôs uma fotografia, mas pelos vistos não é preciso, porque a publicidade que já deram hoje ao artigo é, de facto, memorável – e foi a reboque desse artigo que eu escrevi no jornal A Verdade que o Sr. Presidente da Câmara esteve aqui vinte (20) minutos a falar. Não foi da informação escrita, foi do artigo do jornal A Verdade. Eu agradeço à Mesa...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Doutora, deixe-me só explicar aqui uma coisa: aqui não será o melhor palco para as campanhas.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Mas, tem que dizer isso ao Sr. Presidente da Câmara, então, porque o que ele esteve aqui a fazer foi campanha durante vinte (20) minutos. O senhor é que estava lá fora e não ouviu.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deixe-me explicar, então. Já agora, deixe-me explicar aquilo que eu sei. Que eu saiba, o Sr. Presidente da Câmara não será candidato, eu também não serei, e portanto, não será o melhor palco para as campanhas. Eu pedia-lhe o favor, daquilo que a senhora chama de interpelação à Mesa, que tem dois (2) minutos. Dei-lhe muito mais que dois (2) minutos. Portanto, agradecia que fechasse o assunto, porque é assim que nós vamos tratar as coisas, vamos tratar aqui, conforme temos tentado tratar, até ao fim da minha legislatura aqui, que acaba em outubro. Portanto, agradeço que feche, para dar a palavra ao Sr. Presidente, para fecharmos o assunto. Agradeço-lhe imenso.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Muito bem. Queria só dar nota de que ficaram outros assuntos para falar, mas como só me foram dados dois (2) minutos, queria agradecer, e gostava que, de facto, numa próxima oportunidade, fosse possível que os membros desta Assembleia também pudessem refutar algumas das insinuações e questões que aqui foram colocadas. Mesmo assim, agradeço o tempo que me foi dado.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, se fosse possível, e depois fecharíamos o assunto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados.

Bom, eu não quis denegrir a imagem de ninguém; eu quis varrer a minha testada, eu quis, exatamente, repor a verdade dos factos, face a um artigo que responde a uma entrevista que eu dei há mês e meio – não sei o que é que aconteceu à Dra. Cristina durante mês e meio, que só agora é que senti necessidade de responder. Foi para criar o clímax para esta Assembleia, exatamente em vésperas desta Assembleia Municipal, como é às vezes habitual? Se calhar foi. Não foi denegrir, foi exatamente o contrário, foi repor a verdade para defender a minha imagem, porque nós não assassinámos a cidade, não assassinámos, e devo dizer que esse projeto foi apresentado, foi falado, foi dialogado em várias reuniões que fizemos aqui no Auditório Municipal, com os comerciantes e todos aqueles que quiseram, e a esta Assembleia Municipal trouxemos, em mandatos anteriores, há cinco (5) anos que foi feita. Ou seja, isto é uma arma de arremesso para as eleições? Então, esperemos pela campanha eleitoral, que elas ainda não estão marcadas; compete ao Governo marcá-las, entre o dia 14 de setembro e 14 de outubro. E nessa altura, então, é que abre a campanha eleitoral, para se falar de tudo. Primeiro ponto.

Segundo ponto, o Sr. Arq.º Rafael, naturalmente que ele fez a regeneração dentro daquilo que foi um debate, um diálogo com os nossos técnicos também, e com o Sr. Arq.º Rafael, que é, naturalmente, um técnico qualificado da nossa região, e que nos veio dar esse *apor*. Mas, quero aqui dizer o seguinte: nós, exatamente, demos as orientações daquilo que desejávamos, mas também estivemos em confronto nas ideias de como é que seria a melhor mobilidade da cidade, como é que iríamos aproveitar o desenho urbano da cidade, que têm, de facto, o nome de avenidas, mas que são ruas, alargar os passeios para trazer as pessoas à cidade, para fazerem as suas compras, e desfrutar do passeio na cidade; não para desertificar a cidade, mas pelo



contrário, tentar aumentar as pessoas na cidade ao longo da semana, e em particular aos fins de semana. Foi esse o nosso desejo, foi essa a nossa aposta. Com certeza que nem tudo correu bem, nem tudo está perfeito, com certeza. Alguém sabe de alguma coisa que foi feita com toda a perfeição neste mundo? Olhe, eu ainda não sei, e parece que ninguém ainda também descobriu. Parece que ninguém ainda descobriu. Pronto, Arq.º Rafael, a senhora deu-lhe orientações? Sabe uma coisa, Sra. Doutora? Olhe, ontem aprovei, exatamente, o projeto de arquitetura, lembra-se que a Sra. Doutora disse-me, eu até fui lá comprar uma casa para construir um lar, um centro de dia, um serviço de apoio ao domicílio, ontem aprovei a reabilitação de uma casa para ter centro de dia e serviço de apoio ao domicílio. Como vê, a senhora também muda de opinião, o tal planeamento que deu ao arquiteto já foi alterado. Não, mas isto são as verdades dos factos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu peço desculpa, mas vamos fechar o assunto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só para concluir, a Escola de Eiró. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Escola de Eiró, tem um Jardim de Infância de Eiró, que vai, naturalmente, ser Escola EB1/JI de Eiró, onde se confeccionam refeições. Neste momento, na Escola de Lardosa, onde estão os alunos da Escola de Eiró enquanto estiver a decorrer, durante este ano letivo, as obras, são servidas sessenta e seis (66) refeições. O refeitório estava apontado, segundo as mesas e as cadeiras (mas podia até caber mais uma mesa) para sessenta e quatro (64). Pareceu-me que era bom podermos pôr um pouco mais do que os sessenta e quatro (64). Dizia-me a Sra. Dra. Cristina...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Dra. Cristina, eu sei que estamos a falar da Escola de Eiró, eu também ouço bem. Eu vou pedir que o Sr. Presidente termine, temos outros assuntos para terminar, e vamos fechar o assunto. Eu acho que estamos aqui a entrar num processo...

--- Presidente da Câmara Municipal ---

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia chamou-me à atenção, fui lá, e fui lá três (3) vezes já, e então dissemos que íamos tentar alargar um bocadinho para o recreio coberto, sem grandes dificuldades técnicas, e mesmo assim temos que apresentar à DGEstE, porque o primeiro projeto a DGEstE chumbou-nos, porque disse que não havia necessidade de ter uma escola tão grande, e nós temos que nos pôr em conformidade com aqueles órgãos que têm que emitir pareceres. É bom que não pensem que somos nós sozinhos que governamos este concelho; temos que nos articular com o Governo Nacional, com os serviços concentrados na região, etc., e também com as Juntas de Freguesia. E por isso, nós dissemos: "Vamos, então, tentar alargar, para podermos responder", porque disse que eram setenta (70) crianças, para o ano, setenta (70). Passado uns dias, disse que no fim de semana tinha estado com uma Sra. Professora, no café, e veio-me dizer: "Presidente, afinal o refeitório é para cem (100)". Ora, isto é lamentável. Então, são setenta (70), ou são cem (100)? E eu disse: "Mas, vão lá almoçar também os funcionários?" Sr. Presidente, estou a repor a verdade, porque o problema é que lançam aqui um conjunto de mentiras, e a gente parece que aqui não somos responsáveis.

Por isso, termino, Sr. Presidente, dizendo isto: por isso, estamos a tentar corresponder para que a escola responda, mas vai ter na mesma a cozinha no JI, em que vamos pôr uma arca nova, industrial, prateleiras que são de madeira, em inox, e até substituir lá um fogão. Como tal, vai



responder até duzentas (200) pessoas, as refeições, e não precisam de duzentas (200) pessoas. Melhor do que isto é impossível a gente responder.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

Srs. Deputados, nós queremos todos ir almoçar, e portanto, vamos ao **Ponto n.º 3.2**, que é só para conhecimento: Alteração por adaptação da Planta de Condicionamento do Plano Diretor Municipal, Defesa da Floresta contra Incêndios do Marco de Canaveses – Planta 2C, nos termos do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Para dar conhecimento, só.

Daria a palavra, então, à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bem, isto, neste ponto, tem a ver exatamente com uma mera análise, penso que só poderá ser também por manifesto lapso, o próprio documento da declaração, datado de 9 de dezembro de 2016, refere na sua primeira parte que está no cumprimento e no seguimento de uma reunião ordinária de 15 de dezembro de 2016. Presumo que tenha sido por manifesto lapso a indicação da data, uma vez que não podemos ter uma reunião posterior àquilo que é o documento. Portanto, poderá ser um lapso.

Não obstante, e no seguimento também deste ponto, pretendo ver esclarecidas as seguintes questões: estamos perante o respetivo Plano aprovado desde outubro pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e atendendo a que o presente ponto apenas está no período da ordem do dia para conhecimento desta Assembleia Municipal, não deveria já este Plano estar publicado nos termos regulamentados? Ou seja, na revisão do Plano Diretor Municipal, publicado a 31 de agosto de 2015, o art.º 12.º remetia para o Plano Municipal da Floresta contra Incêndios (como desde logo não poderia deixar de ser), estabelecendo um afastamento de cinquenta (50) metros ao limite da propriedade e dos solos rurais. Que sentido faz, se até à presente data, continuamos na mesma evolução, volvidos tantos meses? Esta existência e esta classificação de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersa, se o próprio diploma do Plano Diretor Municipal prevê ao contrário, em relação ao Plano Municipal de Defesa Florestal contra Incêndios, em vigor até à data de hoje, tornando isto impraticável.

Parece-nos que durante este período, criámos talvez falsas expetativas aos nossos munícipes. Teremos que concluir que este Plano peca por tardio, já que põe fim àquilo que são os afastamentos de cinquenta (50) metros aos limites da propriedade.

E para terminar, questiono também o Executivo quanto àquilo que eram as definições de solos de floresta no Plano Municipal de Defesa Florestal contra Incêndios, nomeadamente, e passo a citar, que consta do diploma: Espaços florestais: terrenos com área maior ou igual a cinco vírgula cinco (5,5) hectares, e largura maior ou igual a vinte (20) metros, por aí fora, por aí fora. É no seguimento do Plano Diretor Municipal apresentado por este mesmo Executivo, em que previam estabelecer dois (2) hectares, e não os zero vírgula cinco (0,5) para construção de habitação,



indo assim mais longe do que aquilo que era o permitido, ou o exigido pela Legislação. Pergunto-me: Sr. Presidente, qual foi o plano estratégico de planeamento, atendendo à realidade do nosso concelho, pois não estamos perante umas planícies do Alentejo, onde facilmente se somam hectares e hectares às herdades; muito pelo contrário, terrenos com declives fortes, e na generalidade pequenas propriedades.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra ao Executivo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Bom, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Munícipes:

O que lhe posso dizer é o seguinte: quando terminámos e fizemos publicar o Plano Diretor Municipal – que foi, como sabem, aprovado nesta Assembleia Municipal, e na sequência, como digo, de uma revisão muito longa, demasiado longa, de dezoito (18) anos – foi, naturalmente, necessário que também tivéssemos que continuar a praticar mais alguns atos. Para quê? Exatamente para tentar clarificar alguns aspetos que têm a ver com a defesa da floresta contra incêndios, com zonas de perigosidade que são mais propensas aos incêndios no nosso concelho, e isso teve que ser feito ao longo de mais de um ano, em diálogos constantes entre os nossos serviços técnicos do urbanismo, com os nossos colaboradores do Serviço Municipal de Proteção Civil, comigo próprio, enquanto Presidente da Câmara, que tive também que fazer várias diligências, num diálogo direto com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e devo dizer que não foi fácil procurar compatibilizar aquilo que são as necessidades, as legítimas aspirações dos nossos munícipes, que têm terrenos, que por vezes tocavam essas áreas de maior perigosidade florestal, e que tínhamos também aqui alguns gabinetes de projetos muito preocupados, alguns quase diariamente me falavam: “Quando é que fica concluído esse processo?”, etc., etc., e nós tentámos procurar fazer o nosso melhor, mas salvaguardando também aquilo que é, exatamente, o risco que existe, real, na nossa região, e em particular no nosso concelho, dos incêndios florestais. Basta só lembrarmos do que se passou no verão passado; acho que não preciso de dizer mais nada, chega dizer isto.

E por isso, fizemos isto de uma forma responsável, conscienciosa, e acima de tudo quem teve que, realmente, dar o *agrément* a isto foi o Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, no dia 21 de outubro, que finalmente nos aprovou. E a partir daí, temos que dar conhecimento à Assembleia Municipal, e temos que fazer publicar no Diário da República, e passa a integrar também os documentos que instruíram o nosso Plano Diretor Municipal, naquilo que é a sua vigência, que já está. E devo-lhe dizer que isso foi bom, porque já estamos a aprovar um conjunto de projetos que estavam há muitos anos à espera de ser desencalhados – usando esta expressão bem popular, desencalhámos já um conjunto de projetos – respondendo às necessidades e ao interesse, porque tive muitos munícipes a telefonar-me, de várias freguesias: “Sr. Presidente, nós queríamos avançar, e quando é que isso fica pronto?” Os gabinetes de projetos, a falarem aqui connosco, para que nós pudéssemos fazer aprovar. Aprovámos, trazemos a esta Assembleia porque é nossa responsabilidade trazer, e como tal, julgo que estamos a dar mais um contributo para o desenvolvimento do nosso concelho, salvaguardando também a segurança, em matéria de incêndios florestais, mas para dar uma resposta positiva a



tantos munícipes que, realmente, querem continuar a construir na nossa terra. Penso que estamos a fazer bem. E quando estamos a fazer bem – não estou com isto a dizer que a Dra. Patrícia não esteja também a colocar algumas questões que deveremos até esclarecer, mas eu também estou a responder dentro daquilo que é, exatamente, e foi o nosso trabalho, para responder a tantas solicitações de munícipes que querem empreender há anos; alguns há trinta (30) anos que estavam à espera, meus amigos. Lembro-me bem, até de Avesadas, que houve um senhor que me ligou três (3) ou quatro (4) vezes: “Sr. Presidente, tenho aqui o terreno há trinta (30) anos, quando é que eu posso construir, Sr. Presidente? Resolva-nos isso, Sr. Presidente.” Os técnicos, engenheiros, arquitetos, dos gabinetes: “Presidente, então quando é que isto avança?” Quase dia sim, dia sim (não era dia sim, dia não), durante mais de um ano, depois de o PDM ser aprovado. E por isso, estamos a responder aqui de uma forma afirmativa; como tal fizemo-lo em consciência, dentro também daquilo que é competência de outros órgãos, como é o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

O lapso, é evidente que é um lapso a data, e agradeço a sua chamada de atenção. Vamos corrigir.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu propunha que fizéssemos mais um ponto, que eu acho que é um ponto... Sra. Deputada, queremos todos, mas ainda estou eu a gerir os trabalhos, para já.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Rede Municipal de Praias Fluviais”.

Daria a palavra ao Dr. Rolando Pimenta, para fazer a apresentação do ponto.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Exma. Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exma. Vereação, caros deputados e deputadas municipais, Exmo. Público e comunicação social:

Esta proposta vem na sequência de uma apresentação que foi efetuada na sessão realizada em Paredes de Viadores e Manhuncelos, no dia 24 de setembro de 2016, e por sugestão do Dr. Mário Luís, que foi considerada uma proposta com interesse para o concelho, e que deveriam, para ser mais consensual, ser feitos alguns ajustamentos em sede de Reunião de Líderes. Essa reunião decorreu recentemente, e face a essa situação, apresenta-se com as alterações que, na altura, foram acordadas.

Eu vou ser rápido, até porque ela, em termos gerais, foi aqui apresentada; apenas vou referir que o objetivo fundamental desta proposta é aproveitar um recurso endógeno deste concelho, que é a água. E como sabem, nos concelhos que ficam no interior, sem água, sem este potencial que nós temos, são concelhos muito menos atrativos. E felizmente que a natureza dotou o Marco de Canaveses de um rio com dimensão mundial, que é o Douro – o Douro, efetivamente, é conhecido em todo o mundo – com outro que nos dá uma identidade regional e nacional, e com uma série de outros rios, com uma expressão mais de âmbito local, mas que contribuem, e



podem vir a contribuir de uma forma mais decisiva, para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e maior atratabilidade turística do território.

Pretende-se com isto criar uma imagem comum, e uma sinalética comum, de forma a criarmos sinergias que venham, efetivamente, a reforçar o destino turístico e o potencial turístico deste concelho, e incrementar o crescimento neste setor – até porque sabemos, e felizmente vai-se constatando, que vão existindo iniciativas de dinamização económica capazes de aumentar a atratabilidade do nosso território.

Vou agora apenas referir os quatro (4) pontos essenciais desta proposta de recomendação.

“1. O Executivo Municipal, em colaboração com as Juntas de Freguesia percorridas por rios com potencial para criação de praias fluviais, com os requisitos exigidos pela Legislação aplicável, devem definir locais prioritários para instalação desses equipamentos;

2. Para concretização desta iniciativa, dever-se-á ter em consideração a experiência positiva obtida com a Praia Fluvial de Bitetos;

3. Dada a natureza abrangente deste projeto de criação de Rede Municipal de Praias Fluviais, os investimentos previstos a concretizar no seu âmbito deveriam ser incluídos no Plano Plurianual de Investimentos;

4. Considerando que com esta iniciativa se pretende potenciar um recurso endógeno concelhio com um inestimável valor económico, ambiental e social, as praias fluviais a integrar esta rede, além da observância dos normativos legais aplicáveis, devem adotar uma imagem comum para a sua promoção e divulgação, sem esquecer uma sinalética específica global e informativa, de molde a potenciar o seu funcionamento em rede.”

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo intervenções, iríamos pôr à votação, e iríamos pôr em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Pararíamos, então, para a hora do almoço, e começaríamos os trabalhos, se aceitassem, às catorze horas e trinta minutos (14h30).

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, caros deputados, vamos, então, dar início à sessão.

Entrávamos de imediato no **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a cessação do procedimento de contração de empréstimo ao abrigo do art.º 63.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e consequente resolução dos contratos de empréstimo de



crédito celebrados com o Banco BPI, SA e com a Caixa Geral de Depósitos, SA, anulando-se a deliberação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 17 de outubro de 2016.

Hoje de manhã, e antes de a Assembleia Municipal começar, eu fiz uma reunião com os líderes municipais, explicando-lhes que nós aqui – a Mesa da Assembleia – tínhamos introduzido ao ponto que nos foi entregue pela Câmara um aditamento a esse ponto, que eu vou ler, em que nós pusemos “*anulando-se a deliberação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 17 de outubro de 2016*”. Portanto, nós recebemos a proposta da Câmara, e fomos nós, aqui a Mesa, que introduziu esta alteração.

Nós achamos que a devemos retirar, achamos que não devemos acrescentar a esse ponto nada àquilo que nos foi entregue pela Câmara. Portanto, queríamos retirar aquilo que nós acrescentámos. E portanto, eu peço desde já desculpa a todos, o erro é nosso, é meu. E portanto, pedi uma reunião com os líderes, e disse-lhes que iria votar o ponto, de maneira que o ponto acaba no mesmo propósito que acabava o ponto que nos foi entregue pela Câmara. Falei com os líderes todos, todos os líderes estavam de acordo.

E portanto, aquilo que eu propunha era que no Ponto n.º 3.4, acabasse quando diz “com a Caixa Geral de Depósitos, SA”, e a parte “*anulando-se a deliberação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 17 de outubro de 2016*”, que fosse retirado a esse ponto. Eu peço desculpa por este incómodo, mas para nós, para a Mesa seria importante, porque eu acho que nós não podemos alterar um ponto que nos foi entregue pela Câmara, e nós fizemos um aditamento a esse ponto.

Disse também nessa Reunião de Líderes que após esta reunião, iria pedir um parecer, e se algo estivesse mal, falaria com os líderes todos. E portanto, foi esta a decisão que tomámos ali dentro. Eu penso que a Dra. Patrícia quer dar a sua opinião, e vou-lhe já dar a palavra, para depois pôr à votação o ponto, porque temos que votar o ponto outra vez.

Daria a palavra, então, à Dra. Patrícia.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bem, no considerando deste ponto, manifestamente concordámos todos que se devesse retirar aquele aditamento que a Mesa colocou. Contra isso, efetivamente nada, uma vez que não compete à Assembleia fazê-lo.

Contudo, resulta da própria proposta que consideram que a contratação do empréstimo a médio / longo prazo para aplicação na liquidação de outros empréstimos foi aprovada pela Assembleia Municipal na sua Sessão Ordinária de 13 de outubro de 2016. Pois muito bem, quanto à questão de poder ser aprovada sem esse aditamento, nada contra, mas para isso, parece-me que devia ser retirada da própria proposta aquilo que amarra esta Assembleia a esta proposta atual. Ou seja, se está a constar do texto da proposta que foi esta aprovada em Assembleia Municipal – repare-se que eu só estou a ver do ponto de vista da Assembleia, que é a nós que nos compete – parece-me a mim que devia ser retirada essa informação. Caso contrário, estará a ser proposta à Assembleia a aprovação de uma cessação quando na própria



referência da proposta refere que foi aprovada em Assembleia. Não me parece que esteja salvaguardada a posição da Assembleia Municipal, e nomeadamente virão – se calhar, com toda a certeza – pareceres jurídicos de encontro a isto que eu estou a dizer, porque se fazem referência a uma deliberação da Assembleia, que a Câmara está a fazer, queiram desculpar, teriam que ter em conta também que a Assembleia pretende dar sem efeito, nomeadamente a Assembleia que fez. Exatamente, mas seja o que for, eu acho que é manifestamente justo que cada uma das partes, quer o Executivo, quer a Assembleia, desculpem, lavem as costas. Parece-me justo. Se a Câmara, de facto, está a fazer aquilo que é em conformidade, que é dar sem efeito uma coisa que foi, de facto, aprovada, eu penso que a Assembleia Municipal devia tomar posição também em relação a isto. Isto é a minha opinião. Caso contrário, a Assembleia não fica salvaguardada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Nós já fizemos isso várias vezes. Não, desculpem lá, Srs. Deputados, isto não é no período de antes da ordem do dia. O papel da Assembleia... Vamos lá ver, eu só gostaria de dizer: este assunto não foi trazido agora aqui; foi trazido às nove da manhã (09h00), eu reuni com os líderes, e portanto, expliquei-lhes o conteúdo. Pois, mas eu tenho que comunicar com os líderes, os líderes é que têm que comunicar com as pessoas. Eu peço imensa desculpa, porque esta parte, eu não a posso fazer. A Assembleia Municipal tem este processo, que normalmente chama os líderes. Podemos, então, interromper, e se for importante... Eu vou deixar já falar, Sr. Deputado. O que eu fiz de manhã, e aquilo que costumo fazer, e já fizemos isto várias vezes ao longo destes doze (12) anos, é quando temos algum ponto, ou temos alguma visão diferente, nós chamamos os líderes e conversamos com os líderes. Assim fiz, conversei com os líderes, estavam todos presentes, estávamos todos presentes, inclusive os líderes quiseram depois que chamasse o Presidente da Câmara e o vereador com o pelouro da área financeira, chamámos o vereador da área financeira e o Sr. Presidente para dar mais uma explicação, tomámos o acordo de que iríamos tirar este ponto. E portanto, isto foi algo que nós acertámos com os líderes. Portanto, teremos que votar a seguir. Os líderes não se comprometem com nada, porque temos que pôr isto à votação dentro desta Assembleia. E portanto, foi esta a posição que os líderes tomaram, de todos os Partidos que estão cá presentes. E portanto, só vos estou a dizer aquilo que aconteceu.

Portanto, eu poderei interromper, se é importante. Se for importante interrompermos a sessão para que os líderes possam falar, eu acho que poderá ser importante, nós vamos interromper a sessão. Damos já dez (10) minutos, um quarto de hora, para falarmos sobre este assunto.

Eu daria a palavra só ao Sr. Coronel José António Valdoleiros, que se quer pronunciar sobre este assunto. Darei a todos que acharem que têm dúvidas para tirar.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando-me dos cumprimentos, há aqui uma questão, que a minha dúvida é esta: o Ponto n.º 3.4 é um ponto que está proposto pela Câmara Municipal – portanto, foi decidido em sede da Reunião da Câmara Municipal. Ora, há aqui, de facto, uma interferência, há aqui um vício, e o vício parece-me que é o seguinte: é que, em boa verdade, nós não poderemos alterar aquilo que a Câmara fez, assim como a Câmara também não pode alterar aquilo que a Assembleia delibera. Parece-me que isto tem que ser, efetivamente, reunido, e na minha opinião,



este ponto deverá ser reanalisado, e reanalisado noutra sessão, porque hoje não há capacidade de resposta. É a minha opinião.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos lá ver: a Assembleia Municipal não delibera nada; a Assembleia Municipal autoriza. A deliberação que nós tomámos foi autorizar o Executivo a prosseguir o processo de empréstimo. E portanto, o que nós fizemos, naquela votação que nós fizemos, foi autorizar. A Assembleia, todos, sempre a Assembleia – a Mesa não tem poderes sobre isto, como pode imaginar. A Mesa só gere os trabalhos.

Eu propunha, para não estarmos aqui mais nestes diálogos, eu propunha que interrompêssemos a sessão, e que no fim, os líderes se juntassem outra vez, para vermos a opinião de cada Bancada.

Peço desculpa, já agora, o Sr. Presidente queria dar a sua explicação, e depois interrompíamos a seguir. Faça favor, Sr. Presidente. Tem razão, Sr. Joaquim Madureira, tem toda a razão. Eu é que peço desculpa. Faça favor.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Pedia dispensa dos cumprimentos, para não perder muito tempo.

Sr. Presidente, isto refere-se a um empréstimo, uma coisa importante, é de muita importância, foi aprovado aqui em Assembleia, o Tribunal de Contas rejeitou, por qualquer motivo. Tem que nos dizer o que é que se passou; diga-nos a nós aquilo que aconteceu. Nós temos que saber por que é que isso foi rejeitado. Se isto foi aprovado na Assembleia, o empréstimo de muito dinheiro (são milhões), rejeitaram, têm que nos explicar, a Câmara, o que é que recebeu do Tribunal de Contas para impedir que isto não fosse aprovado.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, já agora, e o Sr. Presidente, na sua explicação, dará também, se quiser dar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Ora bom, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Eu julgo que não vale a pena criarmos aqui um incidente desnecessário para ultrapassarmos esta questão. Em bom rigor, o que a Câmara deliberou é aquilo que acabou de dizer o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que termina em “Caixa Geral de Depósitos, SA”. Houve depois um inciso (usando uma linguagem jurídica), em que se acrescentou aquilo que, de facto, está na ordem de trabalhos, para podermos apreciar este ponto, *“anulando-se a deliberação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, do dia 17 de outubro de 2016”*. Isto foi um inciso



que foi acrescentado, e que não constava da proposta inicial que a Câmara apreciou, votou e apresentou para agendamento do Sr. Presidente na nossa reunião de hoje.

Hoje de manhã – e agradeço ao Sr. Presidente o esforço que fez, com os líderes parlamentares, para que este inciso, este aditamento final pudesse ser retirado. Houve anuência. Agora estamos a pôr outra vez em causa essa anuência. Não, estão a suscitar de novo a questão, se deve ou não deve ser retirado, etc. Bom, eu acho que, efetivamente, se há dificuldades em retirar algo que não estava *ad initium* na proposta que a Câmara apreciou e apresentou a esta Assembleia – porque é a sede própria para a sua decisão final, no que diz respeito aos órgãos autárquicos municipais – nós mantemos exatamente a proposta, para não estarmos aqui a criar uma querela desnecessária, para podermos avançar, porque temos pressa do futuro. E se temos pressa do futuro, achamos que devemos tentar apreciar esta proposta naquilo que é a sua substância. E não vale a pena criarmos incidentes processuais para não discutirmos ou não aprovarmos aquilo que é importante para o concelho, que é aquilo que muitas vezes a gente percebe, quando nos agarramos a alguns pequenos pormenores, para, se calhar, não querermos discutir a essência do problema e a vontade que temos em ajudar a nossa terra.

Por isso, se puderem retirar, agradecemos; se não quiserem retirar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mantenha-se o que está na ordem de trabalhos, e vai, naturalmente, a votar da forma que está inscrita na ordem de trabalhos.

Queria, então, se o Sr. Presidente me permitisse, explicar a razão de por que é que vem esta proposta. Como sabem – e penso que está bem explícita na proposta que a Câmara Municipal aprovou para ser presente a esta Assembleia – nós, quando fizemos a primeira tentativa – e foi na tal Reunião Extraordinária de 17 de outubro de 2016 da Assembleia Municipal – com base no Orçamento de Estado de 2016, foi esta pequenina janelinha de oportunidade que nos deram para ver se nós podíamos aproveitar para reestruturar a dívida, pôr termo ao contrato de reequilíbrio financeiro, porque temos sentido todos – e aqui, acho que também é bom a gente apelar à nossa própria memória, e à coerência das nossas posições ao longo destes anos, porque muitos dos Srs. Deputados Municipais, neste mandato e em mandatos anteriores, nos disseram: “Por que é que nós também não temos a liberdade de baixar os impostos municipais (IMI, IMT e Derrama)?” E nós dissemos: “Porque estamos obrigados, por um contrato de reequilíbrio financeiro de 2004, que temos que manter sempre taxas máximas.” Com certeza que nenhum destes senhores e senhoras que aqui estão, e vocês também, tem vontade de manter tudo nas taxas máximas, porque a nossa terra também merece ter a oportunidade que têm os concelhos vizinhos, e por esse país fora, de também poder baixar, se a situação económica e financeira do país e do município o permitirem. E essa é a nossa vontade, porque como sabem, em bom rigor, estamos limitados na nossa autonomia local, porque a autonomia local é exatamente a possibilidade que a Câmara tem (ou devia ter) para apresentar a esta Assembleia Municipal propostas de baixar – gradualmente, como é óbvio, sem pôr em causa a sustentabilidade económico-financeira do município – e a Assembleia Municipal, soberanamente, porque é o órgão deliberativo, é o parlamento do município, devia ter a liberdade de poder discutir, exatamente, essas propostas, para baixar, e nunca tivemos essa oportunidade nos doze (12) anos em que estamos cá, porque apenas cumprimos um pró-forma: nós temos que trazer sempre uma proposta com as taxas máximas, e a Assembleia não pode exercer o seu poder pleno, da tal autonomia; só pode votar as taxas máximas. Nós queremos recuperar a nossa



autonomia, tem a ver com a tal liberdade do Poder Local, com a tal liberdade de nós decidirmos, sermos soberanos em relação à nossa terra.

E por isso, nós gostaríamos, e quisemos aproveitar. Acontece que o Tribunal de Contas, é verdade, que está cada vez mais exigente, devolveu-nos o processo – não reprovou, Sr. Joaquim Madureira, não reprovou, não chumbou, não fez nada disso; devolveu-nos com um conjunto de questões, de perguntas, para nós respondermos. E há lá uma, pelo menos, que temos dificuldades em responder – ou duas (2) – que é o problema do tempo, uma vez que nós queremos alargar um pouco mais a moratória, e eles achavam que não, que de acordo com o espírito e a letra do Legislador, em sede de Orçamento de Estado de 2016, nós não teríamos, se calhar, essa oportunidade de alargar o período, para podermos, então, agora, ao contrair novos empréstimos, passar para além daquela que já era a moratória dos empréstimos atuais, que vêm desde 2004. E aí tínhamos alguma dificuldade.

Terminou, entretanto, o Orçamento de Estado de 2016, em 31 de dezembro. Ora, se terminou, e foi entretanto aprovado outro, que entrou em vigor precisamente no dia 1 de janeiro de 2017, é evidente que nós não podemos continuar a trabalhar com base numa proposta que tinha como fonte e sede o Orçamento de 2016; temos que trabalhar com base já no novo Orçamento. E o novo Orçamento, apesar de haver ali muita similitude, quase tudo igual, avança um bocadinho. Por quê? Porque não é a Câmara do Marco que também está com dificuldades; há muitas Câmaras mais. Há doze (12) anos, quando chegámos, só havia a Câmara de Setúbal e do Marco de Canaveses em reequilíbrio financeiro – não é saneamento; é que é muito mais exigente, contrato de reequilíbrio financeiro. Agora já há muitas outras, já foram ao PAEL, já estão no FAM, e tem sido uma dificuldade – há mais de dois (2) anos, o FAM, e só agora é que estão a ser assinados os primeiros contratos, com o visto do Tribunal de Contas. E por isso, como também sentiram essas dificuldades, houve compreensão do Legislador – leia-se Governo, leia-se Assembleia da República – para em sede do novo Orçamento de Estado, poderem acomodar mais algumas oportunidades para que os municípios pudessem praticar estes atos de reestruturação da dívida. E como, realmente, já nos permite até ir para além daquele tempo, dos tais vinte (20) anos, isto pode-nos permitir mais facilmente o Tribunal de Contas aceitar – se for essa a vontade desta Assembleia – exatamente que nós possamos pagar os empréstimos que estão com base no atual contrato de reequilíbrio financeiro, pôr cobro ao contrato de reequilíbrio financeiro – que julgo que todos nós desejamos isso, até porque a Câmara atual já está com as contas equilibradas, paga em média a cinco (5) dias, já tem capacidade de endividamento de mais de dez milhões de euros (10.000.000€), o que é excelente – então vamos ter apenas e tão só um novo empréstimo – que à partida é com base em dois (2) bancos (Caixa Geral de Depósitos e BPI) – que já não está condicionado por um contrato, mas é um empréstimo normal, que nós temos que naturalmente honrar, cumprir, se for esta a vontade da Assembleia, e a Câmara terá que o cumprir, mas sem o ferrete (passe a expressão popular) de termos que ter sempre as taxas máximas dos nossos impostos. Eu acho que isto é um ganho monumental. Já não é para nós, para mim em particular, Presidente de Câmara; será acima de tudo para a nova Câmara que vai ser eleita em setembro / outubro deste ano. E é isso que temos todos que pensar.

E por isso, esta proposta, como aqui está descrito – e não vou lê-la, porque todos os Srs. Deputados já a leram – é exatamente para concluir, terminar, cessar aquilo que foi a nossa vontade, com base no Orçamento de 2016, terminar neste ponto, e depois no Ponto n.º 3.10 –



salvo erro que é assim – podermos, então, apreciar um novo pedido, com base no novo Orçamento de 2017, que nos é um pouco mais favorável, para virmos a ter ganho de causa naquilo que nós precisamos, se for a vontade desta Assembleia, que é o visto do Tribunal de Contas, e então podermos liquidar os anteriores empréstimos, fazer novos empréstimos. Até mais, até julgo, globalmente falando – mas depois o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, explicará isso e fará uma projeção – penso que é útil ao município, porque em vez de estarmos a pagar os duzentos e oitenta mil euros (280.000€) como até agora, poderemos ficar nos cento e quinze (115.000€), cento e vinte (120.000€). É evidente que depois, as taxas de juro estão muito baixas, podem evoluir, e vão evoluir seguramente, com base no chamado Banco Central Europeu, porque elas estão muito baixas, e não é possível, se calhar, mantê-las por muito mais tempo, muito mais anos, mas é natural que também a coisa, mesmo que suba, nunca será para os duzentos e oitenta mil (280.000€) que pagamos agora; será para os cento e vinte (120.000€), ou cento e vinte e cinco (125.000€). E eu acho que a Câmara Municipal futura – essencialmente a futura, esta só se tiver para poder praticar durante um mês, ou dois (2), ou três (3), no máximo, se isto correr bem e não demorar muito tempo – acho que fica com capacidade de fazer mais obra, mais investimentos materiais, imateriais, de cerca de cento e cinquenta (150.000€) a cento e sessenta mil euros (160.000€) por mês.

Ora, é isto que os senhores têm aqui na vossa mão decidir, e eu espero que decidam soberanamente a favor da nossa terra, e dos cinquenta e quatro mil (54.000) portugueses que aqui vivem, que são os Marcoenses.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu proponha, então, fazer uma interrupção da Assembleia Municipal. Um quarto de hora, penso que será suficiente. É melhor um quarto de hora, para depois não estarmos aqui todos à espera uns dos outros.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos dar continuidade à sessão. Agradeço esta espera a todos os deputados. Os Partidos e os Movimentos reuniram, depois disso estivemos a conversar com os líderes dos Movimentos e dos Partidos, e tendo em conta aquilo que foi falado, e que discutimos lá dentro, o ponto vai ser mantido na forma que está. Portanto, nós assumimos que o ponto irá ser mantido, irá ser discutido na forma como está, não retirando a parte final. E portanto, daremos o assunto como fechado. E agradeço o vosso contributo, de todos, para que o ponto possa prosseguir.

Eu daria, então, a palavra ao Sr. Presidente. Há bocado já deu a explicação. Os Partidos que desejassem falar, ou as pessoas que se quisessem inscrever. Dr. Rolando Pimenta.

Não há mais ninguém que queira falar sobre este ponto? Então, daria a palavra ao Dr. Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---



Prescindindo das saudações iniciais, e lamento a situação que se está a gerar porque, de facto, há aqui problemas, vícios de forma, que mais tarde poderão obstaculizar a concretização de todo o processo de contração do empréstimo. E em certa medida, o Sr. Presidente, na intervenção que fez, reconheceu implicitamente que o processo, conforme se encontrava instruído, e ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado para 2016, era um processo que não tinha pernas para andar. E na oportunidade, na Assembleia Municipal realizada em Paredes de Viadores e Manhuncelos, eu aludi várias vezes para erros de interpretação que estavam a ser feitos, porque, digamos, a proposta existente não respeitava os compromissos assumidos no âmbito do plano de reequilíbrio financeiro, em que a Legislação vigente impunha taxativamente e de uma forma muito precisa que a liquidação dos empréstimos ao abrigo desse plano tinham a duração máxima de vinte (20) anos; e com o novo empréstimo que se pretende vir a contrair, passaria a vinte e sete (27) anos. E eu disse-o, que tinha dúvidas muito sérias que algo que estava na letra da Lei pudesse passar no crivo do Tribunal Constitucional.

Agora, o Sr. Presidente assume que a Lei do Orçamento de Estado de 2017 é mais favorável. Claro que é mais favorável, porque permite, efetivamente, a contração de um empréstimo por vinte (20) anos, e faz cessar as grilhetas do plano de reequilíbrio financeiro. Portanto, agora não há dúvidas, ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado para 2017, que há vinte (20) anos para pagar o novo empréstimo. Portanto, na altura, isso estava completamente explícito na Lei, que não podia haver um prolongamento do prazo, que era o facto. E daí, o Partido Socialista, na altura – porque, reparem, o que estamos aqui a fazer é uma opção política; a contração, ou não, de um empréstimo é uma opção política, tem vantagens e tem desvantagens. Mas aqui, havia uma questão de fundo que era inultrapassável. Agora, espero que este processo de cessação da contração do empréstimo para – como veremos adiante – reiniciar outro processo, espero sinceramente que não estejamos a cometer novo erro – nós, Assembleia, não; neste caso, o Executivo, e neste caso, se calhar, a Mesa da Assembleia. Como sabem, o edital prevê a anulação do processo iniciado, aprovado por esta Assembleia (isso está no edital), mas da proposta do Executivo não consta essa anulação; consta apenas a cessação. E espero que isto não venha a colocar problemas no visto do Tribunal de Contas.

Outra questão que foi levantada aqui pelo Sr. Deputado Filipe Babo – e teve, perdoem-me a expressão, um braço de ferro com o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves – relativamente ao mapa da capacidade de endividamento. E como se verifica, quem teve cuidado de ler a documentação agora apresentada, que iremos discutir no Ponto n.º 3.10, verifica-se que o Sr. Deputado Filipe Babo tinha inteira razão, porque, na altura, o Sr. Vereador Vítor Gonçalves disse que o mapa sobre a capacidade de endividamento eram lá duas (2) ou três (3) linhas que apareciam, e de facto, isso não correspondia à verdade.

Portanto, a situação é muito clara: quanto ao processo, e pôr um fim a este processo de contração do novo empréstimo, nós só podemos votar a favor, e só podemos – e perdoem-me aqui responder indiretamente ao meu amigo Domingos Neves – graças a uma iniciativa da atual maioria parlamentar na Assembleia da República, que acaba por vir de encontro aos interesses dos Marcoenses, que põe-se fim às grilhetas do plano de reequilíbrio financeiro se, digamos, houver engenho e arte da parte deste Executivo em cumprir devidamente os requisitos que um processo desta natureza impõe. E peço, de facto, que haja muito cuidado a tratar com esta situação, porque temos que ter a humildade democrática de reconhecer quando erramos. E, de



facto, perdeu-se tempo, houve já duas (2) Assembleias, uma delas extraordinária, estamos na terceira a tratar deste processo, e espero sinceramente que seja a última.

Tenho dito. Muito obrigado pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Presidente da Câmara, para dar as explicações que achar necessárias. Peço desculpa, Sr. Presidente. Dava a palavra ao Dr. Mário Luís, que não tinha visto que tinha pedido.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Passando à frente das saudações, peço desculpa, também procurarei ser breve.

Vamos, naturalmente, e acho que estamos todos empenhados em encontrar aqui uma solução. Penso que os obstáculos que estão aqui a ser criados, como já aconteceu no passado, numa outra situação que me recordo, não é para criar aqui um problema ao Executivo, mas é para que as coisas sejam feitas corretamente. Penso que é esse o objetivo de todos nós. Portanto, se conseguirmos resolver aqui, sem que ninguém saia prejudicado, acho que é muito mais viável.

Queria só, já agora, registar, porque as coisas estão a tornar-se mais fáceis para sair do reequilíbrio financeiro – costuma-se dizer que uma dor partilhada custa menos; e quando começam a haver muitos doentes, então tenta-se encontrar uma solução. E como o Sr. Presidente reconheceu, depois dos dois (2) primeiros incompetentes, Marco de Canaveses e Setúbal, pelos vistos surgiram muitos mais incompetentes, e por isso é que se está aqui a tentar encontrar uma solução.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Peço desculpa, Sr. Presidente. Dava-lhe agora a palavra, então, para se pronunciar sobre este assunto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes:

Ora bom, eu não queria alongar muito esta discussão neste ponto, porque acho que o ponto mais importante sobre esta matéria é o Ponto n.º 3.10, que é o início do novo procedimento, com vista a podermos ter ganho de causa, com base no novo Orçamento de Estado de 2017, que está em curso. E por isso, só ia dizer o seguinte: nós, quando tomámos a iniciativa, no ano passado, usando as prerrogativas que o Orçamento desse ano nos dava – e como eu disse, e vejam bem a expressão que usei, não disse “uma porta”, nem disse “uma janela”, disse aproveitando uma “janelinha” de oportunidade – para ver se conseguíamos de uma vez por todas, procurando corresponder – julgo que posso dizê-lo desta forma, neste plural majestático – à vontade (que eu não tenho dúvidas) do concelho, dos seus cidadãos, dos Srs. Deputados Municipais, que tantas vezes me disseram, ao longo destes três (3) mandatos, que era necessário tentar ver se conseguíamos ter a oportunidade de baixar os impostos municipais, nós quisemos aproveitar essa oportunidade. Pelos vistos, parece que não fizemos bem o trabalho de



casa. Nós tivemos o cuidado, Srs. Deputados, e Sr. Deputado, Dr. Rolando Pimenta, tivemos o cuidado de não só com os nossos juristas desta casa, não só com a área financeira desta casa, o nosso Departamento Financeiro, Económico e Social, mas também consultando outros juristas, jurisconsultos, e também pessoas distintas na área financeira, para que nos ajudassem a interpretar, tão assertivamente quanto possível, a disposição do Orçamento de Estado de 2016. E apesar de também eles próprios terem algumas dúvidas sobre se o Tribunal iria, ou não, dar-nos a oportunidade, disseram que devíamos tentar, porque não tentando, nunca conseguiríamos; tentando, podíamos ter oportunidade. E isso não aconteceu, porque, entretanto, esgotou-se o Orçamento de 2016, em 31 de dezembro, e está um novo. Um novo porque, exatamente – e eu próprio, enquanto Presidente da Câmara, até usando também o meu estatuto de Dirigente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com os meus pares, e também junto dos Grupos Parlamentares, eu, da parte do PSD, outros da parte do Partido Socialista, procurámos sensibilizar os Grupos Parlamentares, e diretamente o Governo que está em funções, para que nas normas do Orçamento de Estado para 2017, aquelas dúvidas, aquelas interpretações, que havia dúvida sobre se o Tribunal nos poderia viabilizar, pudessem ser, de facto, ajustadas, para permitir que várias outras Câmaras, e que não apenas a do Marco de Canaveses – porque não estava aqui apenas a questão do Marco de Canaveses – pudessem também ter esta oportunidade. E penso que, apesar de tudo, esse passo deu-se no Orçamento de 2017.

E para isso, vamos com certeza hoje avaliar, analisar e votar esta nova iniciativa da Câmara Municipal, para bem da nossa terra, porque ela merece, e para corresponder àquilo que é uma ambição natural dos seus cidadãos, das suas forças vivas, das nossas empresas, dos nossos deputados municipais, e também, tenho que o dizer, dos meus pares da Vereação da Câmara Municipal. É para isso que estamos a tentar esta segunda oportunidade. Vamos conseguir? Não sei, não sabemos, mas temos a obrigação de tentar, nunca desistir, porque somos homens e mulheres que abraçamos as causas, e esta é uma grande causa da nossa terra. Somos resilientes, e não desistimos à primeira, nem à segunda, nem à terceira, como tantas vezes eu tenho dito aqui, vamos à décima se for necessário, até conseguir, para bem do Marco de Canaveses e da nova geração, que é o futuro da nossa terra, mas que já é presente. E é por isso que estamos aqui. Por isso, nós quisemos.

Eu acho, e o Sr. Dr. Rolando Pimenta disse: “Agora, se calhar, e tal, com este aditamento...”, mas sabem uma coisa, Sr. Presidente, com toda a franqueza, e todos? Eu só me pergunto a mim próprio: por que é que apareceu este aditamento à decisão da Câmara? Eu peço imensa desculpa, intriga-me, estou intrigado, como é que aparece este aditamento, “a anular a deliberação da Assembleia Municipal Extraordinária, do dia 17 de outubro”. Intriga-me, e acho que, no mínimo, devíamos ter sido pelo menos consultados: “Sr. Presidente, se calhar não falta aqui qualquer coisa? Não deveríamos acrescentar aqui qualquer coisa?” Acho que seria natural. Só ontem à tarde, com toda a franqueza, foi até o Sr. Vereador Vítor Gonçalves que me chamou à atenção, porque ele também diz que só ontem é que olhou bem para a agenda, e disse: “Presidente, acontece que apareceu aqui agora este aditamento”, que diz-se em linguagem jurídica, este inciso. E eu pergunto: “Mas como é que isto surgiu?” Como é que isto surgiu? Pronto, e agora diz o Sr. Deputado Rolando Pimenta: “Bom, não sei se isto não vai trazer dificuldades...” Estou a dizer bem, inciso, ou não? Não é muito jurídico? Olhe, minha querida, eu estive tantos anos na Assembleia da República, e como também fiz um curso em administração pública, e tive algumas cadeiras de direito, e era assim que eu lhe chamava, e foi assim que me



ensinaram. Admito que esteja desatualizado, terei que fazer a reciclagem – só a partir de outubro é que estarei com essa liberdade para me reciclar.

Por isso, dizer-vos, com toda a franqueza, o seguinte: nós queremos concluir, fechar a anterior iniciativa, que agradecemos à Assembleia Municipal que nos tivesse ajudado a podermos ter a iniciativa. Agora, queremos iniciar uma nova oportunidade, e não perder essa oportunidade. Foi por isso que há bocadinho fizemos o apelo, e por isso agradeço muito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António Coutinho, e aos Líderes Parlamentares, porque de manhã, penso que compreenderam a situação, e quiseram vir ao encontro de uma preocupação, que era para não termos aqui nada que nos pudesse obstaculizar, porque, quer dizer, às vezes estas coisas podem criar dificuldades, porque como sabem, o Tribunal de Contas tem lá um conjunto, naturalmente, de distintos juristas, etc., que podem exatamente, às vezes, poder dizer: “Atenção, que isto não está em conformidade com a decisão da proposta da Câmara Municipal; a Assembleia afinal não votou exatamente aquilo que a Câmara Municipal propôs”, e isso era o que nós não queríamos. Daí o apelo que eu fiz a todos e a cada um dos Srs. Deputados para que este – vou-lhe chamar aditamento, que também se pode dizer aditamento, como é óbvio; tentei usar uma linguagem mais jurídica, e então falei em inciso – este aditamento final, que não constava da nossa proposta inicial, solicitada por agendamento ao Sr. Presidente da Assembleia, que pudesse ser retirado. Eu penso que não havia aqui mal nenhum, a não ser que se pretenda aproveitar esta questão para que isto não venha a ter ganho de causa. E isso aí, não estamos a servir o concelho, nem a sua população e as suas forças vivas, a começar pelas nossas empresas, que mereciam esta oportunidade. É apenas isto que eu deixo à nossa consciência coletiva – à nossa consciência coletiva – porque acho que devíamos aproveitar esta oportunidade.

E quanto à questão dos vinte (20) anos, meus amigos, a gente tinha essa consciência, de que poderia, efetivamente, mas os juristas disseram: “Mas tentem”. “Tentem”. E não foi querer ultrapassar a Lei, ou o Orçamento de Estado; “tentem, porque se não tentarem, não conseguem nada”. Foi nesse sentido. Mas, agora as coisas estão ultrapassadas pelo novo Orçamento, que já nos permite fazer – como o Sr. Dr. Rolando Pimenta também o confirmou – fazer um novo empréstimo, ou novos empréstimos, por vinte (20) anos. E é isso que nós queremos e merecemos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu darei o pedido de esclarecimento à Mesa.

Eu gostaria só, se me permitem, porque o Dr. Rolando Pimenta disse que a Mesa da Assembleia Municipal podia pôr em causa o visto do Tribunal de Contas, e eu acho que não é a Mesa, é o PS, porque – e permita-me que lhe diga isso de uma forma clara, Sr. Dr. Rolando Pimenta – porque aquilo que nós combinámos de manhã, aquilo que nós combinámos de manhã foi retirar, e o senhor concordou. Aquilo que o senhor nos veio dizer de tarde foi algo diferente, e por isso, eu mantive. E portanto, estavam lá os seus colegas, estavam lá todos os seus colegas líderes, e portanto, as pessoas estão cá para se pronunciar.

Tenho dito.



--- Rolando Pimenta (PS) ---

Sr. Presidente, não era para isso que vim aqui, mas se me permite, para esclarecer a situação, o Sr. Presidente chamou-nos lá – até inclusive a Dra. Patrícia Vieira disse que não tomava lá posição, que a tomava aqui no plenário – e ficou o Sr. Presidente de colocar ao plenário a alteração do edital. Foi isso que foi combinado. Portanto, era apenas isso. Portanto, não corresponde à verdade aquilo que afirmou.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu peço imensa desculpa, o senhor aqui tem que falar verdade. Peço-lhe imensa desculpa, não foi isso que nós dissemos de manhã. Peço-lhe imensa desculpa, Dr. Rolando Pimenta, pode ter sido aquilo que o senhor percebeu, e eu percebo que o senhor possa ter percebido mal; agora, não pode dizer aquilo que não disse lá. E não me vou pronunciar nem mais um segundo sobre este assunto.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Sr. Presidente, ninguém tem autoridade para alterar a ordem de trabalhos sem colocar à anuência desta Assembleia, acho eu, acho eu que isso é a base. Agora, eu interpretei no sentido de que houve aquele acordo de retirar esse ponto, mas teria que ser, naturalmente, submetido à Assembleia, como é normal, como será normal, até porque, caso contrário, não fazia sentido a posição que a Dra. Patrícia Vieira tomou, de dizer que a posição dela era tomada aqui em plenário. Caso contrário, não fazia sentido.

De qualquer das formas, o meu pedido de esclarecimento é o seguinte: que seja do meu conhecimento, o Sr. Presidente estranhou existir um aditamento à proposta da Câmara, e que não era do conhecimento dele. E eu pergunto quem é o elemento da Mesa, ou se o Partido Socialista – porque deu a entender que a responsabilidade desse aditamento seria do Partido Socialista – se o Partido Socialista tem alguém na Mesa para fazer essa alteração à ordem de trabalhos. Eu creio que essa responsabilidade, da elaboração da ordem de trabalhos, compete à Mesa, e não ao Partido Socialista.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu termino o ponto aqui, não vou autorizar, e quero dizer que todos os assuntos que são da Mesa, a responsabilidade é sempre da Mesa, e em primeiro lugar minha. Portanto, sobre este assunto, estamos falados. As responsabilidades aqui na Mesa, além do meu Primeiro Secretário e da Segunda Secretária, a responsabilidade é sempre minha, de todos os assuntos que são tratados aqui.

Dr. Rolando Pimenta, eu peço desculpa, é só mais um segundo, porque há coisas que eu gostaria que ficassem claras, e as pessoas pudessem perceber: aquilo que eu ia fazer hoje, no início da sessão da tarde, era votar a alteração do ponto. Ok? Pronto, e era isso que tínhamos combinado. E portanto, podia ter feito logo de manhã, no início da agenda, mas também já fizemos várias vezes durante a sessão, mudarmos os pontos. E portanto, era aquilo que nós íamos fazer. Houve uma má interpretação do assunto, o assunto está fechado, da minha parte está fechado, mas tivemos duas (2) posições diferentes, entre a parte da manhã, das nove da



manhã (09h00), e a parte da tarde, que eu percebo, e respeito, como já lhe disse ali dentro, respeito e percebo, e não vou comentar mais este assunto.

Vamos pôr o ponto, então, à votação. Eu penso que podemos votar em bloco. Iremos pôr em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade. Eu perguntei se íamos votar em bloco. Sr. Deputado, vamos lá ver, eu irei falar mais devagar: estaremos a votar no Ponto n.º 3.4, que era o ponto que estávamos a discutir. Portanto, nós votamos sempre os pontos que discutimos anteriormente. E portanto, o que estamos a votar é o Ponto n.º 3.4. Perguntei aos Srs. Deputados se não se importavam de votar em bloco. Portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Vai lê-la, ou vai entregá-la à Mesa? Faça favor.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

O Grupo Municipal do Partido Socialista votou a favor da proposta de cessação do processo de contração de novo empréstimo porque ele, efetivamente, desta vez, possibilita pôr fim ao plano de reequilíbrio financeiro.

Também, não obstante ter votado a favor da contração do empréstimo, salvaguarda que vota apenas favoravelmente a proposta do Executivo Municipal, exatamente conforme ela foi submetida a este plenário, e não subscreve o aditamento feito à ordem de trabalhos, que não coincide com o teor da proposta apresentada pelo Executivo a esta Assembleia.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Passamos ao **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a criação da Autoridade de Transportes – Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e o Município do Marco de Canaveses.

Eu daria a palavra ao Executivo, caso queira introduzir o ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Munícipes:

Como sabem, em Portugal havia, apenas e tão só, até há pouco tempo, duas (2) Autoridades Metropolitanas. Diria até que a Lei criou-as há muitos anos, e até diria que, na prática, só funcionaram, mais ou menos em pleno, poucos anos.

Entretanto, a Legislação foi alterada, e foi atribuída aos municípios essa responsabilidade, essa competência. É evidente que nos parece que a escala do município é pequena para que possamos assim trabalhar e, acima de tudo, criar condições para que os operadores de transportes ao longo do território nacional, e aqui também na nossa região, e aqui também no nosso município, possam, de facto – porque como sabem, a Transdev, por exemplo, que é aquela entidade que tem aqui a concessão dos transportes rodoviários de que o Marco também



beneficia, mas também diz respeito aos concelhos aqui da região, pelo menos do Tâmega e Sousa, nós consideramos que não faz sentido ser o município a ter essa responsabilidade direta. Como temos comunidades intermunicipais, então entendemos que esta tarefa pode e deve ser, em termos de maior eficácia e eficiência, de maior escala, para termos, realmente, mais ganho, que isto pudesse ser feito nas comunidades intermunicipais, e neste caso na nossa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

E é exatamente isto que aqui vem. A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa tem estado a trabalhar nisto já há mais de um ano, para criar, exatamente, os instrumentos indispensáveis para poder exercer esta responsabilidade, esta autoridade sobre os transportes rodoviários na nossa região, que vêm também, naturalmente, tocar o Marco de Canaveses. E nós estamos aqui a delegar – o município – essa competência e essa atribuição na nossa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E é isso que aqui tem que vir obrigatoriamente, às Câmaras e Assembleias Municipais de cada um dos onze (11) municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, para que eles possam, então, assumir essa responsabilidade, e se possível, o quanto antes, poder exercitá-la.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo, iremos pôr à votação o Ponto n.º 3.5, e iríamos pôr a votação em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para o Reconhecimento do Interesse Público Municipal da empresa Wood And Steel, Lda.

Daria a palavra ao Executivo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Munícipes:

Ora bom, aqui está mais uma oportunidade de investimento na nossa terra, cinco milhões e meio de euros (5.500.000€) na zona industrial do Marco de Canaveses (mais conhecida por Tuías). Esta empresa, que é uma nova empresa que vai surgir, vai ocupar um dos pavilhões, ou vai ocupar um dos lotes que, entretanto, já ali estava há vários anos, e que só agora ficou concluída a sua regularização em termos de passar a estar registado em nome dos responsáveis por esta empresa, que faz parte de um grupo também empresarial que tem sede na nossa região, e que, realmente, tem trabalho realizado ao longo dos anos, não só neste município, mas ao longo do país. E por isso, eles decidiram fazer uma candidatura a fundos comunitários para poderem fazer este investimento de mais de cinco milhões e meio de euros (5.500.000€), que julgo, como é bom de ver, que vai trazer, com certeza, mais uma oportunidade de emprego para as pessoas da nossa terra. E acho que isso é muito importante. É uma oportunidade que devemos agarrar com ambas as mãos.



E nesse sentido, consideram que é desejável, para ter mais ganho de causa, que haja esta declaração de interesse público municipal, para este investimento e para esta empresa que vai operar a partir do momento em que, realmente, ela tiver a oportunidade de ter os fundos comunitários também disponíveis para o efeito. E nesse sentido, não tive dúvidas de trazer à consideração dos meus pares na Vereação, que a aprovou por unanimidade, e agora, naturalmente, à Assembleia Municipal, porque é aqui também a sede final para podermos emitir esta declaração de interesse público municipal.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Dava, então, a palavra à Dra. Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, não podia estar mais de acordo. De facto, esta empresa que propõe esta candidatura é manifestamente oportuna para o nosso concelho. A única situação, efetivamente, que eu tenho – ou, aliás, dois (2) aspetos: um tem a ver, exatamente, com o porquê do pedido da declaração ter anexado um pedido de candidatura aprovada, onde poderíamos até ter mais noção daquilo que é o investimento a fazer, que vem anexa ao pedido, mas que não foi facultada a esta Assembleia.

E o outro ponto que me parece determinante é o seguinte: Sr. Presidente, temo-nos deparado na zona industrial com um forte, grande investimento, ao nível privado. Não estará na hora de o Executivo investir naquilo que respeita às partes do município? Se calhar é o que falta também, uma vez que ultimamente, em termos de investimentos naquela zona industrial, deixa muito a desejar. Atendendo ao forte investimento do privado, a Câmara não se deveria aliar a esta iniciativa?

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Madureira.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Pedia dispensa dos cumprimentos.

Sr. Presidente, fico satisfeito em ouvir esta notícia, temos um investidor aqui na nossa região, na nossa zona industrial – pobrezinha, Sr. Presidente; a nossa zona industrial é apenas uma zona de meia dúzia de armazéns, ali não se faz nada, dali não sai nada. Uns armazéns.

E queria dizer o seguinte, Sr. Presidente: queria, para já, perguntar o seguinte: esta empresa opera em que ramo? Se me pudesse responder.



E queria dizer agora e aqui outra coisa: ficaria mais satisfeito, se o senhor me dissesse assim: havia uma empresa Marcoense que queria investir aqui no Marco, e foi para Paredes, Penafiel, fazer um investimento de cinco milhões (5.000.000€). E quer queiramos, quer não, Sr. Presidente, enquanto nós não tivermos aqui uma zona industrial a sério, o Marco não vai a lado nenhum. Disso não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente. Mas, no entanto, fico contente pela notícia que o Sr. Presidente me deu. Mas, já agora, gostaria de saber em que essa empresa opera, em que ramo é que opera.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Executivo, para responder às questões.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes:

Bom, em relação à intervenção da Sra. Deputada Patrícia Vieira, eu não sei, se calhar não se apercebeu hoje de manhã, em resposta ao Sr. Deputado Luís Pinto, que eu falei já, exatamente, desta zona industrial onde este investimento vai ser feito, e disse que tínhamos apresentado uma pré-candidatura para qualificação, não só da nossa zona industrial do Marco, em Tuíás, modernização, valorização, ampliação até para trás do Intermarché, e fizemo-lo em parceria com os outros municípios da nossa Comunidade Intermunicipal, que foi chamada – estranhamente, porque foi apresentada à Comissão Diretiva do Norte 2020, e estranhamente foi chamada a Lisboa, onde esteve praticamente um ano, desde o início do ano de 2016, e só agora regressou aqui ao Norte 2020. E aguardamos até uma reunião na próxima quinta-feira; eu próprio, esta semana, na Comunidade Intermunicipal pedi, já que vem cá o Sr. Presidente atual da CCDR Norte, que gostaríamos que na agenda esse assunto pudesse ser abordado, para que ele nos possa dar uma perspetiva de quando é que essa candidatura de pré-qualificação de várias zonas de acolhimento empresarial, onde está também a do Marco de Canaveses, possa ver a luz do dia em termos de viabilização, porque depois é preciso apresentar as candidaturas, cada um dos municípios *per se*, e para também podermos avançar.

Mesmo assim, não ficamos parados, Sra. Deputada Patrícia Vieira; disse que já por conta, exatamente, desse objetivo, fizemos um novo arruamento importante, que penso que vai ser, para todos os efeitos – sem prejuízo de continuarem a utilizar o antigo – vai ser a principal entrada e saída da zona industrial. Ainda esta semana estive lá com colaboradores da Câmara, porque a empresa Global, que como sabem, está exatamente a fazer também um investimento importante de ampliação e modernização das suas instalações, está até a alinhar a chamada Travessa Eng.º Belmiro de Azevedo, e eu até tive oportunidade de verificar que é preciso, então, se calhar, continuar o prolongamento daquele alargamento para um terreno que já foi uma quinta, que estão lá até as casas devolutas, etc., e deram-me conta até que se tratava de alguém que trabalhava aqui connosco na Câmara Municipal. Liguei de imediato a essa nossa colaboradora, que me disse que, efetivamente, era da mãe, dela e dos irmãos, e pedi-lhe se havia possibilidades de podermos conversar, no sentido de aproveitarmos a oportunidade, porque eles, mesmo que venham a alienar aquilo, têm que ceder uns tantos metros ao domínio público. Então, a Câmara estaria disponível para encarar já o alargamento, para pôr a rua com o



mesmo perfil, e podermos assim até também criar mais um acesso à zona industrial no Marco de Canaveses. Como vê, não estamos parados, nem estamos distraídos; é isso que, efetivamente, estamos a tentar fazer.

Como também disse que apesar das nossas dificuldades – e são reais, mesmo com um Orçamento capaz, com um saldo que vamos encaixar aquando da conta de gerência, em abril, na revisão orçamental, não chega para todas as nossas ambições – e estou a falar deste mandato, e não de próximos mandatos; estou a falar ainda deste, até outubro. E queremos ver se ainda conseguimos pavimentar a rua que vai ali, exatamente, da Rua Futebol Clube do Marco até Valdecidos. Para quê? Porque já há também investidores a querer comprar lá lotes para instalar, para além de já lá haver uma fábrica, etc., etc. Estamos a tentar, e é um investimento caro, porque aquilo é muito íngreme, não é só a pavimentação, é preciso conduzir todas aquelas águas, teria até que ter, realmente, ali as condutas de águas pluviais, mas também até um passeio para ser mais fácil, transitável, para futuro, já a prever o crescimento e a ampliação da zona industrial, que já não será, com certeza, no meu último mandato, mas que espero que seja, se possível, já no próximo mandato, com a pré-qualificação que seja aprovada, com as candidaturas para valorizar.

E o que é que se lá ia fazer, para além de toda a valorização, de pôr novos passeios, de arborizar, para tentar acabar com aquela imagem quartomundista, à face da Rua do Futebol Clube do Porto – e não estou aqui a querer só fazer publicidade ao clube, que não é o caso, apesar de merecer, com certeza, também, como todos os demais, mas a verdade é esta. A verdade é esta: como sabem, em frente ali à antiga Coopermarco, em frente ali aos Monteiros, em frente ao Intermarché, toda aquela zona está desqualificada, parece quartomundista. E nós temos um projeto do meu primeiro mandato, que gostaria de ter intervindo ali, e gostaríamos de agora o integrar nessa requalificação e nessa ampliação da zona industrial do Marco. Essa é a nossa aposta. Mas, de facto, temos isso previsto, nós estamos a fazer o que podemos, e devo dizer que só este investimento agora, desta artéria, não foi assim tão barato; investimos ali mais de cento e cinquenta mil euros (150.000€). Mais de cento e cinquenta mil euros (150.000€). Está ali uma boa artéria, e que até também beneficiou as pessoas que foram connosco generosas, cederam-nos o terreno, mas agora ficam ali também com outra frente, para poderem urbanizar, e eu espero que também ali possa surgir uma boa urbanização, para continuarmos a fazer crescer a nossa cidade de Marco de Canaveses.

Bom, o Sr. Deputado Joaquim Madureira diz que, realmente, aquela zona tem ali um conjunto de armazéns. É óbvio que eu também disse-o logo no meu primeiro mandato, e quando apresentei a primeira vez a minha candidatura, em 2005, que tenho pena que aquela zona industrial, que foi pensada para ser uma verdadeira zona industrial, foi logo descaracterizada à nascença, e nunca chegou a ser aquilo que nós gostaríamos que tivesse sido desde o primeiro momento, uma verdadeira zona industrial. E por isso, as coisas, de facto, não nasceram bem. Houve boa intenção de fazer aquela criança (penso que sim, sem dúvida), mas depois, quando ela nasceu, não cresceu bem. E por isso, não está, e é por isso que nós a queremos requalificar, valorizar e ampliar. Para quê? Para atrair, não só aqueles que já cá estão, que querem alargar os seus negócios, para deixarem de ir para outros concelhos, como também ter oportunidade de trazer mais empresas para a nossa terra, porque isso é bom, e fazendo aquilo que eu acho que também é importante nos tempos que correm: sermos um concelho também que aposta na inovação, que aposta na criatividade, que aposta na competitividade, porque temos que ser um



concelho e uma região competitiva na Europa; não é só em Portugal, é na Europa, porque é assim que eu vejo o Marco de Canaveses: vejo-nos como Marcoenses, portugueses e europeus. É assim, é nesta tríplice dimensão que nós temos que encarar sempre a nossa terra, e cada vez mais, no presente e no futuro. E é por isso que nós gostaríamos de dar uma outra qualidade, e se possível, reconduzir àquilo que foi a sua génese, aquela zona industrial, uma verdadeira zona industrial. Mas, queremos mais: queremos também apostar noutras áreas dentro do nosso concelho – como falei há bocado, falei também de Constance, que estivemos lá numa visita à Freguesia de Constance, ainda há poucas semanas, em que dissemos que íamos, exatamente, nós já fazer as infraestruturas de água e saneamento, que há já um conjunto de industriais, de empresários da nossa terra que querem lá investir, construir os seus pavilhões, e têm exatamente essa oportunidade, com as infraestruturas que a Câmara vai colocar. Foi isso que eu disse, como também falei da zona de Alpendorada, Várzea e Torrão, da zona de Moirinte, que temos lá, por causa da extração e transformação do granito, e da sua comercialização.

Agora, isto é para se fazer, porque só com o novo PDM é que também ficámos com a possibilidade de poder, de uma forma mais pensada, apostar nesta estratégia de desenvolvimento empresarial, de aumentar e de valorizar o tecido empresarial da nossa terra. Mas, meus amigos, não estamos sós; eu não sou a favor do “orgulhosamente sós”. Isto tem que ser feito numa estratégia regional; regional e até nacional, porque as empresas da nossa terra que estão aqui, é bom que estejam aqui, é bom que alarguem os seus negócios, é bom que atraiamos mais empresas para cá, mas tem que ter uma visão estratégica, no mínimo regional, para não dizer nacional e internacional, se queremos ser, realmente, também uma terra nessa competição a nível nacional e internacional. E era isto que se me oferecia dizer.

Esqueci-me de dizer: ora bem, a empresa é essencialmente de estruturas, estruturas do ramo de serralharia e carpintaria. É essencialmente uma empresa – neste caso, Wood And Steel, Lda. – acima de tudo de estruturas, que trabalha, como sabem, com o Grupo Ferreira-Construções, SA, que é, exatamente, uma empresa que está aí no mercado a nível nacional, e até a nível internacional.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Iríamos, então, pôr à votação o Ponto n.º 3.6. E penso, se me permitissem, que poderíamos votar em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção. Portanto, foi aprovado por maioria, com uma (1) abstenção.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.7**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para recrutamento para os cargos de direção de 2.º grau – Chefe de Divisão de Edifícios e Equipamentos e Chefe de Divisão de Vias de Comunicação, bem como a designação dos jús de recrutamento.

Eu daria a palavra ao Executivo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Munícipes.



Dar conta do seguinte: como sabem, nós temos uma Lei Orgânica do Município, com o respetivo regulamento, que está neste momento em vigência há cerca de três (3) anos, é a primeira comissão de serviço no âmbito desta nova orgânica do Município de Marco de Canaveses. E na altura, nós considerámos, dentro daquilo que também foram as exigências a nível nacional, fruto também, enfim, da *troika* – eu não gosto já muito de falar disto, mas é a realidade: de facto, fomos obrigados a ter que baixar claramente a nossa estrutura, que tinha quatro (4) Departamentos e algumas Divisões, para dois (2) Departamentos, juntando assim os quatro (4), ou tentando fundir dois (2) a dois (2): a área económico-financeira e social, no Departamento Financeiro, Económico e Social, e a área do urbanismo e também das obras, também num único Departamento de Obras e Urbanismo.

Temos sete (7) Divisões, ou melhor, oito (8) Divisões, mas, na altura, não fomos autorizados a preencher as oito (8) chefias das Divisões; só pudemos preencher sete (7) chefias. Abrimos os concursos, tanto para os Diretores de Departamento, como para os Chefes de Divisão, deixando uma das Divisões. Pareceu-nos que aquela que devíamos deixar, na altura, de preencher, era a das Vias de Comunicação, mantendo mesmo assim um colaborador, que tinha sido Diretor de Departamento até aí, e que normalmente nos acompanha, há muitos anos, como técnico superior que é, para continuar a fazer o trabalho na área das vias de comunicação, sem poder assumir qualquer responsabilidade a nível de chefia da respetiva Divisão.

Agora, é possível, foi chegado o momento de ser possível, nós podermos preencher essa Divisão. E então, neste caso, a partir de quando nos foi dada esta oportunidade, nós convidámos já o técnico superior, que já estava a fazer essas funções, na prática, e nomeei-o em regime de substituição, no máximo por noventa (90) dias, se entretanto não for lançado o procedimento que lhe permita poder até continuar mais algum tempo, até ser concluído o respetivo procedimento, que é aquilo que trazemos hoje aqui à consideração da Assembleia Municipal. Por isso, nomeei-o como Chefe de Divisão, o Sr. Eng.º Couto Pereira, que tinha sido até já Diretor de Departamento – é evidente que lhe perguntei se ele estava disponível para ser Chefe de Divisão, uma vez que já tinha sido Diretor de Departamento, e ele, depois de uma ponderação, disse-me que sim, que estava disponível, e imediatamente o nomeei, em regime de substituição, para preencher de imediato esta Divisão, abrindo agora, por isso, o respetivo procedimento.

Depois, em relação à Divisão de Edifícios e Equipamentos, tínhamos, como sabem, um Chefe de Divisão, Eng.º Vítor Pires. Fruto das circunstâncias da sua vida pessoal, que penso que é conhecida de todos, teve que renunciar à sua função de Chefe de Divisão. E assim sendo, tive naturalmente também que encontrar uma solução, em regime de substituição, e neste caso convidei o Eng.º Nuno Ferreira, que já tinha sido também Chefe de Divisão de outra área, para poder assumir esta responsabilidade. E naturalmente que aceitou assumi-la, e tem estado a trabalhar em muita articulação com o Diretor de Departamento, e comigo próprio, que tenho também, e com o Vice-presidente da Câmara, os pelouros que ele também abraça, para poder, realmente, desempenhar esta missão. E também neste caso somos obrigados a abrir o procedimento para preenchimento, a título de comissão de serviço, que são três (3) anos, tanto para uma, como para outra.

É esta a explicação, para trazer aqui à Assembleia Municipal a proposta que a Câmara aprovou por unanimidade, e que está à vossa consideração, para podermos abrir estes procedimentos.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo intervenções, iria pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.8**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

É só uma tomada de conhecimento. Pergunto aos Srs. Deputados se se querem pronunciar sobre o assunto.

Não havendo, passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para permuta de terrenos entre o Município de Marco de Canaveses e Filomena Maria Soares Barbosa de Sousa Pinto.

Daria a palavra ao Executivo, para se pronunciar sobre este assunto. Vão projetar?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Bom, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes:

Então, vamos ver o filme primeiro. Trata-se, como sabem, da Quinta da Estalagem, aqui no centro da cidade de Marco de Canaveses, junto ao Parque Radical e ao Parque da Cidade. Isto é apenas uma vista panorâmica daquilo que nós queremos que seja o nosso futuro Parque Urbano da Cidade. Ligar a cidade de Marco de Canaveses ao Tâmega é uma ambição que temos há vários anos; desde que eu assumi estas funções há doze (12) anos, sempre disse, e trouxe cá o Sr. Prof. Daniel Bessa, e andámos lá a calcorrear, e ele disse-me até em desabafo, não sei se foi também para me agradar: “Presidente, você tem aqui uma área, se conseguir transformar isto num parque urbano, que é melhor do que o parque urbano da cidade do Porto.” Eu, na altura, senti-me lisonjeado com a ideia, mas foi assim, com esta franqueza e com esta abertura que ele teve connosco.

Por isso, como sabem – eu estava a ver se isto funciona, mas nem sempre funciona, mas seja como for, como veem, isto ali, aquela parte, vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²) é a área de solo rural, com uma parte também de mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²) de área urbana que vamos permutar. A Câmara Municipal, são oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²) de área urbana, para permutar com os vinte e seis mil metros quadrados (26.000 m²) de solo rural e de solo urbano, sendo certo que são vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros (24.810 m²) de área rural, ou de solo rural, e os outros são mil, oitocentos e treze metros (1.813 m²), que são permutados diretamente com igual área urbana da Câmara Municipal.

Pronto, tentámos dar uma ideia disto. Para já, é evidente que o que nós estamos aqui a propor, é a primeira fase. Como sabem, é neste momento propriedade da Câmara Municipal já o Parque Radical. Foi um dos processos também que se arrastou durante muitos anos, que nós já conseguimos resolver há algum tempo, em que a Câmara registou finalmente no seu património



o Parque Radical. E é a partir do Parque Radical que nós gostaríamos de acrescentar estes vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²) para levar pelo menos até à variante, até à Avenida dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, ali ao lado das bombas de gasolina. Espero que a próxima Câmara possa continuar a fazer o esforço, até no diálogo com os proprietários dos terrenos que continuam até ao Tâmega, para ver se nós conseguimos ter, então, o Parque Urbano da Cidade, a ligar a cidade de Marco de Canaveses ao Tâmega, fazendo assim este casamento entre a cidade e o nosso Tâmega, porque acho que é bom que a cidade não esteja de costas voltadas para o Tâmega, mas possa estar, exatamente, nesta ligação direta. E acho que isso é muito importante.

Também, já agora, dizer que nós temos o atual Parque de Lazer da Cidade, já há alguns anos, que é numa área urbana, que em tempos, antes de nós – temos até lá em baixo ainda, nos serviços técnicos, uma maquete – queria lá poder construir os futuros Paços do Concelho, queria construir a futura sede da Associação Empresarial do Marco, queria construir uma Central de Camionagem. Ora, como isso não aconteceu, nós em vez de continuarmos a ter aquele espaço ali a monte, tentámos dar-lhe algumas condições para funcionar como um parque de lazer. E tem sido interessante, nestes últimos anos, apesar de tudo, termos aquele parque de lazer. Queremos que este Parque Urbano, também se a gente assim desejar, podemos fazer ali uma passagem aérea (em madeira, provavelmente) para fazer a ligação entre o Parque de Lazer atual, ligando ao atual Parque Radical, ligando àquilo que estamos hoje aqui a discutir, mais este conjunto de vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²), para ser a primeira fase do Parque Urbano da Cidade. E depois, como disse, espero que Câmaras seguintes, ou a Câmara seguinte, possa levá-lo até ao Tâmega, e assim termos aqui um parque digno desse nome.

Por isso, acho que não preciso de estar a despendar muita argumentação para justificar a necessidade de potenciar, no fundo, aquilo que é já um espaço para o Parque da Cidade, que nós já tínhamos até um projeto trabalhado, já pelo menos há mais de dois (2) anos, exatamente só para a parte do Parque Radical. Nós queremos agora, se for essa a vontade da Assembleia, e fazendo esta permuta com a família que, naturalmente, se manifestou disponível para tal, designadamente da Prof.^a Filomena Maria Soares Barbosa Sousa Pinto, e respetivo marido, Eng.^o Sousa Pinto, que, naturalmente, estão disponíveis. E por isso, dizer-vos que eles trabalharam – quero aqui também dizê-lo, sem favor, que são um casal respeitável da nossa terra, trabalharam uma vida para também ter ali aquela sua Quinta da Estalagem, fizeram-no com muito amor, não é com facilidade que se estão a libertar desta área, mas reconhecem que a cidade do Marco de Canaveses precisa de ter este pulmão verde na cidade. Como sabem, ali toda aquela área está já bastante urbanizada. De resto, temos aí um mapa, também que há bocadinho apresentámos, com uma envolveria de área de influência de trezentos (300) metros, e há outros prédios que vão nascer, até fruto dos acordos que tivemos também que fazer, porque vinham processos antigos e difíceis de conseguir, e conseguimos, então, também ultrapassar essas dificuldades, e vão surgir, como já estão até numa parte do parque de estacionamento, já está lá o estaleiro de um dos empreendedores da nossa terra, e agora vai também construir à face da Rua de S. Nicolau. Por isso, mais uma razão para nós termos ali esse Parque Urbano da Cidade, esse pulmão verde. Para quê? Para que as pessoas não fiquem encafuadas dentro dos seus apartamentos, mas possam vir com as suas famílias, com as visitas e os seus familiares que os visitam, poder desfrutar de um Parque Urbano da Cidade, que realmente vai ser bom,



não só para os habitantes do nosso concelho, e em particular da cidade de Marco de Canaveses, mas também para quem nos visita.

Como também fizemos esse esforço em relação a Alpendorada, Várzea e Torrão, no Baixo Concelho, naquela lixeira a céu aberto, ao longo de mais de vinte (20) anos, com todo um conjunto de detritos industriais que ali estava, e que nós conseguimos limpar largas toneladas e acomodar outras tantas para moldar o terreno, e está a nascer ali um grande parque que também será uma referência no Baixo Concelho, não só para os Marcoenses, mas também para a nossa região. E precisamos, por isso, também de o ter aqui no Alto Concelho, na cidade de Marco de Canaveses, este. E acho que isso é bom. De resto, também esse de Alpendorada, também faz o casamento com o Tâmega, porque está ali, exatamente, naquele espelho de água muito agradável, e que nestes últimos três (3) anos já tem sido muito desfrutado, não só pelos cidadãos da nossa terra, mas também de quem nos visita.

Por isso, dizer-vos com toda a franqueza que a necessidade de termos este parque deve, realmente, fazer com que a Câmara Municipal se disponibilize, com oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²) de uma área que é urbana, para, naturalmente, com os proprietários da Quinta da Estalagem, em que eles nos disponibilizam vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²).

Os serviços técnicos da Câmara avaliaram isto, há mais de um ano que estamos em conversações, para chegar a este ponto da apresentação desta proposta, que nos parece sensata, defensável. E assim, a parcela do município que está classificada como área urbana, e possui uma área a ceder pelos proprietários, que na prática é de vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²) de solo rural, e mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²) de área urbana, que nós depois também permutamos igual área urbana, de mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²). Por isso, há uma área desta dimensão, mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²), que é direta, urbano por urbano, e está devidamente assinalado ali, está dentro daqueles vinte e seis mil metros quadrados (26.000 m²), mas que de solo rural, são só vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²). Assim, face à avaliação apresentada pelos serviços municipais, a parcela de sete mil metros quadrados (7.000 m²), que é aquela que vamos ceder para poder permutar com os tais vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²) de área de solo rural, foi-lhes atribuído um valor de seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e dez euros (627.710€), ou seja, oitenta e nove euros e sessenta e sete centimos (89,67€) por metro quadrado. Em contrapartida, temos uma área de vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²) de solo rural. Não se fez uma avaliação deste terreno, porque não é para manter a sua função agrícola, cujo valor de avaliação seria, naturalmente, mais baixo. E até de acordo com o Código de Expropriações, podíamos falar, por exemplo, se quiséssemos fazer uma expropriação, de cinco (5€), seis euros (6€) por metro quadrado, dada a função e o rendimento das culturas presentes no terreno. Torna-se por isso necessário um método de avaliação mais próximo daquele que é a realidade daquele terreno que está aqui no coração da cidade, está aqui numa envolvência de trezentos (300) metros de uma urbanização que está em crescimento também na cidade de Marco de Canaveses, e por isso a construção deste equipamento público, que é o Parque Urbano da Cidade, que é o verdadeiro pulmão da cidade de Marco de Canaveses, que é para utilização pública, não só para os cidadãos residentes, mas também para quem nos visita, e poder utilizar.



E já agora, citando a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, considera o mecanismo de perequação, e é aqui que entra esta avaliação e esta troca, exatamente esta permuta: tem que ser através do mecanismo da perequação, enquanto arte de compensar um direito dos cidadãos, e um dever da Administração, senão vejamos: o Decreto-lei n.º 438/91, de 9 de novembro, Código de Expropriações, consagra que a restrição dos direitos dos cidadãos deve obedecer ao chamado princípio da proporcionalidade, princípio esse que se encontra consagrado no art.º 18.º, n.º 2, da Constituição da República. Também se deve consagrar todo um conjunto de regras de procedimento por parte da Administração, por forma a que esta, no decurso do processo de expropriação, subordine a sua atuação aos princípios da imparcialidade, da igualdade, da justiça, princípios esses que decorrem diretamente também da Constituição da República, na parte respeitante à Administração Pública, art.º 266.º. Assim, no seu art.º 26.º dispõe: “Cálculo do valor do solo para outros fins” – e gostava que tivessem agora isto mais em atenção: “1. O valor dos solos para outros fins será calculado tendo em atenção os seus rendimentos, efetivo ou possível, no estado existente à data da declaração de utilidade pública, a natureza do solo e do subsolo, a configuração do terreno e as condições de acesso, as culturas predominantes e o clima da região, os frutos pendentes e outras circunstâncias objetivas suscetíveis de influírem no respetivo cálculo. 2. Sendo necessário expropriar solos classificados como zona verde ou de lazer no Plano Municipal de Ordenamento do Território plenamente eficaz, o valor de tais solos será calculado em função do valor médio das construções existentes...” – valor médio das construções existentes – “... ou seja possível de edificar naquelas parcelas situadas numa área envolvente cujo perímetro exterior se situe a trezentos (300) metros do limite da parcela expropriada”, toda aquela área envolvente de área urbanizada e em crescimento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu gostaria que terminasse, se fosse possível.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Vou tentar, Sr. Presidente, pedia só mais dois (2) minutos, ou três (3), para concluir.

Neste sentido, prevendo-se em regulamento do Plano Diretor Municipal de Marco de Canaveses como mecanismo de compensação os solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Reserva Ecológica Nacional (REN), um valor entre – e aqui é que está o aspeto relevante daquilo que estamos aqui a tentar apresentar como algo que é sensato e é defensável – ter um valor entre vinte por cento (20%) e quarenta por cento (40%) do valor do solo urbano. Caberá verificar se a parcela está dentro desses valores; e de facto, face, naturalmente, àquilo que foi a análise feita também pelos nossos serviços técnicos, para o valor de avaliação de seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e dez euros (627.710€), que resulta para o terreno de vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²), resulta para esse terreno o valor de vinte e cinco euros e trinta centimos (25,30€) o metro quadrado, valor este que representa vinte e oito por cento (28%) – ou seja, este valor que é calculado, de metro quadrado, vinte e cinco euros e trinta centimos (25,30€) para, exatamente, o terreno de vinte e quatro mil, oitocentos e dez metros quadrados (24.810 m²), que é aquilo que vamos receber de solo rural – porque os mil, oitocentos e treze (1.813 m²) é solo urbano, é igual – está exatamente no intervalo entre os vinte (20%) e os quarenta por cento (40%) da tal perequação. Por isso, este valor pode ser, e deve ser



realmente equiparado em relação àquilo que é o nosso solo urbano, fazendo exatamente esta perequação.

Ora, em função disto, pareceu-nos, realmente, que é uma oportunidade única que temos de podermos continuar a avançar na construção do nosso Parque Urbano da Cidade até à variante, até à Avenida dos Bombeiros Voluntários, para já. Já ficaremos, diria, com um parque razoável; mas temos mais ambição, e os Marcoenses merecem mais, e quem nos visita. Queremos chegar ao Tâmega no próximo mandato, se for essa também a vontade dos órgãos autárquicos que estiverem em funções depois das próximas eleições.

De resto, foi-nos suscitado pelo Sr. Vereador, Eng.º Sousa Pinto, na Reunião de Câmara: “Mas, atenção, a Câmara vai alienar todos os terrenos urbanos que tem.” Não é exatamente assim, como tivemos oportunidade também de tentar dizer na Reunião de Câmara. É que, como sabem, nós ainda continuamos a ter lá várias áreas ainda urbanas: quatro mil, quatrocentos e noventa e dois metros quadrados (4.492 m²), três mil, trezentos e setenta e um metros quadrados (3.371 m²), e onde está hoje o Parque de Lazer, se porventura nós quisermos utilizá-lo, ele é área urbana, pode-se construir no futuro. E tendo nós o Parque Urbano agora, a partir do Parque Radical atual, que é propriedade da Câmara, se viermos a concluir esta permuta até à variante, e se depois pudermos levá-lo até ao Tâmega, ficaremos com um grande Parque Urbano, que nos pode perfeitamente dispensar deste Parque de Lazer que atualmente está a funcionar, à falta de melhor, à falta de outro; e aí, pode-se continuar a construir equipamentos públicos, como falou, uma escola, ou outro tipo de equipamentos públicos. Por isso, a Câmara Municipal – e aí são trinta e sete mil e quarenta e três metros quadrados (37.043 m²), total. Ficamos ali com quatro (4), quase cinco (5), quatro hectares e meio, quarenta e quatro mil, novecentos e seis metros quadrados (44.906 m²) de área urbana para aquilo que, no futuro, esta Câmara, a próxima Câmara e outras Câmaras quiserem fazer em matéria de edificação urbana de qualquer equipamento público, seja ele qual for. Por isso, tivemos também esse cuidado de acautelar esse futuro, porque não poderíamos ficar completamente descalços de área urbana do município.

Era esta a explicação. Peço desculpa, que isto por vezes não é fácil, é um bocadinho árido, mas acho que estamos a apresentar uma proposta – quero aqui dizê-lo com esta franqueza e esta lealdade aos Srs. Deputados Municipais – que nos parece razoável, parece-nos sensata, parece-nos defensável. E acho que devíamos aproveitar esta oportunidade, e é por isso que eu espero que ela possa ser aprovada por esta Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra... era preferível com a imagem, então, se fosse agora, para o Sr. Presidente explicar, e depois entraríamos... ou deixaríamos a imagem, e os senhores faziam as questões, e deixaríamos a imagem, então. Eu daria a palavra aos Srs. Deputados que desejarem fazer a sua inscrição. Eu vou dizer, então, o nome das pessoas: deputada Patrícia Vieira, José António Valdoleiros, Rolando Pimenta, Filipe Babo, António Santana, Carla Babo. Há mais algum deputado que queira falar?

Daria a palavra, então, desde já, à deputada Patrícia Vieira.



--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom, tentei inscrever-me em primeiro lugar, e isto tem uma razão de ser: o que sucede aqui nesta situação – e eu penso que a Câmara não será sabedora disto, ainda que não possa desconhecer, ou não pode alegar desconhecimento: este tipo de negócio que se pretende, esta permuta, visa um processo de desparcelamento, ou seja, um destaque, previsto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Contudo, no prédio originário que ora se pretende ver novo destaque, existe um outro, que foi feito no final do ano de 2016 (mais ou menos há dois (2) meses atrás), de onde resulta, nos termos da Lei, um prazo de dez (10) anos de ónus de não fracionamento. Portanto, o que sucede, passo a explicar: não sei se estaremos aqui a aprovar uma permuta em que, do ponto de vista da legalidade e da realização concreta do negócio – e vejamos que ele não pode ser de outra forma – ele não é possível. Ou seja, o ónus de não fracionamento inviabiliza que outro ónus possa ser feito a partir da data. Eu tenho comigo aqui a certidão, e a certidão do ónus de não fracionamento inicia em 26 de setembro de 2016. Bom, eu entendo que isto, o que se tratou aqui foi de informação que não chegou a quem de direito, uma vez que este próprio destaque que originou este ónus, foi ele também licenciado junto da Câmara Municipal, daí eu dizer que não poderia ter, ou não se alega, ou não pode ser legítimo alegar desconhecimento. Bom, o Sr. Presidente não terá que saber de tudo.

Independentemente – bem, eu peço desculpa por ser portadora de tão má notícia, mas a verdade é que eu não podia deixar passar isto, até porque não sendo viável, isso significaria que íamos ficar aqui com um contrato de permuta em que teríamos de esperar dez (10) anos para que pudesse ser realizado. Não pode, não pode. Enquanto munícipe e enquanto deputada desta Assembleia, não posso deixar passar uma coisa dessas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, ainda que entendesse que houvesse aqui uma possibilidade de se fazer esta permuta, que o valor em causa, os valores atribuídos, a falta de avaliação concreta, deixasse a desejar, e que inviabilizaria o meu voto a favor, está aqui subjacente uma situação muito mais pertinente, que é a legalidade disto. E manifestamente, com esta ilegalidade, não é possível. E entenda-se que mesmo que se demonstre interesse público, não poderá o interesse público, nesse aspeto, ultrapassar aquilo que é a Lei. A Lei é que determina que, efetivamente, o ónus de não fracionamento inviabilize novo ónus, ou novo destaque, num período de dez (10) anos. Portanto, nesse sentido, explico a razão por que tive primeiro esta intervenção, porque parece-me a mim que estaremos aqui a discutir uma coisa que manifestamente não seja possível de se fazer, não obstante, evidentemente, as intervenções dos restantes deputados.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Valdoleiros.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando os cumprimentos, eu queria pôr uma questão, que seria a seguinte: o Sr. Presidente da Câmara disse aqui que a Câmara avaliou estes ativos. Ora, isto é uma avaliação independente? Não é. Eu pergunto: por que é que não foram solicitadas avaliações a entidades independentes? Fazia todo o sentido que através do Ministério das Finanças fossem



pedidos avaliadores que estão acreditados no próprio Ministério das Finanças. Esta é que seria a postura correta. Faço minhas as palavras da Sra. Deputada Patrícia Vieira, que em boa verdade, colheu bem o problema, e estamos perante, na minha perspetiva, uma ilegalidade.

Segundo, não foi acautelada a Lei das Autarquias. O n.º 4 da Lei n.º 75 diz que é preciso pensar no interesse público, e na minha perspetiva, não há interesse público, porque não foram acautelados os valores da transparência, os valores que interessam, portanto, à Câmara. Eu, sendo um leigo na matéria, olhando para esta planta e olhando para isto, parece-me que estamos a vender “gato por lebre”. Como digo, não sendo um técnico, nem para lá caminho, mas impunha-se uma avaliação isenta, uma avaliação independente, para que esses assuntos fossem discutidos em sede própria. E lamento que toda a tramitação e explicação que o Sr. Presidente deu aqui na Assembleia não fosse transmitida previamente aos deputados, para nós podermos analisar. Não sei se foi discutido em sede de Reunião de Câmara, mas a Assembleia deveria ter conhecimento de todo o acervo que foi aqui dito e explicado pelo Sr. Presidente. Com mais propriedade, este assunto poderia ser discutido, e poderíamos salvaguardar a posição de todas as partes.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputado Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prescindindo das saudações iniciais, queria felicitar a Sra. Deputada Patrícia Vieira, porque fez, efetivamente, o trabalho de casa. E perante a intervenção dela, creio que tudo o que dissermos não tem qualquer expressão, porque o fundamento desta operação, que, efetivamente, parecia-me que uma das partes estava a ser demasiado altruísta. E quando se permuta um solo com uma capacidade construtiva de cem por cento (100%), ou próximo disso, no centro da cidade, há que travar a fundo e tentar reunir consensos com forças políticas, com parceiros sociais, de efetivamente termos uma estratégia de futuro, porque isto não é uma ação para um Executivo em fim de mandato; isto será, digamos, um projeto que tem que ser pensado, repensado, sem prejuízo, que isso era óbvio e elementar, de salvaguarda das questões legais suscitadas aqui, sobretudo pela Dra. Patrícia Vieira.

E saliento que talvez não tenha sido por acaso que os Srs. Vereadores da Oposição também foram contra esta proposta, o que me apraz, e me congratulo que não passaram um cheque em branco ao Executivo. E felicito particularmente o Eng.º Agostinho de Sousa Pinto, que fez uma declaração de voto extremamente esclarecedora.

Perante isto, eu sugiro ao Executivo Municipal que retire a proposta, e que venha, se eventualmente houver uma solução, ou a situação evoluir noutro sentido (que não me parece), venha novamente a ser colocada à apreciação desta Assembleia. Mas, digo-o de uma forma muito frontal, que o Executivo deve valorizar o património municipal, e não entrar por uma situação que dá a sensação, e creio que, se calhar, estarei a ser injusto, de estar a facilitar demais.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu iria dar a palavra, então, ao Sr. Deputado Filipe Babo. Eu não sei, Sr. Presidente, se ouviu a interpelação toda do Sr. Deputado Rolando Pimenta. O Dr. Rolando Pimenta, numa parte da sua interpelação, perguntou ao Sr. Presidente se queria retirar a proposta, ou se era para continuar.

Daria a palavra ao Sr. Deputado Filipe Babo. O Sr. Deputado precisava da imagem.

--- Filipe Babo (PS) ---

Ora, muito boa tarde a todos.

Dispensando os habituais cumprimentos, uma vez que já estamos também em horas tardias nesta reunião, eu queria colocar esta questão: queria saber quais são os terrenos que são da esfera privada, e quais são os terrenos que estão ali referidos, da esfera pública. Isto é, o que é que pertence ao município e a todos nós, e o que é que pertence ali aos privados. Eu vejo ali o Parque Radical, presumo que seja do município, a não ser agora com esta alteração no tribunal, neste negócio que foi feito, o acordo, enfim, foi feito com este imbróglio que estava no tribunal, o que é que ficou para o município, e o que é que está entregue ao privado. E saber, já agora, as áreas, porque o que está ali referido só refere propriamente a permuta, mas no que envolve, não está identificado o que é que é da esfera pública, e o que é que é da esfera privada. Isto é uma questão.

Outra questão é que parece que está ali uma reta nas confrontações, aquilo parece-me ser leiras, ou tem socalcos, e não me parece, assim uma linha reta, parece-me assim uma linha reta muito estranha numa divisão de terrenos, quando há de haver curvas.

Pronto, era só essa questão que queria colocar, ou essas duas (2) questões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao deputado António Santana.

--- António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário e Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros deputados, Marcoenses:

Eu gostaria de começar por dizer que este projeto é para o Marco, para a Freguesia do Marco, um projeto importantíssimo. Acredito plenamente que termos ali um Parque da Cidade, com zonas verdes, um parque de cidade adaptado às cidades modernas, um parque de cidade que permita que as pessoas desfrutem desse espaço, entendo que é um projeto interessantíssimo, um projeto vital para o desenvolvimento desta cidade. E quer-me parecer também, quando nós estamos aqui a falar, se estiverem salvaguardadas todas as questões legais, que eu acho que têm que estar salvaguardadas, porque em primeiro lugar estarão as questões legais, e estando elas salvaguardadas, parece-me também que quando aqui se começa a querer valorizar os terrenos urbanos e os terrenos agrícolas, é preciso que as pessoas não se esqueçam de um



pormenor: quem classifica os terrenos é a Câmara Municipal; quem faz a classificação dos terrenos, quem coloca os terrenos em Reserva Agrícola, Florestal, Reserva Ecológica ou zonas urbanas, é a própria Câmara Municipal. Portanto, se os proprietários – e quero deixar aqui também uma declaração de interesses, para que não restem dúvidas: são dois (2) amigos meus, e portanto, eu tenho muita consideração por eles, e acho que é importante também que o diga, para que as pessoas não digam que tenho aqui outros interesses, que não tenho, e não me movem interesses absolutamente nenhuns, a não ser aquilo que eu acho que é o valor mais importante, que é o respeito pelos amigos e o respeito pelas pessoas. E como eu quero que fique claro que também sou amigo desse casal, que nada tenho, em termos de interesses económicos, neste negócio, mas tenho, sim, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Marco, muito interesse em que este projeto vá para a frente, desde que estejam devidamente salvaguardadas as questões legais, que eu acho que é importante. E acho que é importante também que se diga que este casal, há muitos anos, fez um investimento, há muitos anos tem este terreno preso, e nesse terreno onde já teve vários projetos, e que outros projetos, e outros terrenos ao lado já estão a ser urbanizados, estão a ser construídos, beneficiaram disso, e este casal teve este terreno preso ao longo de muitos anos, porque foi há muitos anos colocado como Parque da Cidade, ou terrenos para Parque da Cidade. Portanto, aqui há duas (2) questões: uma questão legal que é preciso salvaguardar, e é importante que se salogue, e há uma questão moral, que eu também acho que nestas coisas também tem valor, que é dizer que as pessoas investiram, e têm o terreno preso por interesses do próprio município. Ora, quando estamos a valorizar os terrenos, não podemos esquecer quem faz a classificação dos terrenos. E quem faz as classificações dos terrenos foi o PDM, foi a Câmara Municipal, foi esta Assembleia. E agora é muito fácil vir aqui dizer que estamos a fazer permutas de valores diferentes. Pois, mas se não tivessem sido classificados assim, se calhar não estaríamos a falar dessas coisas.

Independentemente disso, que eu acho que é importante que também seja bem avaliado, para mim, o que é mais importante, e o que eu acho que é mais importante para o Marco de Canaveses, e para a cidade do Marco, é que aquele espaço seja efetivamente colocado para o Parque da Cidade. Se queremos ter, estamos sempre a dizer que a cidade não é planificada, que a cidade não é desenhada, que a cidade não é pensada, quando temos um projeto que pode levar a cidade do Marco para aquilo que deve ser uma cidade no séc. XXI, nós estamos a deitar por terra a possibilidade de o fazer.

Quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que para mim, o senhor tem todo o meu apoio, desde que estejam salvaguardadas as questões legais – e eu sei que o senhor é legalista, e também não irá cometer esse erro se não estiver devidamente acautelado. Eu quero dizer-lhe, e quero dar-lhe os meus parabéns, porque acho que é preciso ter coragem, é preciso ter coragem para fazer isto, e para trazer aqui uma proposta, que eu entendo que tem todo o valor para a cidade do Marco. E eu gostava, gostava que este projeto fosse em frente, porque leva esta cidade para aquilo que nós devemos pensar, uma cidade onde os espaços verdes têm que ter valor, e onde deve haver espaços para as pessoas desfrutarem.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à deputada Carla Babo.



--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, membros da Assembleia Municipal, comunicação social e público que nos ouve através da Rádio Marcoense:

Eu associo-me, com certeza, às palavras do colega de Bancada, o Sr. António Santana, porque desde 2006 uma das estratégias que este Executivo apresentou, logo quando iniciou funções, foi mesmo a ligação do Parque da Cidade ao rio, e lembro que um documento estratégico elaborado pelo Prof. Daniel Bessa frisava mesmo isso, que era mudar radicalmente a relação do Município de Marco de Canaveses com os dois (2) rios que o atravessam e bordejam, e por essa via aumentar o potencial de atração de populações, que passa pela criação do Parque da Cidade de Marco de Canaveses, aproveitando o corredor que liga diretamente do centro da cidade ao Rio Tâmega. Também referia que dada a complexidade e envergadura deste projeto – e como o Sr. Presidente referiu – a sua concretização seria realizada de forma faseada, tratando numa primeira fase da zona entre o centro da cidade e a variante, e numa segunda fase, da zona entre esta mesma variante e o rio.

E eis que hoje a Câmara Municipal apresenta uma proposta para a permuta de terrenos para potenciar o futuro Parque Urbano da Cidade, ligando-o ao Parque de Lazer da Cidade atualmente existente naquela área, sendo propriedade do município, como vimos, os oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²), e a área a ceder pelos proprietários da quinta, os vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²), sem custos financeiros para o município, pois trata-se de uma permuta.

Sr. Presidente, parabéns por mais uma obra conseguida para o Concelho de Marco de Canaveses.

Bem hajam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, ou ao Executivo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes.

Em primeiro lugar, lembrar que nós falámos deste projeto, e suponho que nunca foi só a Câmara Municipal a falar nele ao longo dos anos – como agora bem recordou o Sr. Deputado António Santana, Presidente da Junta do Marco – de que o Marco de Canaveses merecia, e continua a merecer, ter um Parque Urbano, como também outras cidades aqui nossas vizinhas o têm. E por isso, várias vezes falámos ao longo desses anos. Não estou a trazer aqui de supetão, no final do meu terceiro mandato, esta matéria; estivemos a trabalhar e a criar as condições para que pudéssemos trazer, ainda dentro dos nossos mandatos, tínhamos e temos essa ambição, porque foi isso também que falámos sempre, ao longo dos nossos três (3) mandatos, de que gostaríamos de fazer a ligação entre a cidade, entre o concelho e os nossos rios. E neste caso, não são quaisquer rios; são os rios internacionais, como são o Tâmega e o Douro. E por isso, falei há bocadinho que logo no início do nosso primeiro mandato, pedimos ao Sr. Prof. Daniel



Bessa, na altura Diretor da Escola de Gestão do Porto, com uma equipa dessa mesma escola, que ele liderou, que nos pudesse também ajudar a pensar um pouco o plano estratégico para este concelho – daí eu ter feito aquela referência, há bocadinho, nas várias visitas que aqui fez, e que percorremos o concelho, e até andámos de barco no Rio Tâmega, e depois tivemos que passar para o Douro, para podermos observar, exatamente, o nosso território. E desde esse momento que tentámos. O PDM só ficou pronto, o novo PDM do Marco, com base no estatuto da revisão, exatamente em 2015; há menos de dois (2) anos que ele está em vigor (há ano e meio, se tanto). E é por isso que só a partir daí, apesar de eu já ter falado com este casal ao longo destes anos, só agora mais há um ano e pouco, depois de o PDM aprovado, é que nós começámos a pensar e a trabalhar com maior intensidade.

E aquilo que o Sr. Presidente da Junta do Marco, António Santana, disse, corresponde à realidade e à verdade dos factos: como há bocadinho referi, este casal tem esta quinta, construiu-a com muito amor, com muito carinho, e não é com facilidade que se está a querer desfazer desta quinta, que faz parte daquilo que foi o seu projeto de vida. E é por isso que eles realmente reconhecem também que isto é um bem para a nossa cidade, fazer este Parque Urbano da Cidade, e por isso se disponibilizaram. E nós procurámos dialogar, de forma ponderada e responsável, para encontrarmos a melhor solução, que eles também reconhecessem o esforço que fizeram ao longo de uma vida, e agora poder fazer esta permuta.

E por isso, queria dizer-vos, e respondendo, por isso, aos Srs. Deputados que me interpelaram a propósito desta matéria, o Sr. Deputado Rolando Pimenta e o Sr. Coronel José António Valdoleiros, que não estamos a apresentar isto agora em fim de mandato; não, isto é o culminar, é o coroar de toda uma expectativa e de todo um trabalho que foi sendo sedimentado ao longo dos anos, com o novo PDM, e que agora culmina nesta proposta para nós podermos dar mais um passo – porque já demos passos, conseguimos passar para o nosso património aquilo que era também uma intenção de doação, que levou até um processo no tribunal, quando realmente foi, exatamente, daquele terreno do Parque Radical, porque na altura disseram que o PDM ia ser aprovado num ano, e as pessoas ficaram na expectativa que num ano pudessem fazer a escritura de doação à Câmara, naturalmente com contrapartidas, e só o fizeram ao fim de mais de uma dúzia de anos. Mais de uma dúzia de anos. E é por isso que, efetivamente, nós agora queremos dar outro passo, como também, como disse, ficamos na expectativa de que a Câmara que há de ser eleita no próximo outono possa dar outro passo para levar o Parque Urbano da Cidade até ao nosso Tâmega, e assim casarmos a cidade com o Tâmega.

Bom, agora a Sra. Deputada Patrícia Vieira vem-nos aqui com esta questão, da questão de que estamos aqui a fazer mais um destacamento, coisa que não podemos fazer no tempo de dez (10) anos, dado que ainda houve um recentemente. Sei que a senhora conhece bem esse *dossier*, conhece muito bem, e por isso o trouxe aqui, pela sua vida profissional, conhece do que é que se trata. Mas nós, de facto, outro destacamento, não podemos fazer, mas não é esse o estatuto que vamos utilizar; nós vamos utilizar através de uma operação de loteamento, e essa operação de loteamento é perfeitamente possível, porque não tem nada a ver com o destaque, novo destaque. É através, exatamente, de um parcelamento, mas nesta figura que existe também na nossa Legislação, operação de loteamento. E isso é perfeitamente possível, é exatamente isso que trazemos hoje aqui à consideração da Assembleia Municipal. Daí eu ter dito ao Sr. Presidente da Assembleia, que quando me disse – quando eu estava ali a fazer um esclarecimento – que o Dr. Rolando Pimenta propunha que nós retirássemos, eu acho que não



há razões para retirar, não há razões para retirar a proposta, porque estamos, naturalmente, a fazer isto com responsabilidade, procurámos fundamentar isto também dentro daquilo que são os nossos serviços técnicos. A avaliação, nós temos aqui também pessoas que sabem fazer a avaliação dos terrenos, e acho que o fizemos dentro daquilo que há bocadinho eu disse, da perequação, porque é através, exatamente, deste mecanismo de compensação entre aquilo que são solos da RAN e da REN, em que se define um valor entre vinte (20%) a quarenta por cento (40%) de solo urbano...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, sendo o assunto um assunto importante para o concelho, agradecia algum silêncio, se estivéssemos interessados em ouvir as explicações do Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Porque nós estamos-nos a basear e a fundamentar na Lei. Nós não somos fundamentalistas da Lei, mas somos observadores da Lei, e estamos a respeitar a Lei. É através desta perequação, para um terreno que está ali situado no coração da cidade, que tem uma área envolvente na área de trezentos metros quadrados (300 m²), um conjunto já de edifícios, de uma área urbana, e que continua a crescer em termos urbanísticos na nossa cidade, este terreno tem que ser avaliado dentro dessa equação, dentro desta perequação, e dentro desta *décalage* entre vinte (20%) e quarenta por cento (40%), e nós estamos, exatamente, quase praticamente a meio, vinte e oito por cento (28%), exatamente a avaliação que se faz, e que permite fazer esta permuta, que não estamos a pôr em causa o erário público; nós estamos, exatamente, a tentar encontrar uma oportunidade para termos aqui um Parque Urbano, um pulmão da cidade, um pulmão verde para a cidade, que é fundamental, que é necessário para quem aqui habita, para quem aqui nos possa visitar. E essa é uma oportunidade que nós devíamos agarrar com ambas as mãos, sem perdermos jamais esta oportunidade, porque estamos à espera há muito tempo. E se me permitem, como muitas vezes digo, nós temos pressa do futuro; temos pressa do futuro, para recuperar de muitos anos em que esse futuro já devia estar presente, e que nós queremos que ele se torne presente. E é por isso que apresentamos, e não queremos estar aqui a polemizar com nenhum dos Srs. Deputados, não queremos estar aqui a entrar em polémica com quem quer que seja; queremos apenas que todos nós assumamos a nossa responsabilidade política e social na defesa do nosso concelho. E já agora, fala-vos alguém que defende sempre, há muitos anos, desde que tenho consciência política, e consciência daquilo que deve ser o desenvolvimento das cidades, da polis, e também o ambiente – que gosto deste binómio, desenvolvimento sempre acompanhado do ambiente. E aqui está um projeto em que se quer realmente desenvolver a cidade, fazer crescer a cidade, mas acompanhada do ambiente, com este parque verde, com este Parque Urbano, que é um verdadeiro pulmão da cidade de Marco de Canaveses. É por isso que estamos aqui.

E ao não querer retirar hoje, não é porque queremos estar a fazer um confronto com a Assembleia Municipal; queremos é apelar à Assembleia Municipal, à nossa Assembleia Municipal, que deem uma oportunidade para podermos fazer esta permuta, a bem da nossa terra, da nossa cidade, que precisa, exatamente, deste pulmão verde. E é isto que quero pôr, com esta lisura, com esta abertura de espírito, e com esta lealdade, aos Srs. Deputados que conosco partilham também a responsabilidade de dirigir, e de governar, e de contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Mas, é um pedido de esclarecimento? Sr. Deputado, eu penso que nós não podemos entrar aqui num processo, como agora se usa muito na Assembleia da República, que são as tricas; nós poderíamos tentar falar de assuntos mais estruturais. Se for um assunto que seja importante, então dar-lhe-ei a palavra, sem dúvida.

--- José António Valdeiros (PS) ---

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

As palavras que o Sr. Presidente disse relativamente à minha pessoa, juntando à afirmação do Sr. Dr. Rolando Pimenta, não é verdade, porque eu não afirmei aquilo, o Sr. Dr. Rolando Pimenta é que disse que, efetivamente, em fim de mandato, era uma decisão que não parecia correta. Mas, queria também dizer, porque é importante que se diga: é que tomar-se uma decisão sobre um ato que está ferido de legalidade, somos todos corresponsáveis. Este ato é impugnável. É um ato que poderá ser remetido para quem de direito: Ministério Público, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, porque, efetivamente, foi aqui dito, e está provado com documentos, que há uma ilegalidade.

E queria dizer ao Sr. Presidente que não respondeu à minha pergunta, porque eu, pessoalmente, falei de avaliações.

E também quero dizer que eu também estou com o Parque da Cidade; mas, agora, avaliarmos uma coisa, e vermos a outra, é completamente distinto. Agora, o que é importante é que seja dito que isto está ferido de legalidade, e na legalidade, somos todos corresponsáveis. À consideração dos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra, para um pedido de esclarecimento do deputado Filipe Babo.

--- Filipe Babo (PS) ---

Boa tarde, Sr. Presidente, mais uma vez.

Eu não tive qualquer esclarecimento relativamente aos meus dois (2) pontos, que coloquei. Um, fui esclarecido através do deputado Pessoa, que me fez o favor de me fazer chegar uma imagem via *Facebook*, mas o senhor não me respondeu. E outro, já percebemos que estamos a discutir aqui uma permuta, mas queria saber quais são os terrenos, ou os imóveis que pertencem ao município, ou o que é da esfera pública. Como é que vai ficar, o que é que estamos aqui a tratar, o que é que do espaço ali envolvente, o que é da esfera privada, que há ali uma construção urbana nova, ou está-se a preparar para edificar qualquer coisa, e eu quero saber do que é que estamos aqui a tratar, para ser devidamente esclarecido.

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, se me permitem só aqui uma ajuda, se conseguir dar aqui uma ajuda a este processo: eu penso que nós estamos aqui com duas (2) frentes de discussão completamente diferentes. Eu penso que nós estamos aqui a discutir – e eu vejo isto numa visão muito mais empresarial – o que nós estamos aqui a discutir, e é o texto que nos traz cá, é a permuta de terrenos. Eu percebo a preocupação da deputada, e bem, Patrícia Vieira, mas isso é um problema que, se isto não acontecer, o Conservador não vai fazer o registo. Portanto, eu acho que essa preocupação, nós não temos que a ter. Eu acho que, de vez em quando, tentamos ultrapassar – normalmente, nos negócios, nós fazemos um negócio, e depois teremos que ir ao Conservador. Só para terminar; depois podem dizer todos que não, mas só para terminar. Há uma coisa chamada Conservador, que vai ter que fazer o registo destes terrenos todos, efetua os registos. Portanto, se não houver registos, não há negócio; não é possível fazer um negócio onde o Conservador (ou Conservadora) não vai fazer os registos. Portanto, ninguém vai fazer um registo onde não há um processo, um averbamento destes no negócio. Eu só quero tentar ajudar. Sra. Dra. Patrícia, eu só quero tentar ajudar. O que eu penso que estamos aqui a discutir, e eu acho que é isso que gostava de discutir, é se isto é um bom negócio ou um mau negócio para o concelho. O processo de registo, há de ser um assunto que há de ser tratado pelo Conservador. E portanto, se o Conservador não fizer o registo, não é possível fazer o negócio.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Bom, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Munícipes:

Eu peço desculpa, há bocadinho tentei responder assim de uma forma mais genérica, sem estar a especificar as questões que cada um colocou, posso ter induzido em erro. Não quis também estar, com toda a franqueza, como temos a vontade de que esta situação possa ser decidida por todos nós, e bem, não quis estar aqui a responder a cada um, porque, por exemplo, o Sr. Coronel diz-nos que nós estamos aqui a vender “gato por lebre”; eu acho que não, porque senão eu nunca traria cá esta proposta. Eu não quis estar a fazer essa referência, dessa figura de estilo, “gato por lebre”.

Avaliação que não foi isenta e independente, que devia ter sido através de uma outra entidade que não a Câmara Municipal: nós temos feito várias avaliações ao longo dos anos, e até, muitas vezes, são-nos pedidas por Juntas de Freguesia e por coletividades, e nós fazemos. Por isso, acho que os nossos técnicos, se são qualificados para umas coisas, também podem ser para aquilo que são as iniciativas da Câmara Municipal.

Devíamos ter tido conhecimento disto, daquilo que foi a minha apresentação aqui: devo dizer que a argumentação que eu apresentei aqui, fi-la exatamente perante os meus pares na Câmara Municipal, quando levou à decisão para ser presente a esta Assembleia Municipal. Tentei fazê-lo da melhor forma que pude e soube. Tentámos agora até acrescentar mais, com algumas imagens, com um pequeno vídeo, e agora estamos exatamente aqui a ver: este é o atual Parque da Cidade, Parque de Lazer de Marco de Canaveses, que é área urbana, onde era suposto construir... Está bem, mas o grande grosso, que eu já há bocadinho disse, são trinta e sete mil e quarenta e três metros quadrados (37.043 m²), são do nosso Parque de Lazer atual, que é área



urbana, que nós podemos, quando tivermos o parque, se for essa a vossa vontade, até ao Tâmega, e este, podemos até prescindir, se quisermos usar para qualquer equipamento público, seja escola, seja outro tipo de equipamento público, podemos usá-la a todo o momento. Nós quisemos foi dar-lhe utilidade funcional, porque estava ali a monte, e há poucos anos quisemos fazer aquele Parque de Lazer, que apesar de tudo tem sido positivo, tem sido útil. Mas, acho que o Marco de Canaveses, esta cidade e a região merecem mais, daí querermos fazer este Parque Urbano da Cidade até ao Tâmega. E por isso, temos ali esta área de trinta e sete mil e quarenta e três metros (37.043 m²). Depois, temos mais outra, estes amarelos são também da Câmara Municipal, são áreas urbanas da Câmara Municipal. Este amarelo é o Parque Radical, que já é da propriedade da Câmara, a partir do qual faremos, exatamente, o Parque Urbano da Cidade até à variante da Avenida dos Bombeiros, e a seguir, se for essa a vontade da Câmara que vier a estar, e conseguir, levá-lo até ao Tâmega. Por isso, eu penso que com esta área, nós conseguiremos ter já um parque bom. A parte vermelha é aquela que, exatamente, vamos permutar com, exatamente, esta área verde. E há agora outra imagem, que há bocadinho estava aí, onde há os tais mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²), que aí é uma permuta direta, urbano por urbano, exatamente igual, que é assim que se faz em qualquer parte do mundo. Ora bem, aqui este bocadinho azul, ali e aqui este, são mil, oitocentos e treze metros quadrados (1.813 m²) de área urbana, que vai ser permutado dentro dos oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²) que, na prática, depois só estamos a ceder sete mil (7.000 m²), só estamos a ceder sete mil (7.000 m²) para vinte e quatro mil, trezentos e tal metros quadrados. É isto que está, e achamos que, efetivamente, tentámos fazer isto com toda a consciência, de forma responsável, para fazer uma permuta que seja defensável e sensata, que não prejudique o interesse público, que não prejudique o erário público. E também temos que reconhecer que aquele terreno, mesmo sendo de solo rural, é um terreno que está ali numa área central, que também o casal trabalhou, sofreu, e teve, realmente, todo o empenho para que aquela... Mais, já agora, que não referi nas minhas intervenções anteriores, devo dizer que a área da parte verde praticamente está pronta; podemos e devemos plantar mais algumas árvores, mas já temos ali a zona verde pronta. O que nós vamos procurar colocar é um conjunto de equipamentos, e o parque vai crescer ao longo dos anos, porque não vamos conseguir fazer todos agora; vamos pôr uns tantos, e vamos com certeza continuar, a Câmara que há de vir vai continuar a fazer crescer o parque, com mais equipamentos para as pessoas poderem desfrutar, os que vivem na cidade e aqueles que nos visitam. É esse o sentido, o alcance e a extensão do nosso projeto.

E por isso, fica à vossa consciência e à vossa decisão política.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas explicações. Vamos, então, pôr à votação. Vamos pôr à votação por Partidos.

PCP/PEV: Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção.

Marco Positivo: Quem vota contra?

Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém?

Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?



Partido Social Democrata: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta foi aprovada, com dezoito (18) votos a favor, onze (11) votos contra, e quatro (4) abstenções.

Declaração de voto? Dava primeiro ao Sr. Joaquim Madureira, que foi o que pediu, e depois darei aos outros elementos todos.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Ora, eu pedia que me dispensasse os cumprimentos.

Queria dizer que a minha abstenção deve-se a que esse senhor em causa é da minha família. Quero dizer que votei, atenção, e quero dizer o seguinte: fico muito contente em isto ter passado, e deixe-me dar uma pequena explicação, Sr. Presidente: temos aqui um exemplo no Marco, meus amigos; se não comprarmos o terreno, outro compra, perde-se uma oportunidade. E ele tem o terreno, pode vendê-lo a outro. E temos aqui um grande exemplo, a Quinta do Casal, que podíamos lá ter uma boa obra, um hotel, uma coisa qualquer; vendeu-se, acabou a oportunidade.

Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra à deputada Patrícia Vieira. Sr. Joaquim Madureira, não foi declaração de voto, isto, pois não? Está bem.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Declaração de voto:

“O Marco Positivo votou contra por entender tratar-se de um negócio que não é passível de ser realizado, por entender que não existe manifestamente o interesse que se quer demonstrar que tenha. Portanto, a declaração vai contra.”

E pedia, por favor, à Mesa que pedisse parecer sobre a legalidade desta própria deliberação, ou aprovação, e inclusive também da continuação deste negócio, ou daquilo que poderá dar, efetivamente, esta permuta.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu pedia à Dra. Patrícia que fizesse chegar esse requerimento à Mesa, e de uma forma explícita, o que é que pretende, para nós podermos pedir.

Dr. Rolando Pimenta.



--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito boa tarde.

“Rolando Pimenta, na qualidade de Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, declara que este Partido votou contra o processo de permuta de terrenos entre a Câmara Municipal e a Sra. Dra. Filomena Sousa Pinto, manifestando a sua apreensão por um Executivo em fim de mandato dar o aval a uma operação ferida de irregularidades, conforme ficou demonstrado pela intervenção da Dra. Patrícia Vieira, e segundo algumas intervenções de deputados municipais do PSD, mais se assemelha a uma compensação a um respeitável casal do nosso concelho, eventualmente prejudicado pelo novo PDM.

Mais declara que o Partido Socialista poderá impugnar pelos meios legais ao seu dispor da decisão do Executivo, apesar de este ter sido alertado destas irregularidades.”

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Passando à frente as saudações, a minha declaração de voto, mais ou menos do seguinte teor:

“Confianto na informação prestada pela deputada Patrícia Vieira, que assegura a impossibilidade de efetuar uma permuta; tendo o Sr. Presidente da Câmara admitido esse impedimento, afirmando mesmo que a via utilizada seria outra; confrontado com a aprovação de um texto que refere claramente “escritura de permuta e desanexação”; apesar de ser favorável à criação de um Parque de Lazer, não me sinto habilitado a conscientemente votar favoravelmente este ponto.”

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à deputada Carla Babo, para fazer uma declaração de voto.

--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores:

A Bancada do PSD votou favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, pois hoje, tal como há doze (12) anos, é um dos dias também mais felizes para a Bancada, e para o Marco de Canaveses. Ficou bem patente nesta sala quem quer um Parque Urbano para a cidade, uma cidade virada para o séc. XXI.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputada Cristina Vieira.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, membros da Mesa, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, estimado público, comunicação social:



A permuta deste terreno foi-nos apresentada com base em documentos que foram enviados e respetivamente analisados pelos Srs. Deputados. Desde o momento em que aparece um documento apresentado por uma deputada nesta Assembleia, que parece que fere de legalidade todo o processo, não me parece responsável, quer pelo Executivo da Câmara – também pelos vistos partilhado pelo Sr. Presidente da Assembleia – não me parece sensato que este processo seja aqui hoje votado. Parece-me que era mais sensato retirá-lo da ordem de trabalhos, e trazido cá, munido de toda a informação e de todos os elementos e, efetivamente, até pareceres que sanassem as dúvidas que aqui foram colocadas hoje sobre a legalidade deste negócio.

Não podemos dizer de ânimo leve que o negócio é aqui votado hoje, mas depois, se o Sr. Conservador não fizer o registo, não há negócio. Não tem que ser o Conservador a dar conta da ilegalidade deste negócio. A Câmara é uma pessoa de bem, e não devia colocar a responsabilidade nos deputados desta Assembleia num negócio que depois um Conservador, ou uma Conservatória, pode anular, por força do registo do terreno – foi isso que nos foi dito.

Eu também concordo que é necessário um Parque de Lazer na cidade, e que este devia, de facto, ser até ao rio, como aqui foi proposto e já dito pelo Prof. Daniel Bessa. Mas, como todos sabem, existe já hoje indústria instalada e a instalar-se, respetivamente o caso do Centro de Inspeções, muito junto à variante.

O que está aqui em causa é a legalidade do negócio, e não o fim para que este negócio serve. E por isso, eu não me sinto à vontade de votar este processo – aliás, votei contra – porque acho que, de facto, devíamos estar muito mais bem informados sobre o negócio.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, ao último ponto desta Assembleia, **Ponto n.º 3.10**, Apreciação e deliberação da autorização, sobre proposta da Câmara Municipal, nos termos e para o efeito do disposto da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, dos n.º 5 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para contratação do empréstimo de médio / longo prazo, para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, ao abrigo do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, tendo presente as deliberações da Câmara Municipal de 11 e 26 de janeiro de 2017, com base no Relatório de Avaliação das Propostas, aprovado na Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2017.

Eu daria ao Sr. Presidente da Câmara, ou a quem ele designar, para fazer a introdução do ponto, para depois podermos discutir o ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, passava já a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, dez (10) minutos para fazer a introdução do ponto, então.



--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses que nos seguem pela Rádio Marcoense:

Apenas, e porque há pouco não tive oportunidade de intervir, duas (2) notas prévias relativamente a este processo, que é um contínuo, digamos assim, do procedimento anterior.

A questão aqui levantada, relativamente à questão da anulação, e que foi frisada por alguns deputados, e deixar isso claro, aquilo que eu tive oportunidade de dizer na reunião com os líderes que antecedeu esta sessão da Assembleia Municipal é que aquela extensão, aquele incremento que foi feito ao ponto, poderia ter sido aqui sanado, assim houvesse anuência. Portanto, daí não decorre qualquer problema para a deliberação que aqui hoje foi tomada, porque a Assembleia poderia ter sanado essa questão. A questão, para mim, prende-se com o facto de referir uma palavra que é “anulação”, e que em sentido jurídico, tem um entendimento completamente diferente daquilo que é uma cessação de um procedimento. E nesse particular, queria dar um exemplo: em 2004, esta Assembleia aprovou, deu voto favorável a um procedimento de contratação dos empréstimos que ainda estão em vigor. Por força da decisão de aprovação de substituição dos novos, são cessados esses empréstimos, e é cessado todo esse procedimento, quer de reequilíbrio financeiro, quer dos empréstimos, cessa, mas não se anula a deliberação de 2004. Da mesma forma, a deliberação da Assembleia, tomada aqui em outubro, na minha ótica, produziu efeitos, os efeitos foram válidos; só não houve continuidade do processo porque assim entendemos, e porque surgiu Legislação que permite uma melhor oportunidade. Portanto, eu queria deixar, para que isto fique também em ata, este esclarecimento. E a questão que foi levantada, na ótica do Executivo, não teve nada que ver com o facto de ter sido feito um aditamento. A questão do aditamento, como disse, podia ter sido ultrapassada, assim esta Assembleia o quisesse.

Relativamente, depois, ainda à questão prévia, que tem a ver com a instrução do processo: pedi hoje à Mesa que entregasse uma atualização do mapa-resumo, precisamente com a Euribor. Como sabem, a Euribor é uma taxa que todos os dias é diferente. Desde a instrução inicial do processo até agora, sofreu alterações com impacto. Foi nossa preocupação – e daí termos feito chegar essa informação – de que hoje tivessem noção de qual é o resultado da operação, em termos de comparação de valores, com a Euribor disponível à data de hoje, sendo que segunda-feira já será diferente, e daqui para a frente. Portanto, isto é apenas uma questão de atualização e de pertinência à data.

Ainda no que se refere ao mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, que já aqui foi invocado, e a troca de impressões, ou de ideias, que houve na sessão anterior, eu queria deixar claro o seguinte: esse mapa que agora instruiu, esse modelo foi sugerido pelo Tribunal de Contas, aquando da devolução de visto. Não há, tanto quanto é do conhecimento, e o Tribunal de Contas também não o fez – e eu desafio a que, caso conheçam, nos apresentem, qual é o Decreto-lei, a Portaria ou a Lei que publicou esse mapa demonstrativo da capacidade de endividamento. Portanto, para todos os efeitos que eu tenho do município, todos os anos, ou trimestralmente, é aferida a capacidade de endividamento pelo mapa da DGAL, naquele capítulo relativo ao endividamento da autarquia, e tem servido para todos os fins, tanto é que não há um mapa oficial. Esse desenho que têm aí é o que resulta da sugestão do Tribunal de Contas. E queria ainda acrescentar, deixar esta informação, e pedir esse exercício, se assim o quiserem:



daqui a sensivelmente dois (2) meses estaremos a prestar contas a esta Assembleia, e junto com a Prestação de Contas, como habitual, será divulgada novamente a ficha do município da DGAL, que tem uma alínea c) relativa ao endividamento do município, e poderão verificar que os valores serão coincidentes. Portanto, queria deixar isso claro, e que, na essência, na substância, os valores são os mesmos, porque não há dois (2) valores, não há duas (2) receitas, não há uma vez e meia a média dos três (3) últimos exercícios, não é possível calcular de forma diferente. Portanto, queria deixar claro que independentemente da forma do mapa, o conteúdo é o mesmo, é só um, e é esse que está aí colocado, aceitando – e bem, na minha ótica – a sugestão feita pelo Tribunal de Contas aquando da devolução do processo.

Entrando agora naquilo que é a apresentação, ela será essencialmente efetuada em cinco (5) pontos: será um apanhado relativo à evolução da dívida no período de 2005 a 2016; depois, uma abordagem à Lei n.º 42/2016, que é o Orçamento do Estado para 2017; tramitação do empréstimo, relatório de elaboração das propostas, e o novo empréstimo.

No que respeita à evolução da dívida, como sabem, em 2004 foram contratados quarenta e cinco milhões (45.000.000€); para além de outros valores que entretanto foram pagos através do Orçamento, em 2013 houve a necessidade de contratar mais dois ponto seis milhões (2.600.000€). Portanto, em termos iniciais, foram quarenta e sete ponto seis milhões (47.600.000€) a dívida que o município contratou.

Volvidos estes anos, neste período de onze (11) anos, sensivelmente, foram amortizados, de capital, vinte e dois ponto oito milhões (22.800.000€), pagos de juros doze ponto oito milhões (12.800.000€), num total de serviço da dívida de trinta e cinco milhões e meio (35.500.000€). Portanto, é, de facto, depois de tudo isto que chegamos aqui com um saldo de dívida, a 31 de dezembro de 2016, de vinte e quatro ponto sete milhões (24.700.000€), tendo despendido então de trinta e cinco vírgula seis milhões (35.600.000€) ao longo desses anos.

Em termos gráficos, para percebermos o peso dos juros e do capital, temos beneficiado nestes últimos anos, quer de a Euribor estar negativa – que neste caso concreto, destes empréstimos de 2004, essa Euribor negativa é absorvida pelo *spread*, e portanto, digamos, tem vindo a ser aliviado o encargo com os juros.

Relativamente àquilo que é o ponto essencial, e que nos permitiu chegar aqui a esta altura, a 2017, e estarmos a propor a esta Assembleia esta operação de substituição da dívida e reestruturação. Aqui a vermelho, como podem observar, é o limite do endividamento. Como veem, o cruzamento da dívida – aqui a dívida que é apresentada, a curva da dívida, a azul, que é apresentada, é apenas a dívida bancária, sendo certo que para efeitos de limite de endividamento, conta também a dívida a fornecedores; e aquilo que eu queria que registassem era que esse cruzamento, esse ponto de contato, se deu no início do ano de 2015. E deixar também a informação de que, tal como consta do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, temos agora, à data de 31 de dezembro de 2016, uma margem absoluta de endividamento de dez ponto cinco milhões (10.500.000€). Portanto, estamos abaixo do nosso limite, face à nossa capacidade de gerar receita, em dez ponto cinco milhões (10.500.000€).

Naquilo que são os requisitos da Lei, e que nos vêm permitir aferir se estamos, ou não, em condições de nos propormos a esta medida, basicamente passa por o município ter que ter uma



dívida inferior a dois vírgula vinte e cinco (2,25) vezes a média da receita corrente líquida. Dizer que a nossa está abaixo de um e meio (1,5). Portanto, esta era a primeira condição fixada pelo art.º 81.º da Lei do Orçamento do Estado.

Depois, o novo empréstimo não pode aumentar a dívida do município, tem que diminuir o serviço da dívida, e portanto, isso só pode acontecer com uma redução da taxa de juro e com uma extensão do prazo, para que o serviço da dívida diminua. E depois, que o valor atualizado dos encargos totais, incluindo o capital, juros e por aí fora, não excedam o empréstimo a liquidar.

No que respeita, então, ao cumprimento destes requisitos, aquilo que é proposto é de manter a dívida nos vinte e quatro ponto sete milhões (24.700.000€), é trocar um empréstimo por outro, de igual montante, sem incrementar nem um euro (1€) a esse endividamento, e qualquer compensação que tenhamos que pagar, como é o caso do BCP, em que teremos que pagar cerca de quinze mil euros (15.000€), iremos assumi-lo diretamente ao nosso Orçamento, e portanto, não iremos endividar-nos para assumir esse compromisso.

Depois, no que respeita à diminuição do serviço da dívida – e aqui o Sr. Presidente já teve oportunidade de o referir – passaremos de um serviço da dívida estimado, de três ponto três milhões (3.300.000€) anuais, para um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil (1.384.000€) anuais. Portanto, há aqui claramente o cumprimento da diminuição do serviço da dívida. E depois, o próprio valor atualizado – o atual empréstimo, à data de hoje, vale vinte e dois ponto oito milhões (22.800.000€), e o novo vale dezanove ponto oito milhões (19.800.000€). Portanto, tem um valor atualizado inferior ao atual empréstimo.

Naquilo que foi a tramitação, na sessão ordinária de 11 de janeiro foi concedida autorização ao Sr. Presidente para proceder à consulta dos bancos para contratar este empréstimo, pelo período de vinte (20) anos. Foram contactadas, ou foi solicitada que concorressem nove (9) instituições – basicamente todas aquelas que têm balcão no nosso município – e depois, a esta consulta, responderam afirmativamente quatro (4) instituições bancárias: o BCP, o Novo Banco, a Caixa Geral de Depósitos e o BPI. O BPI apresentou uma proposta de seis milhões e meio (6.500.000€), com um *spread* de um por cento (1%); a Caixa Geral de Depósitos, dezoito milhões, duzentos e cinquenta e um (18.251.000€), a um *spread* de um ponto vinte e cinco (1,25%), praticamente equivalente ao atual; o BCP, cinco ponto nove milhões (5.900.000€), com um *spread* de um ponto setenta e cinco (1,75%); e o Novo Banco propõe-se emprestar seis milhões de euros (6.000.000€), a um *spread* de dois e meio por cento (2,5%).

Depois de analisadas as propostas, entendeu o júri efetuar uma proposta de adjudicação às duas (2) melhores propostas colocadas: ao BPI, colocar, então, seis milhões e meio (6.500.000€) ao *spread* de um por cento (1%), e à Caixa Geral de Depósitos, o remanescente, que à data será já inferior aos dezoito milhões (18.000.000€), pela amortização que continuaremos a fazer, mas reportados à data da consulta, 31 de dezembro de 2016...

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Vereador, tem que concluir.

--- Vítor Gonçalves (Vereador) ---

Muito obrigado.



E então, iremos ter um *spread* médio ponderado de um ponto dezoito, quatro (1,184%).

Naquilo que é o atual serviço e o atual *spread*, temos um *spread* atual, dos atuais empréstimos, de um ponto quarenta e sete por cento (1,47%), o que compara com um ponto dezoito (1,18%), o que significa, do ponto de vista do serviço da dívida, uma redução de dispêndio de dinheiro, digamos assim, vamos despendar menos um ponto nove milhões de euros (1.900.000€) anuais – isto significa uma redução do serviço da dívida em cerca de sessenta por cento (60%).

Naquilo que são os principais objetivos a atingir com este empréstimo, é acima de tudo, e em primeiro lugar, a libertação dos atuais contratos e plano de reequilíbrio financeiro; melhorar as condições de governabilidade da autarquia; libertar tesouraria através da redução do serviço da dívida; permitir investir, permitir alavancar o município através de uma maior capacidade de autofinanciamento; criar condições de atratividade para o investimento – já aqui foi hoje referido várias vezes que todos temos a ânsia de colocar o nosso município no mapa, no mapa da região, no mapa do norte, e para isso precisamos de atrair, e não podemos contar só com o investimento público, temos também que contar com o investimento privado. E nada melhor do que começar eventualmente pela concessão de incentivos fiscais para permitir o investimento privado no nosso território.

E queria também deixar esta última nota, que é fundamental, que tem que ver com: com este empréstimo, não fica de modo algum hipotecada a possibilidade de, a qualquer momento, ser liquidado antecipadamente. Portanto, esta é uma questão que fica salvaguardada, independentemente da decisão que é tomada aqui hoje, quem entender que deva liquidar este empréstimo em período anterior aos vinte (20) anos, fica com a liberdade de o fazer sem o pagamento de quaisquer encargos. Portanto, a questão do prazo é apenas uma questão de levar até ao máximo permitido ou admissível por Lei, sendo certo que anualmente, aquando da aprovação e discussão do Orçamento por esta Assembleia, terão possibilidade de definir um serviço da dívida diferente, e que ele não chegue, se assim for vontade, até ao seu limite, os vinte (20) anos.

E com isto, só uma nota relativamente à questão da tramitação: sendo aprovado hoje, seguir-se-á a questão das minutas, e depois submissão ao Tribunal de Contas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, muito brevemente, só em complemento daquilo que acaba de dizer o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo: se viermos a ter ganho de causa nesta matéria – como desejamos e o concelho merece – é nossa vontade, em setembro, como é habitual ser Assembleia Municipal, e será a última deste mandato, para fixarmos a taxa do IMI, do IMT e da Derrama, é nossa vontade apresentar uma proposta já de redução do IMI, do IMT e da Derrama. E espero que assim possa ser, para ser, exatamente, depois incluído no Orçamento para 2018. É este também o compromisso que quero assumir perante a Assembleia Municipal.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Eu daria a palavra agora aos Srs. Deputados. Portanto, eu vou só repetir: Sr. Deputado Filipe Babo, Rolando Pimenta, Luís Pinto e Benjamim Marques.

Daria a palavra, então, ao deputado Filipe Babo.

--- Filipe Babo (PS) ---

Boa tarde a todos, novamente.

Só aqui para um esclarecimento adicional ao Sr. Dr. Vítor Gonçalo, que este aditamento, nas palavras do Sr. Vereador, diz que podia ter sido sanado no ato da discussão do ponto. Eu acho que percebeu mal, que esse aditamento não podia ter sido sanado, mas sim no período de antes da ordem do dia; aí sim, é que podia ter sido sanado, ou corrigido. Pronto.

Relativamente ao desafio que colocou, que é o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, esse mapa não foi sugerido. Eu vou ler o que é que disse o Tribunal de Contas – que eu tenho o documento, o Partido Socialista teve acesso a este documento, como sabe. Acho que devia saber. Foi pedido pelo Partido Socialista, em Reunião de Câmara, a Câmara remeteu-o para o vereador do Partido Socialista, que teve acesso ao documento. E o que diz o Ponto 6, diz: *“Presta informação, relativamente ao apuramento da capacidade do endividamento para o ano de 2016, à data de 1 de janeiro de 2016.”* No Ponto 7 diz: *“Envia certidão do teor integral da ata da reunião do órgão deliberativo...”* – que é a Assembleia Municipal – *“... na parte que respeita à aprovação dos empréstimos em apreço, onde se verifique a apreciação do cumprimento de todos os pressupostos a que refere o artigo...”* XPTO, e mais em concreto, no art.º 49.º, n.º 5, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E essa Lei, aquela que acabei de ler, que é o art.º 49.º, n.º 5, a parte final do n.º 5 desse artigo da Lei n.º 75/2013 diz, *ipsis verbis*: “mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município”. Está bem?

Isto só para responder ao desafio, que não havia necessidade, é um tema que já está esgotado. Está esgotado, é um assunto esgotado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputado Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Exma. Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público e Marcoenses em geral.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, só algum silêncio, estamos quase mesmo a acabar, está bem?

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Nunca é demais referir que estamos aqui e agora em condições, de facto, de o processo não emperrar no Tribunal de Contas, e graças aos méritos da apelidada “geringonça”. De facto, com a solução governativa encontrada pelo Partido Socialista, o Marco provavelmente vai conseguir libertar-se das grilhetas do plano de reequilíbrio financeiro, e só agora é que tem a possibilidade de contrair empréstimo por vinte (20) anos. E como sabem, isto já foi aqui referido, mas nunca é



demais referir, até porque não houve a humildade democrática de reconhecer os erros, é que nós iríamos prolongar, se estivéssemos na vigência da Lei do Orçamento de Estado para 2016, o que significa ao abrigo da anterior decisão desta Assembleia, nós iríamos ter o processo acrescido de mais vinte (20) anos. Ou seja, o que foi acordado com o plano de reequilíbrio financeiro era para vinte (20) anos, e passava para vinte e sete (27), e a Lei não o permitia. Portanto, isto é um ponto.

Também é conveniente referir que nós estamos perante uma questão iminentemente, agora, de opção política. E opção política por quê? Porque o município deve, na totalidade, vinte e quatro milhões e setecentos mil euros (24.700.000€). Desta dívida, vinte e dois milhões e quinhentos mil (22.500.000€) vencem, ou venceriam, a oito (8) anos, e há aqui um montante residual de dois milhões e duzentos mil (2.200.000€) que venceriam a treze (13). E há outro facto que tem sido omitido, que dispunha, e felizmente – o mérito é do atual Executivo, e também temos que o reconhecer – de disponibilidade financeira a rondar os onze milhões de euros (11.000.000€). E portanto, as opções são estas, é muito simples, é como em nossa casa: quem tem uma dívida de vinte e quatro milhões (24.000.000€) podia optar por, efetivamente, aproveitar essa disponibilidade financeira – ou parte dela, por uma questão de precaução, não aplicar toda – amortizar a dívida, e depois ir negociar com a banca. A capacidade negocial seria certamente outra. Optou-se por esta via, também é uma possibilidade, mas como tudo na vida – como tudo na vida – há sempre duas (2) faces: há o positivo e há o menos positivo.

Como, digamos, o facto mais negativo que temos, vamos ter mais tempo, e necessariamente, no final, vamos suportar mais juros. No final vamos suportar mais juros, porque o dinheiro é o negócio da banca, e é natural que assim seja. Como aspeto positivo, vamos ter prestações mais suaves e um aumento de disponibilidade de tesouraria. E num ano como este, isto dá algum jeito. Mas isto, fazem todos, é normal, estamos todos na política e sabemos muito bem como se fazem as coisas.

Deste debate, e desta insistência, e da discussão sai a luz: finalmente, já na última Assembleia, o Executivo reconheceu que não era obrigado a aplicar taxas máximas na questão da devolução de cinco por cento (5%) de taxa fixa do IRS. E já foi hoje reconhecido, até porque o Dr. Manuel Moreira diplomaticamente não referiu o IRS, até porque é um dado adquirido. Queria dizer? Sr. Presidente, quanto ao IRS, já foi admitido aqui – vocês têm que resolver isso em casa – já foi admitido aqui pelo Dr. Vítor Gonçalo que o município não está obrigado à aplicação dessa taxa máxima, até porque quando foi assinado o plano de reequilíbrio financeiro, essa possibilidade que o Governo Central deu, de os municípios ressarcirem os cidadãos até cinco por cento (5%) do IRS suportado, não existia essa norma; essa norma é posterior à assinatura do plano de reequilíbrio financeiro. Logo, o município não estava obrigado. Isso já foi reconhecido aqui. Portanto, agora começo a ter receio que o Executivo, no futuro – mas, apesar de que estamos em vésperas de eleições, e provavelmente vamos ter no “sapatinho” parte desse IRS. Oxalá que assim seja, para bem das famílias Marcoenses, que não estão aqui para estes jogos florais. E o que nos interessa – e isto é função da Oposição – é levantar os problemas, para quem tem os meios, os resolver, se tiver vontade política.

Como nota final, e digamos, depreende-se que, em coerência, isto é uma opção política, e como tal, o Partido Socialista não dispõe de todos os dados do problema, um deles, que seria interessante, mas creio que há um deputado que já tem conhecimento da documentação



emanada do Tribunal de Contas, e certamente nos fará chegar aos outros elementos, e como não estamos na posse de toda a documentação, e seria importante que nós, nestas questões, que são questões de fundo, que têm a ver com o futuro, com o nosso futuro, o nosso presente, e de quem ainda há de nascer, era importante que nos fosse dado o máximo de conhecimento possível destas questões.

E desculpem esta situação, mas felicito V. Exas. por finalmente – e desculpem, agora o Partido Socialista mais uma vez dizer que não estamos aqui para criar obstáculos, mas estamos aqui para contribuir para o futuro e o bem de todos os Marcoenses.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores:

É, efetivamente, um facto que algo que pautou este Executivo ao longo destes últimos doze (12) anos foi o rigor e a excelência na administração das finanças públicas. Aliás, o contrato assinado em 2005 previa um reequilíbrio durante vinte (20) anos; nós conseguimos equilibrar as nossas contas ao fim de dez (10) anos, onde hoje, como também já foi explicado, já temos capacidade de novo endividamento. Isto é um facto de notar. Portanto, como disse a minha colega de Bancada na última intervenção, são, efetivamente, de factos felizes que hoje falamos no Marco de Canaveses.

Relativamente ao empréstimo, estamos a falar de uma reestruturação de dívida; não é um novo empréstimo, mas é acima de tudo a substituição de um atual por um que venha dar-nos melhores garantias, e acima de tudo com uma grande diferença: voltar a dar autonomia ao Executivo Camarário, seja ele quem for que saia das próximas eleições, autonomia para poder gerir o Marco de Canaveses de uma forma totalmente diferente do que este foi obrigado a cumprir. E sim, havia garantias de empréstimo que obrigavam à aplicação das taxas máximas no nosso concelho.

Este novo empréstimo irá permitir, como o Sr. Presidente já o disse, a diminuição do IMI e a diminuição da Derrama, muito importantes para o futuro, certamente ainda a envolver a minha geração, que foi estrangulada ao longo dos últimos dez (10) anos pelo antigo contrato de reequilíbrio financeiro, o que pode permitir mais investimento na nossa terra (e precisamos dele), de chamar empresas externas ao Marco de Canaveses a virem investir e a criar emprego, que possam também aqui pagar os seus impostos, gerando mais riqueza e permitindo ao município também fazer mais investimento para aumentar a nossa qualidade de vida.

Foi conseguido, ou vai ser conseguido neste empréstimo mais duas (2) coisas: a primeira, de reequilibrar o empréstimo que foi feito para os subsídios não cabimentados, pois todos nós sabemos que na altura em que ele foi pedido, os *spreads* eram altíssimos devido à situação financeira do nosso país e ao estado da banca em Portugal; e outra coisa, que é o pagamento



antecipado, o pagamento antecipado sem qualquer tipo de penalização. Assim, como eu disse, e é o ponto fulcral desta situação e deste debate, é de voltar a readquirir a autonomia que bem precisamos para o presente e para o futuro no nosso município.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Benjamim Marques. Certo. Dava a palavra, então, ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

O Sr. Vereador também depois completará.

Eu queria dizer, em relação àquilo que têm sido as intervenções sobre esta matéria, o seguinte: tendo em consideração aquilo que neste momento temos ainda de serviço da dívida, vinte e quatro milhões de euros (24.000.000€) – peço desculpa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Munícipes, isto já é o adiantado da hora – tendo em consideração que quando assumimos as funções, em outubro de 2005, tínhamos, realmente, acabado, poucos meses antes, de contrair um empréstimo de quarenta e cinco milhões (45.000.000€) para fazer face à insolvência técnica da Câmara Municipal, e depois fizemos a auditoria, como tínhamos também assumido perante os cidadãos do Marco, para termos a fotografia completa e real da situação financeira, e detetámos mais oito milhões, trezentos e noventa e dois mil euros (8.392.000€), o que quer dizer que, de facto, os compromissos já ultrapassavam cinquenta e três milhões (53.000.000€). E hoje, estamos nos vinte e quatro milhões (24.000.000€). Queremos, exatamente, pôr cobro ao contrato de reequilíbrio financeiro, pagar os empréstimos, exatamente, desse montante, para podermos contrair outros de igual montante, mas sem esta condicionante do contrato de reequilíbrio financeiro, e procurando, como foi dito já no desenvolvimento da proposta, ter, realmente, prestações mais suaves, que permitam às Câmaras, e à Câmara que vem, exatamente a oportunidade de ter mais capacidade de investimento no nosso município, para o seu desenvolvimento e para a qualidade de vida dos seus cidadãos, ficando na casa dos tais cento e quinze (115.000€), cento e vinte mil euros (120.000€), no máximo. É bom, face aos duzentos e oitenta mil euros (280.000€) atuais. Por isso, acho que este aspeto, julgo que é muito relevante. Fizemos uma redução, em onze (11) anos – onze (11) anos – exatamente dos tais cinquenta e três milhões (53.000.000€) para vinte e quatro (24.000.000€), praticamente na casa dos sessenta por cento (60%), o que é, de facto, algo que também nos deve orgulhar a todos os cidadãos, porque se trata também de uma obra importante. É evidente que se me perguntarem, ou nos perguntarem se nós gostaríamos, antes, de ter aplicado este dinheiro no desenvolvimento do concelho, com certeza que sim, mas tivemos, e tínhamos esse compromisso, de não falhar nenhum mês perante o sindicato de bancos, que tivemos, realmente, que continuar a pagar à Caixa Geral de Depósitos, ao BCP Millennium e já não é BES, mas é Novo Banco. Esse é um aspeto que não podemos ignorar, e que temos cumprido com todo o rigor. Eu penso que nós devemos ficar felizes por, realmente, podermos ter assim prestações mais suaves, porque somos pessoas de bem, queremos continuar a honrar os nossos compromissos, mas permitir que a Câmara, ou as Câmaras que aí vêm possam ter mais oportunidade para dar corpo aos seus projetos de desenvolvimento para o concelho.

Queria também dar nota de que há bocadinho, quando disse que é nossa vontade, se porventura este processo for concluído com sucesso, e se for esta a vontade da Assembleia, e o Tribunal de Contas nos der, naturalmente, o visto para que nós possamos acabar com o contrato



de reequilíbrio financeiro, substituir este serviço da dívida por outros empréstimos que nos possam dar esta folga financeira, nós gostaríamos, em setembro, exatamente no mês que é habitual nós trazermos isso à consideração da Assembleia, pela primeira vez nos nossos mandatos, dos nossos, Câmara e Assembleia Municipal, readquirir a tal autonomia de que falei da parte da manhã, que nos permitam poder, então, aqui exercitar essa liberdade autárquica, de poder baixar o IMI, a Derrama e o IRS – há bocadinho falei, por lapso, no IMT, mas sim, é o IMI, a Derrama e o IRS. Fá-lo-emos, naturalmente, de forma também conscienciosa, de forma responsável, porque na Câmara têm que continuar a fazer face àquilo que são os seus compromissos, continuar a fazer face, com certeza, àquilo que vai ser o serviço da dívida dos novos empréstimos, etc. Por isso, teremos que o fazer de forma muito conscienciosa. E é nesse sentido que queremos dar esse sinal, para podermos assim demonstrar que queremos, exatamente, e merecemos ter esta baixa dos impostos municipais.

E por isso, também dizer, Sr. Deputado, Dr. Rolando Pimenta, que não é, exatamente, por ser ano de eleições; como sabe, o Orçamento deste ano arrecada a receita do ano de 2016. Aquilo que nós viemos a fazer em setembro, se tivermos essa oportunidade, em setembro de 2017, só se vai aplicar na vigência do Orçamento de 2018, muito depois das eleições autárquicas que terão que ocorrer entre o dia 14 de setembro e o dia 14 de outubro, como é bom de ver. Por isso, não estamos aqui a fazer nenhum número eleitoral; estamos apenas a dar corpo àquilo que foi sempre a nossa vontade, manifestada por muitos Srs. Deputados ao longo destes mandatos, e por nós próprios, que sempre também o reafirmámos, sem o poder materializar. E acho que podemos deixar esse sinal para o futuro, porque é assim que devemos atuar. E por isso, não vale a pena adiar uma coisa que podemos fazer já, para que, realmente, no futuro, isso se aplique, e é evidente que isso é bom para os Marcoenses, a partir do ano de 2018.

E suponho que era isto que se me oferecia dizer, e dava agora também a palavra, se o Sr. Presidente o permitir, ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, para poder completar as respostas às questões colocadas.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Muito obrigado.

Indo, então, diretamente às questões, aqui ainda relativamente à questão colocada, do mapa, pelo Sr. Filipe Babo, dizer o seguinte: o que, de alguma forma, me faz espécie é estar aqui a discutir um mapa que é completamente irrelevante para o processo, porque nós não estamos – e volto a repetir – a aumentar a dívida do município. O mapa demonstrativo da capacidade de endividamento só é preciso para demonstrar que o município tem margem para se endividar. Mas, não é o caso; do ponto de vista do processo, ele tem é que ter aqui um mapa, e tinha um mapa no processo. O que o senhor não disse é qual era o mapa – o senhor disse que o mapa não era aquele, mas nunca disse qual era o outro mapa a que o senhor se referia. Agora, mandou o mapa do Tribunal de Contas, mandou o mapa dele, mas não está publicado, não é um mapa. E nós sabemos, tanto é que estava no processo – e aquilo que me leu, a referência que fez à Lei, é que o processo tinha que estar instruído com um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento. E estava instruído; não era aquele mapa que o senhor pretendia. Espero que agora já tenha esse mapa.



Naquilo que é ainda a questão dos méritos da “geringonça”, referidos aqui pelo Sr. Dr. Rolando Pimenta, dizer o seguinte: tivemos, e fizemos disto um processo de aprendizagem empenhado, e tivemos oportunidade de, quando percebemos as dificuldades que tínhamos – e nunca as escondemos, ainda hoje o Sr. Presidente aqui as frisou, sempre estivemos conscientes das dificuldades, mas porque somos arroçados, entendemos que devemos tentar, porque se não tentarmos, nunca sabemos se conseguimos, fizemos o nosso trabalho. E quando percebemos as dificuldades, trabalhámos em parceria, posso dizer assim, com consultores da Assembleia da República, para que o texto de lei – e se consultar os projetos de lei, as propostas de lei que estiveram em tramitação até à Lei final, tiveram a evolução, e trabalhámos em parceria para que a Lei pudesse vir de encontro às nossas necessidades. Como sabe, a Lei é do país todo; não só às nossas, as objeções colocadas a nós também foram colocadas a outros municípios, certamente, mas até esse trabalho empenhado fizemos.

Depois, aquilo a que se referiu, e para finalizar, a questão de que vamos pagar mais juros. É claro que vamos pagar mais juros, mas permita-me aqui, o Dr. Rolando Pimenta é economista, e saberá certamente, como qualquer bom gestor, que o dinheiro que ficará disponível pode ser aplicado, potenciado e superar em muito, em muitos milhares de euros, no tempo, os juros que serão pagos de forma mais diluída. Portanto, isso é uma questão que, sabe muito bem, é perfeitamente possível. A questão que se porá é o que se faz com o dinheiro que vai sobrar daqui para a frente.

E por último, só agradecer a referência feita pelo Dr. Luís Pinto, que agradecemos, e nos revemos completamente nisso.

Muito obrigado. Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, pôr à votação, e vamos votar por Partidos.

PCP/PEV: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Marco Positivo: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

PSD: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a proposta foi aprovada, com trinta e dois (32) a favor, e duas (2) abstenções.

Dava a palavra, então, ao Dr. Benjamim Marques, para fazer a declaração de voto.

--- Benjamim Marques (PCP/PEV) ---

Reiterando a posição que assumi na anterior votação sobre este assunto, declaração de voto:



“Considerando que a proposta de contratação de empréstimo consubstancia uma significativa redução do serviço da dívida e consequente canalização de verbas remanescentes para reforçar a dotação de capitais próprios para fazer face a fundos comunitários; implica numa redução em termos absolutos das taxas de juros dos empréstimos contratualizados; sendo o maior inconveniente deste empréstimo a sua duração – vinte (20) anos – mas que, por outro lado, permite o desafio de tesouraria, o que permitirá que se antecipem pagamentos ao longo da vigência do mesmo; permite, no futuro, a quem gerir o município, a possibilidade de poder liquidar antecipadamente este novo empréstimo, sem qualquer penalização, não ficando obrigado a cumprir os vinte (20) anos; a liquidação dos atuais empréstimos possibilitará a libertação das amarras do plano de reequilíbrio financeiro e permitirá à Câmara Municipal, assim o proponha, reduzir as taxas aplicadas aos munícipes, designadamente a redução do IMI e da Derrama sobre o IRC.

Face às razões elencadas, entende a Bancada do PCP/PEV ser esta a solução que melhor serve os interesses do Concelho do Marco de Canaveses. Não deixando de seguir com particular atenção as opções futuras da Câmara Municipal em termos de investimentos e fixação das taxas de impostos municipais, aguardo que tais opções venham a ser condicentes com os argumentos ora invocados.

Marco de Canaveses, 18 de fevereiro de 2017.”

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Quem mais tem declarações de voto a fazer? Dava a palavra, então, à deputada Cristina Vieira. E é a única declaração de voto, ou há mais alguma declaração de voto? É a última.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Hoje votámos um empréstimo bancário para a reestruturação da dívida com base na Lei do Orçamento de Estado de 2017. Hoje, esta proposta que a Câmara nos apresentou é diferente, em termos de garantias para os Marcoenses; ou seja, garante que sejam aprovadas já em setembro taxas mais baixas de IMI e de Derrama, e que de resto era a nossa dívida na última votação desta Assembleia Municipal, como se devem lembrar, onde este Executivo não conseguiu garantir, ou não nos foram dadas essas garantias, e por isso nos abstermos. E hoje, que a Lei do Orçamento de Estado de 2017 propõe – aliás, foi proposta deste Governo – e que define claramente que o município pode baixar, já a partir de setembro, a Derrama e o IMI. O Partido Socialista congratula-se com esta boa notícia, os Marcoenses vão poder pagar menos IMI e Derrama, que de resto é uma muito boa notícia que acompanha também o desempenho deste Governo – sim, o Governo da “geringonça”. Senão, vejamos a título exemplificativo...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, algum silêncio, para a Sra. Deputada poder terminar a sua declaração de voto.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Senão, vejamos a título exemplificativo: PIB mais baixo das últimas quatro (4) décadas, taxa de desemprego a descer, investimento e economia a dar grandes sinais de vitalidade. São boas notícias para o país e para os Marcoenses nestas últimas semanas, e por isso esta é também uma boa notícia.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos, então, às aprovações em minuta.

--- Maria Estela Freitas (2.ª Secretária, PPD/PSD) ---

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, peço a vossa atenção para a aprovação em minuta dos seguintes pontos:

Ponto n.º 3.4: o mesmo foi aprovado por unanimidade. Para aprovação da presente minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

Aprovação do Ponto n.º 3.5: o mesmo foi aprovado por unanimidade. Para aprovação da presente minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

Aprovação do Ponto n.º 3.7: foi aprovado por unanimidade. Para aprovação em minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

Para aprovação em minuta do Ponto n.º 3.10, que foi aprovado por maioria, com trinta e dois (32) votos a favor, zero (00) votos contra, e duas (2) abstenções. Há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade a minuta.

O Ponto n.º 3.9 também foi aprovado por maioria, com dezoito (18) votos a favor, onze (11) contra, e quatro (4) abstenções. Para aprovação em minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

E por último, aprovação em minuta do Ponto n.º 3.6, o qual, quando foi apreciado e deliberado, foi aprovado por maioria, com trinta e três (33) votos a favor, e uma (1) abstenção. Para aprovação da presente minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

Obrigada pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim. Deixem-me só dar-vos aqui uma ideia: eu acho que esta foi uma Assembleia Municipal um pouco mais difícil do que as normais, bastante agitada da parte da manhã. Eu quase que propunha começarmos só as Assembleias Municipais de tarde, porque acho que a parte da tarde correu bem melhor do que a parte da manhã, e acho que os líderes têm de pensar nestes processos. Mas, eu diria que começou mal, mas acabou melhor.

Bom fim de semana para todos.